

Fernanda Cláudia Pandolfi

**A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I:  
ESPAÇO PÚBLICO DA POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA  
NO FINAL DO PRIMEIRO REINADO**

Assis  
2007

Fernanda Cláudia Pandolfi

**A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I:  
ESPAÇO PÚBLICO DA POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA  
NO FINAL DO PRIMEIRO REINADO**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras  
de Assis – UNESP - Universidade Estadual  
Paulista, para a obtenção do título de Doutor em  
História. (Área de Conhecimento: História e  
Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Barreiro

ASSIS  
2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

P189a Pandolfi, Fernanda Cláudia  
A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado / Fernanda Cláudia Pandolfi. Assis, 2007  
170 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Brasil - História - Abdicação, 1831. 2. Brasil - História - I Reinado, 1822 -1831. 3. Brasil - História - Império, 1822 - 1889. 4. Opinião Pública. I. Título.

**CDD 981.04**

303.38

## **AGRADECIMENTOS**

À CAPES e ao CNPq pelas bolsas de pesquisa que, ao longo dos quatro anos, viabilizaram a execução deste trabalho.

À orientação e à atenção constante do professor José Carlos Barreiro.

Às contribuições da banca do exame de qualificação composta pelos professores Claudinei Magno Magre Mendes e Tânia Regina de Luca.

Aos meus pais e a minha irmã Maira pela preocupação com o andamento deste trabalho.

Ao Newton, pelo carinho e apoio constante nesses quatro anos de pesquisa.

## SUMÁRIO

Introdução .....	7
Capítulo I: .....	22
O RIO DE JANEIRO EM 1831: SOCIEDADE E POLÍTICA.....	22
1.1. Elites políticas e o lugar de d. Pedro I .....	24
1.2. Projetos políticos em 1831 .....	34
1.3. A viagem do Imperador à província de Minas Gerais .....	39
1.4. A Noite das Garrafadas e o antilusitanismo .....	48
1.5. Conclusão .....	63
Capítulo II .....	65
A IMPRENSA E A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I EM 1831: INTRIGAS, CONSPIRAÇÕES E DISPUTAS POLÍTICAS .....	65
2.1. A imprensa no Império .....	66
2.2. O liberalismo moderado do <i>Aurora Fluminense</i> .....	73
2.3. Borges da Fonseca e o jornal <i>O Republico</i> .....	79
2.4. O exaltado <i>Tribuno do Povo</i> .....	100
2.5. A oposição aos liberais: o jornal <i>Novo Censor</i> .....	106
2.6. Conclusão .....	112
Capítulo III .....	115
O "POVO E A TROPA" NO SETE DE ABRIL DE 1831 .....	115
3.1. A organização do exército em 1831 .....	118
3.2. A aliança entre militares e civis em 1831: a atuação de Borges da Fonseca .....	125
3.3. Da Noite das Garrafadas à Abdicação .....	133

3.4. O povo e a tropa após a Abdicação .....	141
3.5. A implantação da Regência .....	147
3.6. Conclusão .....	151
Conclusões .....	153
Referências e Fontes .....	156
Referências bibliográficas .....	157
Referências de apoio .....	166
Fontes .....	167

## RESUMO

Esta tese postula que a Abdicação do rei d. Pedro I que governou o Brasil durante nove anos – de 1822 até 7 de abril de 1831, quando abdicou em favor de seu filho d. Pedro II - resultou, sobretudo, da ampliação do espaço público na sociedade brasileira. Tal ampliação decorreu fundamentalmente de uma liberdade de imprensa considerável nesse momento, propiciando o aparecimento de inúmeros periódicos na cidade do Rio de Janeiro, cujos redatores pertenciam às elites políticas e às camadas médias da sociedade carioca. Através da análise de periódicos, pasquins, memórias, atas e cartas, pode-se reconstituir de que forma a política mobilizou um público mais amplo. Foi possível identificar os significados e as apropriações do liberalismo na sociedade brasileira do século XIX, bem como sua contribuição para um acontecimento tão singular na história de um país: a saída de um rei de seu governo. Dessa forma, a imprensa estabelecia identidades políticas, ampliava a participação das pessoas no debate político, influenciava e era influenciada pela opinião pública. As acusações ao governo de d. Pedro I ser anti-nacional, de proteger os portugueses e de almejar a recolonização do Brasil, eram feitas por grupos que atuavam na imprensa e que se colocavam como “brasileiros” e “patrióticos”. O acirramento das disputas políticas entre segmentos populares que iam se agrupando como “brasileiros” versus “portugueses”, anulou qualquer possibilidade de uma recomposição de forças com as elites por parte de d. Pedro I. No que se refere a participação das camadas populares, pode-se identificar, mesmo que de forma episódica e circunstancial, como estas, por exemplo os militares de baixa patente, vivenciaram esse momento político e quais seus interesses específicos. Essa análise fornece elementos para, em futuros trabalhos, pensarmos os limites de interpretações consagradas na historiografia que enfatizam o caráter clientelista e patrimonialista da sociedade brasileira do século XIX.

## ABSTRACT

This thesis postulates that the Abdication of the king d. Pedro I that governed Brazil for nine years - since 1822, year of the Independence of Brazil, to April 7, 1831, when he abdicated in favor of his 7 year-old son Pedro II - resulted mainly of the enlargement of the public space in the Brazilian society in that time. Such enlargement resulted fundamentally of a considerable press freedom, which allowed the emergence of countless newspapers in the city of Rio de Janeiro, whose editors belonged to the political elites and to the medium segments of the Rio de Janeiro's society. Through the analysis of newspapers, lampoons, memoirs, minutes and letters, it was possible to understand how a wider public could be mobilized in the process. It was also possible to identify the meanings and the appropriations of the liberal ideology in the 19<sup>th</sup> century Brazilian society, as well as its contribution for such a singular event in the history of a country: a king deposition. In that process, the press established political identities, enlarged the people's participation in the political debate, and influenced and was influenced by the public opinion. The accusations to the d. Pedro I to be anti-national, of protecting the Portuguese and of wanting the re-colonization of Brazil, were done by groups that acted in the press and that considered themselves as "Brazilian" and "patriotic". The worsening of the political disputes among popular segments known as "Brazilians" versus "Portugueses", prevented any possibility of a composition of forces among the elites and d. Pedro I. As far as the participation of the popular segments, we identified, even if in an episodic and incidental form, how they participated of the events and which were their specific interests. That analysis gave elements for, in futures works, further studies emphasizing the clientelistic character of the Brazilian society in the XIX<sup>th</sup> century.

## INTRODUÇÃO

O tema da Abdicação foi, surpreendentemente, pouco explorado pela historiografia, apesar de se tratar de um episódio em princípio tão ou mais importante do que muitos outros que mereceram mais atenção dos historiadores. A explicação para isso é que, ao aceitar a interpretação dos atores políticos vitoriosos na época, a historiografia de certa forma minimizou o papel da Abdicação como um evento significativo em si, considerando-a, em geral implicitamente, como um simples desdobramento da Independência. Neste trabalho procurar-se-á mostrar que, mais do que uma consequência do acirramento de ânimos entre “portugueses” e “brasileiros”, conflito este que levou ao desgaste do Imperador por se posicionar ao lado dos primeiros, a Abdicação foi resultado de um processo de consolidação institucional que incluiu como característica mais marcante uma ampliação do espaço público da política na sociedade brasileira. A tese deste trabalho, mais especificamente, é a de que a expansão do “espaço público” da política na cidade do Rio de Janeiro em 1831 permitiu a formação de um movimento de opinião pública que teve papel fundamental no processo que culminou com a Abdicação. O argumento apenas para facilitar a leitura dos próximos capítulos pode ser resumido conforme se segue.

Os embates políticos de 1831 foram colocados pela historiografia tradicional como um conflito de dois partidos – o partido brasileiro e o partido português. A explicação que acabou prevalecendo foi a de que os conflitos do Primeiro Reinado e da Abdicação expressavam fundamentalmente uma luta de brasileiros contra portugueses, mais exatamente, de “brasileiros” defensores dos interesses nacionais contra “portugueses” despóticos. Esta explicação, que atribui o desgaste de d. Pedro I ao fato de ele haver se posicionado ao lado dos

“portugueses”, incorporou os discursos produzidos na época, o que obscureceu o entendimento da luta pelo poder político das elites no Primeiro Reinado.

Vários episódios são mencionados pela historiografia para confirmar o desgaste do governo de d. Pedro I. O Imperador é acusado, por exemplo, de possuir tendências absolutistas (apoiadas pelos portugueses), manifestadas em episódios como a sempre citada dissolução da Assembléia Constituinte em 1823 e a violenta repressão a Confederação do Equador em 1824. Somando-se a tais críticas, aparecem os gastos com a Guerra da Cisplatina e a proteção que o Imperador dava aos portugueses em assuntos econômicos e na distribuição de cargos políticos em detrimento dos nacionais, além de sua preocupação com a sucessão do trono português que envolvia na disputa sua filha Maria da Glória. Tais questões, segundo essa interpretação tradicional, teriam desgastado o seu governo e desencadeado a Abdicação, evento que realmente consolidaria nossa Independência.

Esses fatos evidentemente contribuíram para desgastar a imagem pública do Imperador, mas não parecem por si só suficientes para explicar um evento tão traumático como a Abdicação. Para compreendê-lo parece necessário identificar os fatores mais imediatos que influíram no processo da forma como eles se manifestaram nos momentos turbulentos que precederam a Abdicação. Esta é razão de adotarmos uma delimitação temporal tão curta neste trabalho – o ano de 1831 – e, como delimitação espacial, a cidade do Rio de Janeiro, palco da Abdicação.

Em seu livro sobre a Revolução Francesa, que já se tornou um clássico moderno, Schama (1989) fornece pistas valiosas sobre como identificar fatores mais imediatos na explicação de eventos políticos e sociais. O *insight* mais importante é o de que, ao contrário de representar uma transformação decorrente das inexoráveis forças de transformação social, a Revolução Francesa é muito mais resultado de contingências e conseqüências imprevistas, de

acontecimentos “fortuitos e caóticos” como o Grande Medo, bem como da atuação humana. Entretanto, a forma como essa atuação realmente ocorre depende das instituições que existem em cada sociedade e em cada momento histórico. Se tais instituições configuram um espaço restrito para a manifestação dos diversos segmentos da população, o qual definiremos neste trabalho como “espaço público da política”, conflitos que poderiam ser resolvidos de forma pacífica podem, eventualmente, descambar para a violência e às vezes até para a revolução.

O conceito de “espaço público” foi definido a partir das análises de Hanna Arendt (2001) sobre os movimentos revolucionários e das colocações de Jürgen Habermas (1984) a respeito da imprensa. Ambos ofereceram subsídios para reconstituir a expansão de forças autônomas em relação ao Estado em 1831, tendo sido essas fundamentais para entender a emergência da Abdicação.

Arendt (2001) identificou que no decorrer de processos revolucionários surgem, em geral, *organizações populares* espontâneas e não-partidárias que comportam uma pluralidade de interesses e projetos políticos que se perderam com a institucionalização da Revolução<sup>1</sup>. Nesse momento desenvolve-se o gosto pela *liberdade pública*, ou seja, ocorre uma sede de discussão, de troca e esclarecimento, mesmo quando não possuíam influência imediata sobre os homens do poder. Por exemplo, as “societes populaires” tinham como finalidade, de acordo com Robespierre, o esclarecimento dos concidadãos a respeito dos princípios constitucionais. Nos estatutos das seções de uma dessas sociedades de Paris aparece uma organização com presidente e vice-presidente, quatro secretários, oito censores, um tesoureiro e um arquivista, e com reuniões regulares. Esta sociedade definia como sua função a abordagem dos assuntos referentes à liberdade, igualdade, unidade e indivisibilidade da república, como também o esclarecimento mútuo dos membros a respeito das leis e decretos promulgados (ARENDR,

---

<sup>1</sup> Para esta análise, ver também Merleau Ponty (1957). Os processos revolucionários aos quais os autores se referem são a Revolução Francesa de, 1789; a Revolução Americana, de 1776; e a Revolução Russa, de 1917.

2001, p. 300). Para este autor, foi nas “sociedades populares” que se desenvolveu o gosto da “liberdade pública”, uma sede de discussão, de troca e esclarecimento, mesmo quando não possuíam influência imediata sobre os homens do poder. Essas sociedades desaparecem com a implantação do novo governo revolucionário, sendo posteriormente seus membros perseguidos pelo governo que não necessitava mais delas, os quais se infiltraram e tomaram a dianteira, declarando que apenas a facção dos jacobinos era revolucionária, e todas as outras bastardas<sup>2</sup>.

O conceito de “espaço público” utilizado entre os historiadores, entretanto, relaciona-se mais às colocações de Jürgen Habermas (1984)<sup>3</sup>. Para este autor, a esfera pública é constituída de um público estabelecido como grupo de interlocutores entre a sociedade civil e o Estado, grupo este que embora não se coloque como grande público, surge como seu porta-voz na nova configuração da sociedade burguesa<sup>4</sup>.

Um dos pontos principais que desejo demonstrar neste trabalho é que, no Brasil em 1831, a imprensa ampliou o “espaço público” da política. Os homens que se lançavam na atividade jornalística provinham uns do círculo das instituições formais de poder, como o deputado Evaristo da Veiga, redator do jornal *Aurora Fluminense*; outros tantos pertenciam às camadas intermediárias, como pequenos comerciantes, funcionários públicos e médicos. Todos eles incumbiam-se da tarefa de educar e formar a “opinião pública” sobre os assuntos da política. Essa imprensa teve assim papel semelhante ao que Habermas (1984) denominou

---

<sup>2</sup> Nesse momento cabe lembrar a fala de Robespierre: “a maior sociedade popular é o povo francês”.

<sup>3</sup> Para a utilização do conceito de “espaço público” de Habermas na análise da imprensa no Brasil no Primeiro Reinado, ver Morel (2005). Para este autor, o surgimento de uma “opinião pública” a partir da década de 1820 tratou-se de uma maneira nova de fazer política que, baseada nos modelos liberais, passa a influenciar publicamente idéias e práticas em um momento marcado pela coexistência da legitimidade monárquica com práticas absolutistas.

<sup>4</sup> Para Habermas (1984, p. 45-46), no século XVIII a linha que divide o Estado da sociedade também separa esfera pública e setor privado. A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito como a esfera íntima da família. A esfera pública política provém da literária que intermedeia, através da “opinião pública”, o Estado e as necessidades da sociedade.

de segunda fase da imprensa européia, marcada pela imprensa política<sup>5</sup>, que se diferencia da imprensa informativa da primeira fase. Como mostra este autor, na fase da imprensa política, os escritores utilizavam os jornais para tornar pública sua opinião e o lucro era relegado a segundo plano em empresas deficitárias cujos donos e colaboradores estavam interessados em debater e questionar as posições do governo. Habermas (1984) confere à imprensa política o poder de interferir na esfera pública, em contraposição a terceira fase, definida como comercial, uma vez que o lucro poderia enfraquecer a atuação política dos periodistas<sup>6</sup>. Mais do que transferir a periodização e definição de Habermas (1984) para caracterizar a imprensa no Império, procurar-se-á empregar as reflexões deste autor para compreender o papel da imprensa na formação de um espaço público da política no período imediatamente anterior à Abdicação.

O conceito de “espaço público da política” aqui empregado refere-se, sobretudo, à oportunidade de pessoas privadas debaterem coletivamente as questões políticas; neste sentido, o espaço público da política é o *locus* onde a opinião pública se manifesta. O espaço público não é definido geograficamente. Caracterizava-se, na época da Abdicação, pela emergência de instituições da sociedade civil que possibilitavam a reunião de pessoas privadas em público. Uma questão que perpassa este trabalho diz respeito à real dimensão desse espaço e se ele se amplia e contrai antes e imediatamente depois da Abdicação.

Em relação ao papel da imprensa, especificamente, procurar-se-á mostrar que ela tanto parece ter refletido quanto influenciado a opinião pública no período imediatamente anterior à Abdicação. O conceito de “opinião pública”, baseado nos estudos de Robert Darnton (1987 e 1998), que permitem articular os conceitos de ideologias e formação da opinião pública, será

---

<sup>5</sup> A imprensa política européia do século XVIII definida por Habermas (1984) insere-se no contexto do desenvolvimento do capitalismo e atuou como veiculadora das idéias da burguesia contra o Antigo Regime.

<sup>6</sup> Segundo Capelato (1986, p. 9), como colocou Gerard Lebrun, o entusiasmo de Habermas por esta fase da imprensa o leva a glorificar a “esfera privada burguesa de antanho e a esfera pública, expressão dessa classe”.

fundamental na análise de como a política rompeu os limites da Corte e chegou às ruas em 1831.

No que se refere à relação entre literatura e formação da opinião pública, segundo Darnton (1998), Roger Chartier problematiza este ponto, utilizando a noção de apropriação para discordar da tese de que os livros proibidos da França do século XVIII produziam um padrão de reação coerente. Considera que as pessoas lêem os livros à sua maneira, sendo suas experiências variadas, e assim descobrir o que liam não esclarece, porque não sabemos como liam. No entanto, Darnton considera que, mesmo reconhecendo a imprecisão que permeia a idéia de opinião pública, é possível, através de documentos que relatam as conversas nas ruas, cafés, tabernas de operários, salões e jardins públicos, apresentar uma idéia geral dos comentários dos parisienses sobre Luís XV.

Para Darnton (1987), a violência verbal dos *libelles* não deve ser tomada ao pé da letra, pois os panfletos não tinham como objetivo incitar uma insurreição popular contra o rei e a monarquia, mas queriam conquistá-los. Portanto, alerta que a linguagem utilizada nesses escritos deve ser inserida em seus contextos, uma vez que os panfletos proliferaram em momentos de crise e de certa liberdade de imprensa. Mas, como os livros filosóficos contribuíram para a radicalização da opinião pública? Este autor utiliza os relatórios de uma rede de informantes criada pela polícia de Paris para escutar as conversas nos cafés, tabernas e outros locais públicos. Nesses documentos, Darnton consegue ter uma idéia geral dos comentários dos parisienses a respeito de Luís XV e observa que o respeito à monarquia caiu. Nesse momento, o autor questiona sua própria tese, pois, se a monarquia perdia sua legitimidade pelo menos 20 anos antes, pode-se concluir que os *libelles* são mais efeito do que causa dos descontentamentos do povo com a monarquia? Tentar estabelecer se meios impressos como os *libelles* constituem causa ou efeito, entretanto, é um tanto enganoso,

parecendo menos arriscado considerar que, no processo de formação da opinião pública, diversos meios de comunicação interagem: palavra impressa e linguagem oral se relacionam, moldam e expressam uma “opinião pública”. Nesse sentido, procurarei entender a opinião pública como um componente da política e com poder de configurar acontecimentos.

### **1. A Abdicação de d. Pedro I: a fundação de uma memória**

Em publicações de participantes e observadores dos acontecimentos políticos de 1831, consolidou-se uma memória da Abdicação baseada na luta de brasileiros contra portugueses. Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto, em *História da revolução do Brasil com peças oficiais e fac-símile da própria mão de d. Pedro*, publicado em 1831, em crítica ao governo de d. Pedro I, afirma que o Imperador não procurou se *nacionalizar* e não adquiriu crédito para tomar satisfação dos ultrajes ao *pundonor nacional*. Segundo Barreto, os representantes da nação reuniram-se contra os projetos recolonizadores e também para salvar a *pátria* do abismo para o qual a arrastarão um Monarca anti-nacional e Conselheiros traidores. Contra esses estavam o “partido patriótico” e os “bons brasileiros”. Para Eduardo Theodoro Bösche (1918), os portugueses tornaram-se mais arrogantes por terem a proteção imperial, tendo também o *orgulho do dinheiro* e o *egoísmo europeu* excedido os limites. Esta era a situação, segundo este autor, quando o Imperador regressou de sua viagem a Minas Gerais e quando ocorreu a Noite das Garrafadas. Para o autor, a razão da queda de d. Pedro é devida ao ódio dos brasileiros contra os portugueses. Este ódio é explicado porque os portugueses, sendo mais ricos, desprezavam os brasileiros (BÖSCHE, 1918, p. 214). A crítica a d. Pedro I feita por Luiz Francisco da Veiga em *A Revolução de 7 de abril de 1831 e Evaristo da Veiga* (VEIGA, 1862), jurista e primo de Evaristo da Veiga, é laudatória ao “7 de

abril” e reúne argumentos para justificar e defender o direito de revolução quando falharem os meios legais para a destruição do despotismo. Critica d. Pedro I pela violação da constituição outorgada, pelo esbanjamento das finanças do Estado e por não mostrar-se “verdadeiramente brasileiro”. Este autor considera que o “7 de abril” foi um ato ilegal perante os dogmas da Constituição, no entanto legítimo perante as normas racionais do direito público universal. A única obra que questiona a interpretação do despotismo de d. Pedro I foi *Verdades Puras sobre as conseqüências do dia sete de abril pelo cidadão brasileiro J.I.A.M.*, lançada em 1833, cujo autor não entende como d. Pedro I poderia ser um déspota quando combate o despotismo de seu irmão d. Miguel e pergunta o porquê da remoção de empregados de várias classes com a Abdicação, se o mal estava em d. Pedro I.

Em geral, como mencionado no princípio desta introdução, a historiografia clássica sobre a Abdicação internalizou as análises que os liberais erigiram da Abdicação. O próprio entendimento do “7 de abril” como uma revolução foi cunhado pelos liberais vitoriosos logo após a Abdicação. Tal interpretação é baseada na exaltação de uma “revolução” pacífica, sem derramamento de sangue e sem alteração da ordem pública e, por isso, uma revolução positiva. O jornal *Aurora Fluminense*, por exemplo, fonte muito utilizada pela historiografia, já no dia 11 de abril de 1831 refere-se ao “7 de abril” como um marco, considerando que a partir desta data começa nossa existência nacional<sup>7</sup>. Nos trabalhos mais recentes, a Abdicação aparece como problemática secundária, discutida em estudos biográficos sobre d. Pedro I ou em trabalhos que abordam outros temas da história do Primeiro Reinado, não se constituindo em estudos específicos deste tema.

---

<sup>7</sup> *Aurora Fluminense*, 11 de abril de 1831.

No que se refere à historiografia clássica sobre o tema da Abdicação<sup>8</sup>, John Armitage (1943) estabeleceu uma interpretação que, constantemente, foi retomada para explicar a Abdicação de d. Pedro I. O autor dispunha de informações como morador da cidade do Rio de Janeiro e como amigo de influentes jornalistas liberais, como Evaristo da Veiga, e, por isso, teve acesso a documentos oficiais inéditos quando escreveu seu livro.

A interpretação de Armitage (1943), com algumas diferenças, foi retomada e reiterada por Octávio Tarquínio de Souza (1957) e Tobias Monteiro (1982), historiadores que se tornaram referências nos estudos sobre o Primeiro Reinado. Para esse grupo de historiadores, o “nativismo” é um elemento fundamental para explicar a Abdicação, tendo, em 1831, a antiga rivalidade entre brasileiros e portugueses congregando os indivíduos de diversas crenças<sup>9</sup>. Tais autores também recorreram ao jornal *Aurora Fluminense* para a reconstituição dos eventos relacionados à Abdicação e, por isso, apresentaram a mesma perplexidade e dificuldade deste jornal em explicar por que em 1831 o nativismo conseguiu aglutinar setores heterogêneos em termos sociais e ideológicos.

Quanto ao caráter operacional do movimento que levou à Abdicação, há diferenças entre esses autores. Armitage (1943) considera o “7 de abril” uma sedição militar, quase exclusivamente operada pelos militares, pois não havia *plano fixo* de uma insurreição popular e o partido exaltado, com suas centúrias, encontrava-se mal organizado<sup>10</sup>. Sousa (1957a) interpreta o “7 de abril” como uma revolução liberal e não apenas uma sedição ou quartelada.

---

<sup>8</sup> Como historiografia clássica, faço referência a três autores que consolidaram uma interpretação da Abdicação. São eles: John Armitage (1943), Octavio Tarquínio de Souza (1957) e Tobias Monteiro (1946).

<sup>9</sup> A explicação do nativismo para Tobias Monteiro resulta de uma situação nas quais os portugueses, em grande parte, eram preteridos em altas posições do Estado e da Corte e predominavam no comércio e nas finanças. Disto resultou o desenvolvimento do espírito liberal nos brasileiros e, nos portugueses, desenvolveu-se a crença de que encontrariam proteção com o aumento da autoridade monárquica (MONTEIRO, 1946, p. 208).

<sup>10</sup> Brasil Gerson (1971) em “A Abrilada, a Abdicação, a Regência, mas com a sobrevivência e a unidade do Império salvas pela mão do padre Feijó”, aborda a participação do exército na Abdicação, citando tropas e personagens que, segundo o autor, estavam contaminadas pelos exaltados. A análise do autor é um tanto descritiva e demonstra dificuldade em atender o porquê da aliança entre militares e exaltados. Segundo Macaulay (1993), no capítulo “A Abdicação”, as tropas do exército estavam alinhadas com a causa nativista radical sob a influência, sobretudo, de Borges da Fonseca, mas também não consegue explicar o motivo dessa união e o significado do radicalismo desses setores.

Em poucas linhas, uma definição de Sousa sobre a Abdicação é: “O 7 de Abril foi incontestavelmente um movimento liberal complicado de ressentimento nativista” (SOUSA, 1957f, p. 98). Para este autor, bastava aos “homens mais esclarecidos” que d. Pedro I encarnasse o monarca constitucional ao modelo inglês ou francês, mas havia o nativismo, que uniu os grupos nas insurreições dos dias 6 e 7 de abril para pôr fim ao domínio dos absolutistas. Segundo Sousa, vale lembrar Teófilo Otoni:

O 7 de abril foi uma verdadeira *journalée des dupes*. Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratclifes, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra (...) vi com pesar apoderarem-se os moderados do lema da revolução, eles que só na última hora tinham apelado conosco para o juízo de Deus (OTÔNI, citado por SOUSA, 1957e, p. 131).

A interpretação de Hélio Vianna (1966) em *d. Pedro I e d. Pedro II* mostra a Abdicação mais como uma atitude decorrente da vontade do Imperador do que resultado de pressões de grupos naquele momento, ou seja, devido ao agravamento da situação brasileira, a madrugada de 7 de abril foi a oportunidade para a “longamente meditada e voluntária abdicação à coroa do Brasil” de d. Pedro I (VIANNA, 1966, p. 27). Como justificativa, apresenta um *Plano*<sup>11</sup> em que d. Pedro I fala em abdicar caso sua pretendida viagem à Europa no primeiro semestre de 1829 não fosse aprovada pela Assembléia Geral<sup>12</sup>. Sua ida ao Velho Continente tinha por objetivo obter auxílio de soberanos europeus para a causa de sua filha, a rainha carioca d. Maria II despojada da coroa portuguesa por seu tio d. Miguel. Vianna discorda de que a Abdicação foi forçada por uma *revolta popular* da véspera que visava obter a reintegração do ministério demitido por d. Pedro I como, segundo o autor, afirmam os maus historiógrafos. Para Hélio Vianna, o “7 de abril” foi a oportunidade de o Imperador resolver a

<sup>11</sup> Trata-se do documento “Plano que eu entendo ser necessário seguir-se para felicidade do Império, e do qual não posso despersuadir-me”. De autoria de d. Pedro I. Não consta data, provavelmente escrito em julho de 1829. Transcrito na íntegra em Vianna (1966, p. 25-27). Sobre esse documento, ver também Vianna (1950), o capítulo “Cartas de D. Pedro I na semana da Abdicação”.

<sup>12</sup> Segundo Hélio Vianna, d. Pedro I não apresentou este projeto à Assembléia e naquele momento ele conseguiu garantir os direitos políticos de sua filha através de uma Regência que criara na ilha Terceira nos Açores.

intricada questão dinástica portuguesa. O documento citado por Vianna corretamente traz um planejamento de uma ida do Imperador à Europa para resolver os problemas da sucessão portuguesa. No entanto, no mesmo documento, d. Pedro I expõe o medo da desintegração do Império e sua substituição pela República. Sua viagem também teria como objetivo buscar apoio dos soberanos europeus e, caso sua vida corresse perigo, seu filho teria apoio para sustentar o trono.

Assim como Hélio Vianna (1966), Joaquim Nabuco (1997) considerou o “7 de abril” um “desquite amigável entre o Imperador e a nação”; uma vez que d. Pedro I tinha interesse em assegurar o trono português para a sua filha, o “7 de abril” aparece como uma solução oportuna<sup>13</sup>. Acrescenta que a nação foi surpreendida pela Abdicação quando esperava somente a mudança de um ministério e, como comumente acontece nas revoluções, as esperanças tornaram-se excessivas e foi necessário retroceder. Por isso, após a Abdicação, o exército e os exaltados, articuladores do movimento de 1831, foram excluídos do poder e vistos como inimigos pelos moderados<sup>14</sup>. Mesmo apontando a Abdicação como um *desquite amigável*, o autor indica a existência de um cenário político conflituoso em 1831, do qual participaram o exército e os exaltados.

Em trabalho recente, Gladys Sabina Ribeiro (2002) criticou a interpretação de que a Abdicação foi decorrente dos desmandos de um Imperador que, cercado de maus ministros e conselheiros, cedeu aos interesses portugueses em detrimento dos considerados nacionais.

---

<sup>13</sup> Norton (1979) no capítulo de seu livro “A renúncia de D. Pedro I” considera que as preocupações de d. Pedro I com a questão dinástica portuguesa o afastaram da vida brasileira e que essa tendência pessoal do Imperador o indispôs com a imprensa e, em 1830, dos 53 jornais publicados no Brasil apenas 11 defendiam o governo imperial. Este autor nasceu em Portugal (1903-1968) e foi sócio correspondente do IHGB. José Francisco da Rocha Pombo (1945), em “História Política - a sucessão de D. Pedro I na coroa de Portugal, e a abdicação condicionada do ponto de vista brasileiro”, considera que, depois da dissolução das tropas estrangeiras, a situação portuguesa foi o maior dos embaraços na vida de d. Pedro I quanto à sua relação com os brasileiros.

<sup>14</sup> Para Izabel Marson, as obras *Um Estadista do Império* e *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, informaram os historiadores do século XX sobre a Revolução e delimitaram um perfil e uma memória para a revolução no Império a partir do princípio *restritivo e autoritário* – o lema da “conciliação” que opera uma associação/exclusão de depoimentos. Segundo Marson, a Praia e o 7 de Abril são entendidos por Nabuco como revoluções da infância da nação.

Nessa interpretação, segundo a autora, as ações populares e antiportuguesas constituiriam reflexo da política graúda; ao contrário, a autora entende o antilusitanismo como forma de participação política e de luta pela liberdade dos negros e homens pobres numa sociedade em que os lusitanos natos constituíam uma importante força de trabalho que concorria com os libertos e os escravos (RIBEIRO, 2002, p. 20). Segundo esta autora, o “ser português” e o “ser brasileiro” são, menos do que termos ligados à pátria, construções políticas que envolvem formas de participação política e concorrência entre grupos por direitos ou mesmo privilégios econômicos. Entretanto, ao centrar seu trabalho no estudo dos conflitos antilusitanos e da participação popular no Primeiro Reinado, a autora não explica de forma mais convincente como e por que a Abdicação eclode em 1831<sup>15</sup>.

Privilegiando a análise da imprensa, Arnaldo Daraya Contier (1979) mostrou que a Abdicação de d. Pedro I representou para os redatores de periódicos e políticos profissionais uma autêntica *revolução*, que garantiu a tomada do poder pela facção política moderada. Os estudos dos campos conceituais das lexias do vocabulário dos redatores de jornais paulistanos permitiram-lhe diagnosticar uma *consciência política* de raízes nacionalistas e liberais que afloraram na Abdicação de d. Pedro I. Tais elites, descontentes com os traços do que consideravam atitudes despóticas ou absolutistas de d. Pedro I, visavam romper com traços do colonialismo, na tentativa de organizar um novo sistema baseado no Estado liberal. Para este autor, os conflitos sociais refletem-se no vocabulário da *elite pensante* no período de 1827 a 1835, podendo tais conflitos ser definidos como as disputas de políticos profissionais brasileiros para conquistar o poder (CONTIER, 1979, p. 13-19). Nos discursos das elites, este autor percebe disputas de poder, no entanto não explica como a imprensa teria influído na

---

<sup>15</sup> Sobre esta autora ver também “Causa nacional e cidadania: a participação popular e a autonomia na imprensa carioca no início dos anos 1830” (RIBEIRO, 2006).

Abdicação em 1831 e qual o sentido, nesse momento, do uso da questão nacional pelos redatores dos jornais<sup>16</sup>.

A questão é, se tomarmos a explicação dos liberais como o próprio entendimento da Abdicação, ou seja, entender o “7 de abril” como resultado da atitude de liberais que se colocaram em defesa do nacional, da ameaça da recolonização do Brasil e da implantação do despotismo e contra os ultrajes do estrangeiro, a Abdicação seria o complemento da Independência (CARVALHO, 1945, p. 595)<sup>17</sup>. Mas, se para o entendimento da emancipação política brasileira, novas análises vieram relativizar a oposição metrópole e colônia, ressaltando a importância dos ajustes internos na colônia, a Abdicação também merece ser estudada à luz dos conceitos e idéias que surgiram recentemente na teoria e na prática da história<sup>18</sup>.

A tese encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo objetiva contribuir para o entendimento das relações entre a política e a sociedade em geral em 1831. A questão de que a Abdicação foi resultado do desgaste político e da perda de legitimidade de d. Pedro I ao longo do Primeiro Reinado ou de se este processo foi secundário é central neste capítulo. Serão analisadas, especificamente, as relações entre o aparato institucional, as elites e a sociedade em geral, privilegiando a reconstituição da viagem do Imperador à província de Minas Gerais e a Noite das Garrafadas. Procurar-se-á mostrar que os assuntos políticos em 1831 adquiriram novos sentidos no espaço público através de apropriações singulares do

---

<sup>16</sup> Segundo Iara Lis Carvalho Souza (1999b, p. 327-350), através da imprensa, os liberais em 1831 incorporaram uma gama variada de descontentamento da sociedade, e levaram avante os seus projetos políticos no âmbito da política institucional. Apesar de importante constatação, esta autora preocupa-se mais em analisar uma série de episódios que contribuíram para o desgaste da imagem do Imperador.

<sup>17</sup> No artigo “O Sete de Abril – O feito”, Miguel Carvalho (1945) expressa bem esta interpretação: “O eixo em torno do qual gira há um século a nacionalidade brasileira tem por pólos o – 7 de Setembro e o 7 de Abril –; aquele nos conferiu a Independência, libertando-nos da Metrópole, e este nos deu a posse de nós mesmos, a Nacionalidade, pela exclusão do estrangeiro na direção de nossa pátria”.

<sup>18</sup> A vinculação demasiada entre o processo de emancipação política e pressões do cenário internacional foi apontada por Maria Odila Silva Dias como um procedimento que acaba por obscurecer o entendimento do processo interno de ajustamento das pressões externas. Tal ajuste foi chamado pela autora de *enraizamento dos interesses portugueses* e do *processo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia* (DIAS, 2005).

liberalismo tanto pelas elites como pela sociedade em geral e, também, como tais aspectos contribuíram para redimensionar o entendimento da Abdicação.

Utilizando como fontes periódicos do ano de 1831, o segundo capítulo mostra como a imprensa foi o *locus* privilegiado das disputas políticas do Rio de Janeiro em 1831 e como a luta política ultrapassou o espaço tradicional ao qual estava circunscrita, ocorrendo o que denominou-se de ampliação do “espaço público da política” na sociedade brasileira. Por meio da análise dos discursos da imprensa inseridos em seus contextos de produção, sugere-se que é possível entender o significado do radicalismo atribuído aos periódicos *Republico e Tribuna do Povo* e como foi se construindo uma retórica política comum – a da nação ultrajada pelo despotismo dos portugueses – que uniu os setores liberais mais “radicais” aos “moderados”, estes últimos representados pelo periódico *Aurora Fluminense*. Ao analisar o *Novo Censor*, jornal de oposição aos liberais, foram indicadas as semelhanças e diferenças entre esses periódicos quanto aos seus projetos e interesses políticos em um momento de constituição do Estado no Brasil. O objetivo central do capítulo é desvendar o papel da imprensa na Abdicação de d. Pedro I, procurando mostrar que esta tanto refletia como influenciava a “opinião pública”.

O terceiro capítulo visa entender como e por que setores do exército se uniram aos grupos liberais em oposição à elite política que cercava d. Pedro I no Campo de Santana nos dias 6 e 7 de abril de 1831. Quanto ao povo, tomamos o cuidado de não transpor anacronicamente esse conceito do vocabulário liberal da época, evitando entender “povo” como sinônimo de grande massa de segmentos populares ou mesmo empregando-o como uma expressão genérica que por si só bastasse. Ainda, neste capítulo, mostrarei como, logo após a Abdicação, medidas foram tomadas a fim de restabelecer a ordem e consolidar o novo regime.

As fontes utilizadas nesta pesquisa, indicadas no final da tese, constam de periódicos e pasquins do ano de 1831 (um total de sete), de uma devassa, de memórias dos participantes e observadores dos conflitos políticos de 1831, de cartas que versam a respeito da Abdicação, dos Anais da Câmara dos deputados do ano de 1831, além de documentação avulsa encontrada nos arquivos e bibliotecas consultados. Adotaram-se alguns procedimentos para analisar esses jornais e pasquins, que assumem posições diversas em relação às questões políticas. Os conceitos de espaço público e de opinião pública nortearam a leitura desses jornais. Foram analisadas as posições dos periódicos a respeito da política, tendo como referência dois objetivos básicos: o primeiro foi identificar os jornais como porta-vozes de grupos específicos e compreender a tarefa a que eles atribuíam a si mesmos; o segundo foi inserir os discursos dos redatores em seus contextos específicos de produção, entendendo-os não como reflexo da realidade, mas como construções que visavam legitimar objetivos específicos<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Dois autores foram fundamentais para o trabalho com a imprensa. Capelato (1986) mostrou-nos, sobretudo, a importância de identificar os objetivos que norteiam a ação dos periodistas e os papéis a que eles se atribuem. Contier (1979) chamou a atenção para a preocupação em identificar campos conceituais das lexias do vocabulário dos redatores de jornais.

## CAPÍTULO I

### O RIO DE JANEIRO EM 1831: SOCIEDADE E POLÍTICA

Enfim o melhor de tudo foi o que se praticou em Abril próximo passado, porque, diz o rifão, amigo que não serve, relógio que não anda e faca que não corta, que se percam, pouco importa<sup>1</sup>.

O objetivo geral deste capítulo é reconstituir e analisar a relação entre a “alta política” e a sociedade em geral em 1831, momento de grande expansão de uma imprensa relativamente livre, que possibilitou a ampliação do espaço público. O capítulo está organizado em torno de uma questão central, a saber: foi a seqüência de eventos que conduziu à Abdicação, como sugere a historiografia tradicional, ou seja, um processo contínuo de desgaste político e de perda de legitimidade popular que culminou com episódios violentos como a Noite das Garrafadas e finalmente com o afastamento de d. Pedro I? Ou tratou-se de um processo menos linear em que tais episódios, por mais impressionantes que possam ter sido, tiveram um papel secundário?

Para começar a responder a essa questão (o que se pretende fazer de forma mais convincente nos próximos capítulos), tem-se, em primeiro lugar, de entender como se operacionaliza no aparato institucional do Estado a aliança entre as frações da elite política que sustentam d. Pedro I. Em segundo lugar, é necessário compreender como se forma e finalmente como se rompe a hegemonia política dessas frações sobre o conjunto da sociedade. Especificamente, é importante compreender melhor o papel do povo no processo de fratura da aliança política em torno de d. Pedro I e na recomposição dessa hegemonia no

---

<sup>1</sup> *Os Dois Compadres Liberais*, 27 de maio de 1831, p. 20. Este trecho pertence à fala do *Brasileiro* em referência à Abdicação de d. Pedro I.

pós-abdicação. Para cumprir tais objetivos, serão focalizados dois acontecimentos – a viagem do Imperador à província de Minas Gerais e a Noite das Garrafadas.

Através da reconstituição da viagem do Imperador à província de Minas Gerais ter-se-á uma idéia de como ocorriam as relações entre o Imperador e as elites, mostrando não apenas como se manifestava na prática o pacto hegemônico que sustentava politicamente d. Pedro I, mas também identificando as desavenças e o ideário político presente nas várias localidades visitadas pelo Imperador durante esta viagem. Ainda sobre esta viagem, serão identificadas as forças de oposição ao governo de d. Pedro I em 1831 e se analisará como os assuntos políticos ganharam novos sentidos no espaço público, sobressaindo os usos e apropriações particulares do liberalismo tanto pelas elites como pelos segmentos populares.

A Noite das Garrafadas foi o nome dado aos distúrbios ocorridos na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 11 e 15 de março de 1831, nos quais grupos se atracavam com cacos de garrafas e outros objetos e gritavam motes políticos. Os grupos aparecem nas fontes, em geral, em dois blocos: de um lado os que davam “vivas aos federalistas”, “aos liberais”, “ao Imperador enquanto constitucional” e os “morras aos pés-de-chumbo”; e, de outro lado, os que davam “vivas ao Imperador”, “aos bons portugueses” e “morras aos cabras”. Problematizando tanto as interpretações das testemunhas inquiridas no processo que apurou as Garrafadas quanto às colocações da imprensa, identificaram-se grupos e indivíduos envolvidos, seus interesses, motivações e aspirações. A partir daí, procurou-se dimensionar a real importância desse episódio para a Abdicação, questão esta que continuará a ser explorada no capítulo subsequente.

### 1.1. Elites políticas e o lugar de d. Pedro I

Os problemas que envolveram a organização do novo Estado e da nação na Europa também foram enfrentados na formação das instituições políticas no Brasil no século XIX. Esta discussão pode ser remetida à formação de identidades unificadas nos países europeus no século XVIII. Na Espanha, termos como “pátria” e “nação” deixam de ser aplicados aos reinos e províncias e passam a ser empregados para designar uma unidade. A história torna a nação espanhola um sujeito histórico com raízes distantes. A coletividade cada vez mais se vê como uma sociedade. Os *direitos da nação* são invocados e a *soberania* é uma inovação. Esta soberania advém do caráter contratual, o que implica a liberdade de escolher as próprias instituições. Esta nação revolucionária também se expressa em termos religiosos, atribuindo a si mesma um papel messiânico para libertar os que sofrem de uma autoridade despótica, ou seja, da autoridade não proveniente de si (GUERRA, 2003, p. 52-54). A soberania dos novos Estados europeus colocou novos problemas políticos, pois um Estado grande passa a ser não somente um grande território, ele é um Estado com muita gente. A soberania popular, com sua expansão dos direitos de cidadania, tornou populosos mesmo os pequenos Estados. Em decorrência disto, um dos principais problemas refere-se ao estabelecimento de formas viáveis de participação política. A distinção entre “cidadãos ativos” e “cidadãos passivos”, a centralização política, a descentralização ou o federalismo, a generalização e a unificação do direito em lei geral, a constituição da opinião pública, a implantação de uma educação pública homogênea e a construção de um sentimento nacional por meio de festas e símbolos cívicos operaram nessas novas macrounidades. Nessas sociedades de cidadania universal, porém pouco integradas, havia sempre a ameaça da dissolução política. Por isso, há a necessidade de criar um sentimento de *pertença comum* que pudesse integrar e prevenir convulsões sociais e

políticas. Assim, surgem problemas como a dificuldade de racionalizar um governo de massas e de manter a unidade do corpo governativo e administrativo (HESPANHA, 2003). No decorrer do século XIX aumenta a defesa de idéias como liberdade de pensamento, de imprensa e de garantia desses direitos pela Constituição. Esta deveria limitar os poderes do soberano e a sociedade ganharia voz através da representação nacional.

Tais questões discutidas acima, mesmo que de formas diferentes, marcaram as relações do Estado com as elites brasileiras no oitocentos. Por “elites políticas” entendem-se os segmentos que possuíram influência e em alguma medida determinaram o rumo dos acontecimentos. Como afirma Carvalho (1996), mesmo que a historiografia tenda a “magnificar” o papel das elites, não se pode negar a influência destas, no entanto, devendo-se, verificar sua real atuação. A “elite política” do Brasil do século XIX era uma elite letrada, formada predominantemente por pessoas com curso superior. Na Independência e na fase de consolidação política do sistema imperial predominou a elite formada na Universidade de Coimbra, com maior presença de militares até 1831 em relação aos demais períodos. Em Coimbra prevaleceu a influência do Iluminismo português, politicamente conservador como o dos Inconfidentes de Minas Gerais. O Iluminismo português está mais próximo do Iluminismo italiano, cristão e católico, do que do francês. Seu caráter era reformista, não revolucionário, progressista, nacionalista e humanista. Os estudantes formados em outros países, principalmente na França ou mesmo no Brasil, tiveram maior contato com o Iluminismo francês. A presença desses elementos é verificada nas sociedades literárias, nas sociedades secretas e nas rebeliões que precederam a Independência. Apesar de a elite da primeira metade do século XIX majoritariamente ter recebido uma educação baseada nos preceitos do Iluminismo português, foram identificadas muitas influências de autores franceses nos jornais dos liberais “exaltados”. No entanto, não se constatou nesse pensamento um projeto de

transformação social radical na sociedade. As idéias tidas como “mais radicais” e expressas na imprensa eram provenientes de grupos das elites e camadas médias aliados das posições formais de poder, como também das elites provinciais que desejavam aumentar sua participação na administração do Estado, assunto este estudado detalhadamente no segundo capítulo. Neste tópico, serão reconstituídos a formação da estrutura política no Império e os conflitos desta com d. Pedro I em 1831.

A impopularidade do governo de d. Pedro I entre setores das elites políticas foi explícita em 1831. Com o objetivo de entender por que d. Pedro I é “tirado” do poder em 1831, cabe retomar 1822, momento em que parece ter existido certo consenso pela monarquia com d. Pedro I. Em 1821-22, apesar da existência de projetos que não vislumbravam a solução monárquica com d. Pedro I, houve consenso em torno de sua figura como a opção mais segura para os interesses das elites no Brasil. Nos últimos anos, a historiografia sobre a independência travou inúmeros debates para identificar os interesses de grupos influentes politicamente no Rio de Janeiro e nas províncias que aderiram à proposta de rompimento do Brasil em relação a Portugal e a opção pela monarquia constitucional com d. Pedro I. As medidas decretadas por Portugal em relação ao Brasil em decorrência da instalação das Cortes de Lisboa em 1821 foram consideradas por alguns setores das elites como despóticas e arbitrárias. As cortes exigiram o retorno de d. Pedro I para Portugal e decretaram a criação das Juntas, órgãos administrativos que se ligavam diretamente a Lisboa, cujos cargos eram exclusivamente ocupados por europeus. No Brasil, uma camada numerosa, composta de juristas, burocratas e clérigos que se formou ao redor da Corte do Rio de Janeiro desde 1808, viu suas carreiras comprometidas com a possibilidade da extinção da regência de d. Pedro I. Em 13 de janeiro de 1822 chegou uma carta que extinguiu os tribunais superiores da América, fonte de empregos de prestígio, o que causou descontentamento generalizado entre a elite

intelectual. Atrair o governo para Lisboa e esvaziar a regência de d. Pedro I representava para essa elite o risco de comprometer a manutenção da integridade do Império e a desagregação da ordem escravista (NEVES; MACHADO, 1999, p. 82-83).

A historiografia mais recente centrou-se na análise da importância dos fatores internos da própria colônia para explicar a Independência. Desses trabalhos, destacaram-se os estudos dedicados a estudar a expansão do comércio no Rio de Janeiro e o surgimento de uma camada de prósperos comerciantes que impulsionaram um processo de autonomização permeado por tensões e transformações sociais. Nesse sentido, a acumulação de capital no interior da colônia constituiu-se em fator crítico para o estabelecimento das bases do Brasil independente. A elite brasileira do Primeiro Reinado era fortemente composta de comerciantes preocupados em expandir o mercado e em imprimir uma participação política. Cabe destacar a importância da praça comercial do Rio de Janeiro, dos chamados homens de *grosso trato*, que eram, em sua maioria, comerciantes portugueses que atuavam no tráfico e que estabeleceram alianças com a burocracia político-administrativa. Tais grupos também não lucrariam com a retomada de hegemonia pela metrópole. Esse processo de autonomia de uma elite da colônia em relação à metrópole no século XVIII é propício à criação de uma chamada identidade brasileira (RUSSELL-WOOD, 1998).

Cabe considerar que a vinda da Corte foi uma oportunidade para a inserção dos comerciantes locais na vida social e política e para a obtenção de prestígio. Tais comerciantes, homens de *grosso trato*, desde a década de 1790 controlavam o tráfico entre Brasil e África. Eles consolidaram seus interesses no centro-sul do País e prestavam serviços à Coroa. Em troca, eram nomeados para ocupar cargos públicos, recebiam honrarias e títulos de nobreza (FRAGOSO, 1998). É com a vinda da Corte portuguesa em 1808 que ocorre o encontro de duas configurações sociais: a sociedade migrada com a corte portuguesa com a sociedade

fluminense. Esta última tinha sua parcela mais abastada formada pelas velhas classes agrárias ligadas à exportação e pelos comerciantes de “grosso trato”. Da interação conflituosa entre esses dois segmentos foi configurando-se a classe dirigente que promoveu a construção do Estado imperial ao longo do século XIX (MALERBA, 2006).

Ao contrário de 1831, em 1822 d. Pedro I é aclamado nas ruas do Rio de Janeiro e sua imagem é veiculada e reificada através das festas cívicas e da nova simbologia do Brasil independente (SOUZA, 1999b). Em 1831, d. Pedro I governava com base na Constituição outorgada de 1824, a qual estabeleceu os três poderes – o Executivo, o Legislativo (dividido em Senado e Câmara) e o Judiciário<sup>2</sup>. Foi criado o poder Moderador, de uso exclusivo do Imperador, que pode ser considerado como resquício do absolutismo, permitindo a livre nomeação por parte de d. Pedro I de seus ministros (CARVALHO, 2002). Da elite central, o grupo mais importante era o dos ministros, agentes do Poder Executivo; o titular desse grupo foi o Imperador até 1847, que podia escolher livremente seus ministros, em sua maior parte, parlamentares ou militares. Depois dos ministros, em escala de importância, vêm os senadores. Escolhidos pelo Imperador nas listas tríplexes eleitas por votação popular, os requisitos para candidatura eram idade mínima de 40 anos e renda de 800\$000 réis por ano. O Senado era vitalício e no início do Império era composto por 50 senadores e, no final, por 60. Em seguida tinha-se o grupo dos deputados, com 100 integrantes na legislatura regular em 1826 e 125 na última, em 1886. Os requisitos para eleição foram idade mínima de 25 anos e renda mínima de 400\$000 réis. Tornar-se deputado era um importante passo para a constituição de uma carreira política, pois a Câmara dos Deputados possuiu mais poder no Império do que nos regimes posteriores. O último grupo em escala de importância era formado pelos Conselheiros de Estado, composto por 12 conselheiros ordinários e 12

---

<sup>2</sup> Definir claramente as atribuições dos três poderes gerou inúmeras discussões entre as elites. Os deputados eram partidários da monarquia, no entanto, buscavam cercear a atuação do monarca (OLIVEIRA, 2006, p. 48-51).

extraordinários, todos nomeados pelo Imperador. Apesar de vitalícios, os conselheiros poderiam ser suspensos por períodos indefinidos (CARVALHO, 1996, p. 49-50).

Considerando a importância da Câmara dos Deputados em 1831, formada por cidadãos eleitos, cabe retomar como eram realizadas as eleições no Império. A Constituição de 1824 estabeleceu o direito ao voto a todos os homens de 25 anos em diante com renda mínima de 100 mil-réis; mulheres e escravos não votavam, mas os libertos podiam votar nas eleições primárias. O limite de idade dos homens para votar caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos e dos empregados públicos. A limitação de renda não excluía do direito ao voto a população pobre, porque sua grande maioria ganhava mais de 100 mil-réis (por exemplo, em 1876 o menor salário do serviço público era 600 mil-réis). Os dados de um município de Minas Gerais de 1876 mostraram que os proprietários rurais representavam somente 24% dos votantes, o restante era composto de trabalhadores rurais, empregados públicos e poucos profissionais liberais. Carvalho (2002) considera a legislação brasileira do Império muito liberal para os padrões da época, considerando-se que na Inglaterra a renda exigida para votar era muito maior; além disso, a lei brasileira permitia o voto dos analfabetos. As eleições eram realizadas em dois turnos. Primeiro, os votantes escolhiam os eleitores, seguindo a proporção de um eleitor para cada 100 domicílios. Esses eleitores, cuja renda deveria ser de 200 mil-réis, elegiam os deputados com mandato de quatro anos e os senadores, que eram vitalícios. Estes últimos eram eleitos em listas tríplices, nas quais o Imperador escolhia o candidato de sua preferência. Os vereadores e juizes de paz eram eleitos nos municípios em um único turno. Essa legislação eleitoral quase não sofreu alterações até 1881. As eleições foram sistematicamente fraudadas e, em nível nacional, seu resultado era quase previsível. O fato de a composição do Congresso não depender das eleições, segundo Graham (1997), não significa que as eleições nas vilas e cidades do Brasil

do século XIX tenham pouca importância, uma vez que uma parcela grande de brasileiros atuava nas eleições e arriscavam suas vidas pela vitória. As eleições estão inseridas numa sociedade pautada por relações clientelísticas, numa sociedade rural em que o fazendeiro contava com a lealdade dos seus trabalhadores livres, dos sitiantes das redondezas e dos pequenos comerciantes, ou seja, com o apoio de sua clientela, o chefe rural poderia exercer influência sobre juízes e agentes de polícia e mesmo assegurar para si tais indicações. Por sua vez, os clientes também eram beneficiados e, em caso de desobediência e falta de lealdade, estavam submetidos à punição do patrão e expostos à exploração dos outros. Realizar eleições para essa elite política significava garantir a legitimidade; legislar eleições justas também significava abrir a política a homens de opiniões divergentes que não se voltariam contra o regime e que, uma vez ou outra, poderiam se eleger (GRAHAM, 1997).

Com a Independência e a escolha da monarquia constitucional, em maio de 1823 reuniu-se a Assembléia Geral Constituinte. Ficou estabelecido que os deputados que iriam compor a Assembléia seriam eleitos pelo sistema indireto. Composta de 100 deputados, a Assembléia teve que começar seus trabalhos com 52, devido à lentidão do processo eleitoral nas províncias. Dos 52 deputados, 49 foram formados em Coimbra, entre os quais sete pertenciam a quadros do exército e havia dois médicos e 17 padres. Esses deputados se agrupavam em correntes de opinião e se dividiam conforme os debates, tomando posições com base tanto nos interesses de suas regiões como nos seus interesses individuais. Ao Imperador estava negado o direito tanto de veto absoluto como de dissolver a Câmara dos Deputados. Para a corrente dos “coimbrãs”, o Executivo deveria ser forte para afastar as tendências democráticas vistas como desagregadoras. Nesse momento, d. Pedro I cercou-se de portugueses que, apesar de enraizados no Brasil, defendiam posições mais autoritárias de governo. Este grupo que cercava o Imperador entrou em conflito com José Bonifácio, que

acabou afastado em julho de 1823 do Ministério, e, nesse sentido, d. Pedro I foi se distanciando da Assembléia. Grande questão polêmica foi a da relação entre a autoridade do governo do Rio de Janeiro com as demais províncias. A abolição das Juntas eleitas e a substituição destas pela nomeação de um presidente pelo Imperador desagradaram os deputados do Nordeste, de Minas Gerais e de São Paulo, rotulados de “democratas”.

De certa forma, em 1831 houve um acirramento dos conflitos que vinham se desenvolvendo entre d. Pedro I e as elites políticas ao longo do Império. O primeiro refere-se às indisposições da Câmara dos deputados com o grupo de ministros de d. Pedro I. O segundo é a disputa de poder e de modelo político entre um governo mais centralizador e uma proposta mais descentralizada. Somando-se a isso, a expansão e a relativa liberdade de imprensa abriam espaço para a coletivização dos assuntos políticos e para novos homens advindos das elites em expansão e das camadas médias se lançarem na política.

A partir de 1829, a oposição ao governo de d. Pedro I, mais precisamente, aos seus ministros, desenvolvia-se na Câmara dos Deputados e na imprensa. Nos trabalhos da Assembléia Nacional Legislativa em 1829 é evidente a incompatibilidade entre esta e os Ministérios escolhidos pelo Imperador, ocorrendo denúncias contra os ministros da Justiça e da Guerra. As críticas às escolhas do Imperador ocorriam tanto na Assembléia como na Imprensa através dos jornais liberais. Em dezembro de 1829, d. Pedro I formou novo gabinete com o Marquês de Barbacena para a Fazenda, o Marquês de Caravelas para o interior e Miguel Calmon du Pin e Almeida para as relações exteriores. Barbacena também parece ter influenciado na decisão do Imperador de afastar o seu secretário particular, Francisco Gomes da Silva, conhecido por Chalaça. O afastamento de Chalaça foi considerado uma tentativa do Imperador de fortalecer a sua popularidade. Pode-se dizer que algumas medidas eram tomadas para atrair os liberais descontentes das províncias para a nova administração. Ao que tudo

indica, havia espaço para a entrada na Câmara dos Deputados de novos integrantes vindos das províncias eleitos ao lado da imprensa independente e que se colocaram na oposição na Assembléia Geral ordinária de 3 de maio de 1830 (HANDELMANN, 1982, p. 297-298). A oposição crescia e juntava-se aos principais oradores da legislatura anterior como, por exemplo, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Diogo Feijó, Evaristo Ferreira da Veiga, redator da *Aurora Fluminense*, e os irmãos Andradas. Esses últimos haviam regressado do exílio e parecem ter se reconciliado com o Imperador. De volta à província de São Paulo, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que já fora Ministro da Fazenda, entrou para a Câmara dos Deputados.

Em 1831, antes da Abdicação, a imprensa liberal, recorrentemente, denunciou haver um *Gabinete Secreto* contrário aos interesses da nação que comandava o governo de d. Pedro I. Ao que tudo indica, esse Gabinete nunca existiu. Para Octávio T. de Souza, existiu algo parecido, representado pelos indivíduos de extrema confiança do Imperador, com acesso diário a ele e que não podem ser tidos apenas como criados do Paço. Tais indivíduos haviam se tornado personagens antipáticos e odiosos, como João Carlota, Plácido de Abreu, Rocha Pinto, Gomes da Silva, Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda (o barão de Pati de Alferes), Visconde de Lorena, e o Marquês de Jacarepaguá, senador do Império. Mas, a figura que parece ter sido mais associada ao *Gabinete Secreto* trata-se Francisco Gomes da Silva, o Chalaça<sup>3</sup>. Tendo sido nomeado a postos importantes, tornou-se secretário do Gabinete Imperial. Foi muito elogiada sua eficiência, inteligência, sagacidade e instrução respeitável. Sua fidelidade a d. Pedro I e sua honestidade têm sido mencionadas pelos historiadores, uma vez que ele não teria aproveitado a oportunidade de seu cargo para enriquecer-se. Chalaça também foi figura controvertida. Assim é descrito: “Janota, irritava pelo arrebique o elemento

---

<sup>3</sup> Sobre a relação de Chalaça com o *Gabinete Secreto*, coloca Sousa (1957b, p. 842): “o homem realmente de mais qualidades do ‘gabinete secreto’, talvez a sua mais autêntica encarnação”.

nacional inclinado à simplicidade e até ao desleixo de maneiras e de traje; galhofeiro, chistoso – e daí a alcunha de “Chalaça” (SOUSA, 1957b, p. 842). Talvez para desfazer os boatos de existência de um Gabinete Secreto ou pelas pressões do Ministério, d. Pedro I afastou Chalaça do Paço, mandando-o para fora do Brasil junto com Rocha Pinto providos de pensões para tratarem de assuntos particulares do Imperador.

A alusão ao Gabinete Secreto, segundo Helio Vianna, surgiu da parte de Barbacena quando em conflito com d. Pedro I por causa de sua demissão do cargo de Ministro da fazenda em 1830. Barbacena foi demitido do gabinete em meio a polêmicas envolvendo suas contas relativas às despesas gastas com sua missão na Europa em 1828 e 1829, que incluem a viagem da jovem rainha de Portugal à Inglaterra e o segundo casamento do Imperador d. Pedro I. As dúvidas quanto aos gastos de Barbacena nesta missão depois das minuciosas apurações pelo Imperador repercutiram na imprensa, tendo o próprio Barbacena se manifestado publicamente em defesa de sua honra<sup>4</sup>. Barbacena referiu-se à existência de “conselheiros secretos” que cercavam o Imperador e, de acordo com Helio Vianna, era a primeira vez que um eminente político fazia tal acusação. A partir daí, entre os membros do Gabinete Secreto foram incluídos Francisco Gomes da Silva (Chalaça) e João da Rocha Pinto, não citados na exposição de Barbacena e afastados desde abril de 1830. Jornais como *O Moderador* e *O Brasileiro Imparcial* acusaram o Marquês de Barbacena de ter sido o inventor do Gabinete Secreto. A imprensa oposicionista, mesmo sendo hostil a Barbacena, não deixou de utilizar a alusão aos “conselheiros secretos” na luta política. O periódico *Astréia* comentou que o muito citado Gabinete Secreto tem dirigido os negócios do Brasil. *O Republico*, em seu segundo número, atribuía estarem nas mãos do Chalaça os destinos do Brasil, alimentando a polêmica ao afirmar que Barbacena fora demitido por um desfalque de 400 contos de réis comunicado

---

<sup>4</sup> Sobre esta exposição, ver “A *Exposição* do Marquês de Barbacena”. Na sua defesa, Barbacena menciona existirem “conselheiros secretos” (VIANNA, 1966, p. 83).

por Gomes da Silva (VIANNA, 1966, p. 88). O afastamento de Chalaça não tornaria d. Pedro I imune à crise de 1830 que o incompatibilizou, não somente com os “liberais e nativistas”, mas com os mais cordatos, mais moderados, homens como Paranaguá, Caravelas e Barbacena, e com militares como os da família Lima e Silva (SOUSA, 1957b, p. 851).

A imprensa liberal irá usar, até a Abdicação de d. Pedro, a acusação de haver um Gabinete Secreto formado por maus conselheiros que guiavam os passos do Imperador. Mas, por trás dessas desavenças, estavam em jogo as disputas por modelos de organização da estrutura do Estado e pelo papel que caberiam às elites políticas nessa estrutura.

## 1.2. Projetos políticos em 1831

O pasquim<sup>5</sup> *Os Dois Compadres Liberais* possibilitou conhecer visões vigentes na cidade do Rio de Janeiro sobre os modelos que caberiam à organização do Estado em 1831. Publicado logo após a Abdicação, este pasquim enfocou vários assuntos através do uso de um diálogo entre dois personagens, o *Brasileiro* e o *Europeu*, ambos considerados *amigos da liberdade*. Os temas abordados são variados: a organização política do Brasil em comparação aos Estados Unidos, a função da Guarda Nacional nos Estados Unidos e sua utilidade para o Brasil, os dias dignos de figurar como feriados nacionais e mesmo alguns comentários sobre a família e educação das mulheres.

O primeiro número de *Os Dois Compadres Liberais* é de 22 de abril de 1831. O redator afirma ser este pasquim uma *verdadeira cópia* do diálogo de dois compadres que ele pode escutar e taquigrafar a conversa. Desculpa-se aos compadres por tornar público seus diálogos, justificando que estes estão ajustados com o estado atual da *Regeneração*, em

---

<sup>5</sup> O pasquim é uma modalidade da imprensa com características específicas: caráter panfletário, linguagem violenta e polêmica. De caráter efêmero, não possuiu a periodicidade dos jornais (SODRÉ, 1966, p. 96-98).

referência à Abdicação. Lembra aos leitores a necessidade da união porque, dividido, o Brasil pode ser retalhado e tornar-se presa das nações fortes. Conclama pela paz nas províncias e pelo respeito às leis e às autoridades.

No primeiro número do pasquim, o *Europeu* acusa o redator do jornal *Brasileiro Imparcial*, um escritor que não era nem português nem brasileiro, de ter disseminado a intriga entre os brasileiros natos e os brasileiros adotivos<sup>6</sup>. Esta doutrina levou os brasileiros a suspeitarem da recolonização e os adotivos a suspeitarem de sua expulsão do território brasileiro. Informa que morreu o autor dessa intriga, mas as desconfianças aumentaram e os brasileiros uniram-se contra o decoro nacional para sustentar a Abdicação:

(...) os brasileiros natos receando perder a sua Liberdade, se exaltaram, se uniram, e honrosamente juraram sustentar o decoro Nacional, correndo todas as classes ao Campo de Honra, onde haviam perder a vida, ou salvar a Pátria. Da outra os Brasileiros adotivos se armaram, para defenderem suas vidas, suas mulheres, seus bens e seus inocentes Filhos, porque os de maior idade, abandonando a casa Paterna, se uniram a seus concidadãos no Campo de Marte<sup>7</sup>.

Segundo este pasquim, a intriga foi reforçada pela Proclamação do Imperador aos mineiros em Ouro Preto<sup>8</sup> e pela mudança do Ministério. Na véspera da Abdicação, as forças que sustentavam o Imperador o abandonaram, inclusive os militares da Guarda do Paço. O Imperador, vendo-se abandonado, abdicou voluntariamente o governo em nome de seu filho, antes que a situação tomasse outro rumo. Conclui que esses são os resultados das intrigas do *Defunto Imparcial*. Após esta exposição do *Europeu*, o *Brasileiro* respondeu que a explicação foi do seu agrado e que iria acrescentar o que restava. Acrescenta que os falsos amigos de d. Pedro espalharam entre os *portugueses-brasileiros*, que após saírem vitoriosos da reunião no Campo, os *defensores das liberdades pátrias* iriam saquear casas de comércio, lojas e armazéns. Acrescenta ser isso uma intriga e ato impraticável por cidadãos livres e brasileiros

<sup>6</sup> Segundo esse pasquim, os *brasileiros adotivos* são os portugueses residentes no Brasil quando ocorreu a Independência.

<sup>7</sup> *Os Dois Compadres Liberais*, 22 de abril de 1831, p. 3-4. Este trecho pertence à fala do *Europeu*.

<sup>8</sup> Esta proclamação será discutida no segundo tópico deste capítulo, intitulado “A viagem do Imperador à província de Minas Gerais”.

honrados; no entanto, ela espalhou pânico entre os pacíficos habitantes da cidade. Por fim, concluiu que tais suspeitas provaram ser infundadas, pois as tropas e os cidadãos saíram do Campo de Santana ornados com ramos e folhas da árvore da Independência e da Liberdade. Eles largaram as armas e em grupos andavam pela cidade dando vivas à Regeneração, reinando na cidade a união e a tranqüilidade<sup>9</sup>.

Do diálogo entre o *Brasileiro* e o *Europeu* neste pasquim pode-se inferir como os próprios contemporâneos em 1831 entendiam os fatos na época, interpretação esta que muitas vezes não corresponde aos fatos. Como se pode notar no diálogo comentado anteriormente, a Abdicação consolidou-se na época como uma luta de “brasileiros” versus “portugueses”, o que parece ter sido reforçada por uma série de boatos conspiratórios.

O número 2 deste pasquim<sup>10</sup> apresenta uma rica discussão a respeito do antilusitanismo. O *Brasileiro* começa o diálogo afirmando que os *pés-de-chumbo* devem ser expulsos do Brasil para reinar de fato a tranqüilidade. O *Europeu* responde ser esta medida contrária ao direito das gentes e que antes de refutar esta idéia, que não parece ser do compadre, irá perguntar quem são os *pés-de-chumbo*. O *Brasileiro* responde: “São os Portugueses que nos queriam recolonizar, e sujeitar a Portugal”<sup>11</sup>. Como justificativa refere-se às tropas estrangeiras mantidas no Brasil, às dez mil armas que o governo comprou sem o consentimento dos representantes da nação, à preferência dos estrangeiros no comando das forças armadas e à formação de um Ministério composto em sua maioria de homens suspeitos. Esta exposição mostra que a idéia da recolonização se corporificou aliada aos vários acontecimentos citados. Segundo o *Europeu*, mesmo que tais argumentos fossem verdadeiros, eles não possuem mais validade com a saída do Imperador e, havendo união, não

---

<sup>9</sup> *Os Dois Compadres Liberais*, 22 de abril de 1831, p. 4.

<sup>10</sup> *Os Dois Compadres Liberais*, 29 de abril de 1831.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 5.

há nada a temer. Acrescenta que a saída dos portugueses em geral seria a *morte comercial* do Brasil, pois, quando eles conseguem construir fortuna, permanecem no Brasil, ao contrário dos outros que se retiram. O interessante é que o próprio pasquim, mesmo acreditando na interpretação que colocava os portugueses como uma ameaça, tenta relativizar a oposição brasileiros versus portugueses para o entendimento dos conflitos de 1831, principalmente cabendo ao *Europeu* a crítica a esta oposição.

Quanto à forma de governo, o *Brasileiro* pergunta ao *Europeu* qual a mais conveniente para o Brasil. Responde o *Europeu* ser a mesma que existe, mas com algumas alterações e modificações na Constituição, que deveriam ser feitas pelos representantes da nação<sup>12</sup>. A partir daí, a conversa ultrapassa a explicação baseada na recolonização e na luta dos brasileiros contra o despotismo dos portugueses para mostrar as disputas em torno de modelos para organizar o Estado. Assim, a respeito da adoção do sistema federativo, pergunta o *Brasileiro*: “Que lhe parece, meu Compadre, o governo federativo, será útil ao Brasil?” Responde o *Europeu*: “Pois o que é o Governo do Brasil com os Conselhos das Províncias, é um Governo federativo”<sup>13</sup>. O *Brasileiro* afirma que ouviu falar que uma federação como a dos Estados Unidos é melhor. A este respeito, o *Europeu* faz uma longa exposição da organização política dos Estados Unidos, salientando que lá o governo é republicano e que não há uma religião dominante, pois todas são toleradas e protegidas pelo governo, não há dinastia reinante e não há nobreza nem condecorações. O *Europeu* considera que esta forma de governo não pode vigorar no Brasil na medida em que é irreconciliável a religião católica com o sistema republicano. O *Brasileiro* diz estar pasmado com essas novas informações e pergunta qual é a função dos padres nos Estados Unidos e por quem são sustentados? O *Europeu* responde que eles cuidam de seu Ministério, não possuem influência nos negócios

---

<sup>12</sup> *Os Dois Compadres Liberais*, 22 de abril de 1831, p. 7.

<sup>13</sup> *Os Dois Compadres Liberais*, 6 de maio de 1831, p. 11.

civis e são pagos pelos membros da religião. O *Europeu* conclui que o governo que convém ao Brasil é a Constituição, além de defender o uso do artigo 174 para a reforma do poder moderador e do poder executivo. O *Brasileiro* concorda com o *Europeu*, aceitando ser mais conveniente reformar os citados poderes e melhorar os artigos que regem o País. O diálogo conclui com visões sobre a política pautadas pela moderação e pela ampliação dos poderes das câmaras e das províncias, mas que prezassem a manutenção da unidade para que o desmantelamento dessa união não acarretasse a desestruturação da ordem social<sup>14</sup>.

Sobre as eleições, o *Europeu* defende que os senadores devem ser eletivos por tempo determinado, permanecendo no máximo o dobro de tempo dos deputados e os Conselheiros de Estado nomeados temporariamente pelas duas câmaras. Na sua interpretação, caberia ao Imperador sancionar leis no prazo de um mês ou mandá-las novamente para as câmaras acompanhadas de suas reflexões e, sendo aceitas pela maioria dos legisladores e depois de reformadas, deveriam ser remetidas à sanção do Imperador no prazo de 15 dias. Através do artigo 165, considera que o Imperador deveria nomear os presidentes de província e os comandantes da força de terra e mar, ficando essa nomeação atrelada a aprovação das câmaras. Quanto às autoridades provinciais, defende o aumento das atribuições dos Conselhos de Províncias, atuando como pequenos congressos para trabalhar a respeito dos melhoramentos expostos; além da concessão por parte das câmaras legislativas da terça parte dos rendimentos para as províncias para serem aplicadas em obras públicas e instrução da mocidade<sup>15</sup>.

Aumentar as atribuições das províncias para o *Europeu* não significava a independência total dessas, pois a união das províncias era defendida como prerrogativa para

---

<sup>14</sup> *Os Dois Compadres Liberais*, 6 de maio de 1831, p. 11-12.

<sup>15</sup> *Os Dois Compadres Liberais*, 27 de maio de 1831, p. 19.

a manutenção do Brasil. A este respeito, ele as compara com os selvagens que aqui viviam antes da chegada dos portugueses e que perderam a terra porque a desunião os enfraqueceu:

e creia que se os Selvagens se unissem não perderiam a terra que só o direito da força lhes podia tirar, mas a sua desunião os enfraqueceu; o mesmo acontecerá ao presente se as Províncias se desunirem, porém se houver união entre os Brasileiros, se admitirem braços úteis e se esquecerem ódios e suspeitas vans, nada terão a temer<sup>16</sup>.

Através da leitura desses pasquins é possível identificar o entendimento que os contemporâneos atribuíam à política em 1831. Esse entendimento pode ser estruturado em dois eixos. A posição do *Brasileiro* representa a interpretação que mais se disseminou na imprensa, ou seja, um entendimento da Abdicação mais como resultado de uma oposição entre brasileiros e portugueses, sendo que estes últimos tramavam a recolonização; por isso, o motivo de o *Brasileiro* defender que os pés-de-chumbo deveriam ser expulsos do Brasil. Por outro lado, o *Europeu* não se atém aos conflitos antilusitanos, pois até os vê como intrigas, centrando-se na catequese do *Brasileiro* sobre a forma de organização política mais adequada ao Brasil, elegendo como melhorias, sobretudo, mudanças na constituição e o aumento dos poderes das províncias e das câmaras feitos em conformidade com a manutenção da união das províncias.

### 1.3. A viagem do Imperador à província de Minas Gerais

A viagem de d. Pedro I à província de Minas Gerais, no período de 30 de dezembro de 1830 a 11 de março de 1831, é um episódio constitutivo da forma de fazer política e de estabelecer alianças do Imperador com as elites mineiras no século XIX. A viagem também era o momento em que d. Pedro I aparecia publicamente tanto para as elites como para os

---

<sup>16</sup> *Os Dois Compadres Liberais*, 3 de julho de 1831, p. 23. Este trecho pertence à fala do *Europeu*.

setores pobres. Por isso, o estudo desta viagem mostra aspectos significativos da política numa dimensão cotidiana e ampla, inserindo os diversos setores sociais e os canais de comunicação que compõem o espaço público da política neste momento.

Junto com a imperatriz d. Amélia e sua comitiva, durante quase dois meses, d. Pedro I visitou várias vilas e cidades mineiras, entre elas: Barbacena, São João Del Rey, São José, Cachoeira, Sabará, Caeté, Mariana e Ouro Preto. O Imperador sempre estava na companhia de José Mariano Batista Machado, cuja função exercida era a de oficial de Secretaria do Sr. Maia, e do vigário Antonio Marques de S. Paio. Esta viagem foi duramente criticada como inapropriada pelas elites liberais que faziam oposição ao governo de d. Pedro I na imprensa e no Parlamento. Também, alguns autores afirmaram que d. Pedro I foi recebido com indiferença e que a viagem foi desastrosa<sup>17</sup>. No entanto, esta interpretação deve ser revista, considerando que o Imperador foi bem recebido em diversas localidades pelas quais passou e, apesar dos gastos de hospedagem e alimentação despendidos, hospedar o Imperador era motivo de honra.

A descrição do itinerário da viagem de d. Pedro I publicada no *Diário Fluminense*<sup>18</sup> narra a passagem do Imperador pelas cidades mineiras e todo o cerimonial que envolvia a sua chegada. O cronista descreve as várias atividades realizadas por d. Pedro no decorrer dos dias como, por exemplo, a passagem do Imperador por igrejas; a averiguação de obras, o contato com as autoridades locais e o pouso na casa de amigos. Sua descrição é de teor oficial e detalha a agenda cumprida por d. Pedro I em cada dia de viagem. Narra os sinais de respeito e admiração prestados ao Imperador como os vivas a sua pessoa e os festejos com bandas de música organizados em sua passagem pelas várias localidades.

---

<sup>17</sup> Para tais posições ver: “A viagem a Minas” em Monteiro (1982), citado por Armitage (1943, p. 295-298).

<sup>18</sup> Viagem do Imperador D. Pedro I a Minas Gerais em 1830 e 1831. *Revista do IHGB*. Tomo LX, p. 305-383. (Transcrita no *Diário Fluminense* de 30 de dezembro a 12 de março de 1831).

As estradas que ligavam o Rio de Janeiro no início do século XIX a Minas Gerais eram as mesmas utilizadas no século XVIII. Clandestinamente, eram abertas trilhas tanto para abreviar o caminho como para fugir à ação dos registros e passagens situados na estrada oficial que cobravam altos impostos dos metais e mercadorias. O transporte de gêneros de abastecimento oriundos do porto do Rio de Janeiro para Minas Gerais era realizado através do Caminho Novo<sup>19</sup>, que se subdividia em Caminho do Couto e Caminho da Terra. A principal rota do Caminho Novo partia do porto de Estrela, passando por Petrópolis, e depois atingia Encruzilhada, onde as duas subdivisões se encontravam. Após as passagens do Paraíba e Paraibuna, seguia-se o Registro de Matias Barbosa, Juiz de Fora, Barbacena, São João Del Rey e Vila Rica. No final do século XVIII, com a crise da mineração, inverte-se o fluxo do abastecimento, e as mercadorias de Minas, como gados, carneiros, porco, galinha, toucinho, queijos e outros gêneros de subsistência, dirigem-se para o mercado carioca (LENHARO, 1979, p. 57-59).

Minas Gerais, além de ser a província mais populosa em 1831, tornou-se mais influente politicamente no Primeiro Reinado com a ascensão social dos produtores mineiros especializados no abastecimento de víveres para a Corte, especialmente os do sul de Minas. Com a penetração desses produtores na praça comercial do Rio de Janeiro, neste momento se definem os interesses políticos regionais da província mineira (LENHARO, 1979, p.19). Com atividade no ramo de abastecimento no sul de Minas Gerais e envolvido com o comércio de gado para a Corte, o político mineiro padre José Custódio Dias teve atuação destacada na Abdicação ao lado dos liberais. Este deputado é um representante típico dessa nova classe de produtores e comerciantes mineiros em ascensão na política. Ele foi vigário nas vilas de Sabará e Campanha, além de vigário-geral do bispado de Mariana. Foi eleito senador em

---

<sup>19</sup> Essa estrada ficou pronta em 1724 e por 140 anos foi o caminho preferido dos viajantes (LENHARO, 1979, p. 58).

1835, depois de alguns anos se dedicando a atividades políticas na Corte. Em geral, o setor de classe ligado ao abastecimento do mercado interno mantinha-se aliado do poder na Corte e encontrava espaço para inserir-se na estrutura política e administrativa no âmbito provincial e local. Os políticos que vinham desta camada de comerciantes mineiros começaram a ganhar notoriedade a partir de 1826 no Parlamento em aliança com os setores de tendência “nativista” e “popular”. Esses políticos “moderados” provocaram mudanças significativas nas bases do poder político e juntando-se ao grupo de Evaristo da Veiga efetivaram a aproximação entre interesses da produção e do comércio. O posicionamento da *Aurora Fluminense*, cujo redator era Evaristo da Veiga, reflete esse compromisso em sua posição quanto aos problemas do abastecimento da carne. Esse periódico atribuía o encarecimento dos preços da carne em 1831 aos fatores naturais e às epidemias. Nesse sentido, segundo Alcir Lenharo, este jornal minimizou as acusações que recaíam sobre os açougueiros e defendeu as acusações dirigidas aos criadores de gado. A Abdicação trouxe mais espaço para a classe de proprietários do comércio abastecedor projetar-se na política, pois, com a diminuição da concentração do poder na Corte, eles passaram a ser co-responsáveis pela administração imperial. Ao associarem-se a políticos provenientes da pequena burguesia urbana e do segmento militar, adquiriram uma relativa coesão e eram designados, genericamente, de liberais moderados (LENHARO, 1979, p. 119-121)<sup>20</sup>.

Em sua estada nas cidades e vilas era comum d. Pedro I receber cumprimentos de autoridades e distribuir pessoalmente ou através dos criados avultadas esmolas entre os necessitados. O jornal *Republico*<sup>21</sup> não perdeu a oportunidade de criticar as esmolas dadas pelo Imperador, alegando que os mineiros tinham gasto muito mais nos preparativos para

---

<sup>20</sup> Wlamir Silva analisa a peculiaridade da sociedade e da imprensa mineira na primeira metade do século XIX, destacando as mediações entre poder local e regional com o centro do poder (SILVA, 2006).

<sup>21</sup> “Continuação do Itinerário de S.M. a província de Minas Gerais”, assinado pelo “Pernambucano”. *Republico*, 5 de março de 1831, p. 198.

receber o Imperador. Segundo o anúncio feito em diversos números do *Telegrafo*<sup>22</sup>, o Imperador deu três mil cruzados de esmolas. O periódico *Republico* disse estar admirado com o anúncio de esmolas pelos jornais, pois, quando se trata de caridade cristã, o evangelho recomenda “que a mão direita ignore o que faz a esquerda”; além disso, na honra que o Imperador fez de aceitar alguns mimos ficou compensada a importância daquelas esmolas.

Os sinais de respeito e admiração prestados a d. Pedro I como os vivas a sua pessoa e os festejos com bandas de música organizados para a sua chegada não parecem indicar uma total impopularidade do Imperador em 1831. Por isso, apesar da crítica da imprensa liberal quanto à impopularidade desta viagem, deve-se ponderar esta afirmativa, considerando que tais jornais promoviam dura oposição ao governo de d. Pedro I.

Muito se especulou sobre os motivos que levaram d. Pedro I à província de Minas Gerais naquele momento. Entre eles os mais citados são: reprimir o desenvolvimento das idéias de federação na província de Minas Gerais e assegurar a eleição de Silva Maia que perdeu o cargo de deputado para ser ministro do Império. Borges da Fonseca, redator do jornal *Republico*<sup>23</sup>, lembra que, quando foi anunciada a viagem do Imperador a Minas Gerais, muitas coisas foram ditas. Falava-se que:

S. M. ia a Minas para proclamar aos Povos, que se queriam federar; depois da saída do Imperador falou-se muito aqui em golpes de Estado, e os periódicos do *gabinete secreto* o pediram, o ensinaram; em Minas os *cativos* anunciaram a morte dos liberais, e ameaçaram Ouro Preto de sofrer um golpe de Estado<sup>24</sup>.

O *Republico* considerou a viagem anti-constitucional porque inabilitaria o Imperador de exercer o poder moderador com a prontidão que situações de urgência exigiria. Além disso, considerava que a viagem traria transtornos aos moradores. Acrescenta que, com exceção de

---

<sup>22</sup> Jornal citado pelo *Republico*. O *Telegrafo* é citado como o jornal dos absolutistas. Consta que os mineiros ligados a esse jornal também eram conhecidos como *Rozas*, por pertencerem à Ordem da Roza.

<sup>23</sup> Jornal de posição liberal e a favor do federalismo. Sobre ele ver capítulo 2.

<sup>24</sup> *Republico*, 12 de março de 1831, p. 210.

alguns moradores que ficaram lisonjeados com tal hospedagem, os mais pobres sofreram incômodos para hospedarem a comitiva, dispondo de serviços e de vitela. O Imperador levou para sua viagem uma numerosa tropa carregada de vinhos, nozes, presuntos, azeitonas, queijos, etc. O *Republico* também criticou o não-pagamento do quinto dessa mercadoria no registro de Paraibuna, obrigação da qual o Imperador não era isento. Consta que esta carga permaneceu intacta, pois as hospedagens recaíam sobre os moradores das estradas e, quando o Imperador chegou a Ouro Preto, deu essas mercadorias ao coronel Neco<sup>25</sup>. O *Republico* não menciona somente perdas econômicas para a população local por onde a comitiva de d. Pedro I passava. A viagem poderia ser benéfica aos moradores, ao promover uma circulação de dinheiro, tanto por meio dos gastos despendidos para receber o Imperador quanto através das esmolas que o mesmo concedia as igrejas e aos pobres. O *Republico* falava em nome dos mineiros, das demais províncias e da opinião pública, conclamando que todos exigissem a dissolução do *gabinete secreto* e, caso isso acontecesse, concordariam que foi útil à vinda do Imperador a província de Minas Gerais<sup>26</sup>. A crítica do *Republico* à viagem de d. Pedro I está atrelada a questões políticas, sendo, nesse, momento, a acusação do Imperador manter um “gabinete secreto” a principal.

Quanto à relação do Imperador com as elites mineiras, em um manifesto feito na Câmara Municipal da vila de Santa Maria de Baependi, d. Pedro nega a existência de partidos “demagógicos”<sup>27</sup>. No dia 11 de fevereiro de 1831, em discurso na vila de Sabará, d. Pedro I diz contar com ajuda dos habitantes para sustentar a Constituição, defendendo-a dos ataques do “partido desorganizador”<sup>28</sup>. No dia 23 de fevereiro de 1831, quando o Imperador estava na cidade de Ouro Preto, o Bispo de Mariana declara em discurso que os mineiros querem

---

<sup>25</sup> *Republico*, 26 de março de 1831, p. 231.

<sup>26</sup> *Republico*, 9 de maio de 1831, p. 208.

<sup>27</sup> Viagem do Imperador D. Pedro I a Minas Gerais em 1830 e 1831. *Revista do IHGB*. Tomo LX, p. 329.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 345.

religião, Imperador e Constituição e não-federalismo e pede a d. Pedro I que os defenda dos inimigos da Constituição<sup>29</sup>. Apesar de nos relatos dos jornais liberais sobressaírem as oposições sofridas por d. Pedro I na província de Minas Gerais por parte dos federalistas, havia setores das elites mineiras que o apoiavam, reafirmando em seus discursos que os mineiros queriam religião, Imperador e Constituição e não-federalismo e pediam ao Imperador que os defendesse dos inimigos da Constituição.

A partir da análise das fontes, identificam-se as relações de setores populares com a política através de uma apropriação específica do ideário liberal. Neste caso, o jornal *Republico* sugere que as províncias visitadas pelo Imperador se encontravam *virtualmente* em estado de conflagração, sobretudo Ouro Preto e Mariana, onde os cativos enchiam as ruas de pasquins insultantes aos liberais. Sobre o conteúdo de um desses pasquins que apareceu em Mariana, onde o frade bispo é o principal chefe dos “cativos” tem-se:

*Será rei da republica  
O malvado Vasconcelos  
Corra o sangue dos patifes,  
Que os pardos vão cativar*<sup>30</sup>.

O exemplo citado sugere que os termos “liberais” ou “federalistas” não podem ser associados diretamente ao “povo” ou à liberdade, mas devem ser compreendidos como construções políticas complexas que eram apropriadas diferentemente pela sociedade. O *Republico* ironiza a idéia que fazem da República, ao aclamarem um rei para esta. Diz ser uma calúnia imprudente atribuir aos liberais intentos de escravizarem os homens de cor. Pode-se dizer que as camadas populares não podem ser vistas a partir dos pressupostos da “incultura”

---

<sup>29</sup> Idem, p. 361.

<sup>30</sup> “Continuação do Itinerário de S. M. a Província de Minas Gerais, ou peregrinação, como lhe chama o frade Bispo de Mariana”. *Republico*, 26 de março de 1831, p. 232.

e da “ignorância”, mas exteriorizam uma consciência ambígua em relação aos ideários políticos das elites<sup>31</sup>.

Tanto da parte dos que apoiavam d. Pedro I como de seus opositores corriam boatos conspiratórios durante a viagem do Imperador a Minas Gerais. O boato adquire uma importância grande na formação da “opinião pública” numa sociedade com altos índices de analfabetismo como a brasileira do século XIX e marcada pela oralidade. A comunicação oral favorece a multiplicação de falsas notícias, ao aumento de deformação dos fatos e ao surgimento de lendas (LEFEBVRE, 1979, p. 80). Pode se notar que o boato ganha força e se dissemina como crença numa sociedade cujo poder está fragilizado e, então, ele acaba por revelar o vácuo de autoridade e poder desta sociedade. Os boatos foram fundamentais na disseminação da insatisfação, mesmo que na realidade eles não tenham fundamento concreto ou não sejam tão significativos. Boatos foram espalhados por emissários do Rio de Janeiro na província de Minas Gerais com o intuito de prejudicar os objetivos do Imperador de retomar sua popularidade nessa província (SEIDLER, 1980, p. 276). Também foram espalhados boatos em Mariana durante a viagem do Imperador a Minas Gerais.

Esta cidade encontrava-se dividida por facções. As folhas liberais da província alegam que foram empregadas duas armas para indispor a população contra os liberais. Primeiro, a divulgação de boatos que os brasileiros adotivos seriam “esbulhados” de todos os empregos, principalmente dos cargos eletivos, e segundo, a de que os patriotas queriam “escravizar ou oprimir os homens de cor”. É surpreendente a leitura que o homem comum poderia fazer dos conflitos políticos e a existência de um espaço público nesse momento, em que boatos,

---

<sup>31</sup> A este respeito ver Barreiro (2002, p. 83-95), "A Revolução Política da Independência: espaço político da modernidade". O autor analisa a visão crítica das “classes subalternas” sobre a Independência, mais especificamente, em relação às imagens unificadoras de nação e povo criadas pela burguesia.

notícias e interpretações sobre a política parecem chegar às ruas e atingir não somente a população de leitores.

A Proclamação<sup>32</sup>, de autoria de d. Pedro I, lançada durante esta viagem em Ouro Preto em 22 de fevereiro de 1831, também reproduzida em vários jornais da cidade do Rio de Janeiro, foi objeto de inúmeras polêmicas na imprensa. Nesta proclamação, o Imperador refere-se ao *partido desorganizador* que, sob influência dos acontecimentos da França, espalha panfletos e calúnias contra a sua pessoa e contra o governo. Faz menção à existência de um partido que deseja desencadear uma guerra civil e que prega a adoção da “forma federativa”. Pede ao povo que não se deixe induzir por doutrinas perigosas que podem levar o Brasil a desgraça<sup>33</sup>. A Proclamação foi muito utilizada pela imprensa liberal para acentuar boatos de golpes e como argumentação de desrespeito à Constituição. O Ministro da Justiça Manoel de Souza França<sup>34</sup> considera a viagem do Imperador a Minas Gerais e a Proclamação que este divulgou em Ouro Preto em referência ao “partido desorganizador” um momento de exacerbação do conflito, assinalando que d. Pedro I iria endurecer sua política aos seus opositores, uma espécie de declaração de “guerra civil”. O Ministro compara a proclamação do Imperador como “o primeiro rebate que Aníbal estava às portas de Roma”<sup>35</sup>.

Quanto à menção na Proclamação da existência de um *partido desorganizador*, o periódico *Tribuno do Povo* defende-se, alegando que as *folhas livres* não são desse partido, como também os que defendem a federação que é permitida pela Constituição. E pergunta até quando agüentaram serem zombados pelos ministros e maus conselheiros, pois o *Tribuno* atribuía a autoria da Proclamação a eles. Acusa os *autores da proclamação* de pretenderem

---

<sup>32</sup> “Proclamação que S. M. o Imperador fez aos Mineiros, em geral, e a todos os Povos do Brasil”. Ouro Preto, 22 de fevereiro de 1831.

<sup>33</sup> “Proclamação que S. M. o Imperador fez aos Mineiros, em geral, e a todos os Povos do Brasil”. Ouro Preto, 22 de fevereiro de 1831.

<sup>34</sup> Relatório do Ministro da Justiça Manoel de Souza França do ano de 1830 apresentado à Assembléia Geral Legislativa em 1831.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 1.

incutir o terror e a confusão entre os povos falando em cenas de horror<sup>36</sup>. Defende-se da acusação de que os *desorganizadores* almejam empregos e afirma que não há empregos a que aspirar, uma vez que estes, com algumas pequenas exceções, estão nas mãos de gente incapaz e inimiga. Por fim, lamenta o infortúnio de d. Pedro I de estar rodeado de homens traidores.

O pasquim *Cartas ao Povo* culpou a “Proclamação” por lançar a discórdia e acredita que a honra e a glória nacional *reclamam vigilância*. Considera a Proclamação inconstitucional, pois ela ataca o artigo 174 da Constituição, que “estabelece o princípio da reforma quatrienal em tudo o que é Constitucional sem exceção porque o que não é constitucional pode ser reformado sem as formalidades requeridas, e pelas Legislaturas Ordinárias”<sup>37</sup>. Entende que a federação, *mesmo no rigor e terror da palavra* não desobedece a nenhum artigo constitucional, porém considera que as reformas necessárias possam ser realizadas fora do sistema federal, através do melhoramento de vários ramos da administração pública e da ampliação dos poderes dos Conselhos Gerais das províncias. A imprensa liberal irá cada vez mais usar a Proclamação para atacar o governo de d. Pedro I de possuir intentos despóticos, de não ser constitucional, de almejar a recolonização, entrando a viagem a Minas Gerais no rol de eventos ao qual se atribui a queda do Imperador.

#### **1.4. A Noite das Garrafadas e o antilusitanismo**

Foi numa festa organizada por alguns moradores da cidade do Rio de Janeiro para comemorar a volta da viagem do Imperador à província de Minas Gerais que ocorreu a Noite das Garrafadas, principal distúrbio de teor político e social que precede a Abdicação. Este episódio ocorreu no quadrilátero delimitado pelas Ruas da Quitanda, dos Ourives, Direita e

---

<sup>36</sup> *Tribuna do Povo*, 14 de março de 1831.

<sup>37</sup> *Cartas ao Povo*, 26 de março de 1831, p. 4.

das Violas<sup>38</sup>, localidades de comércio português, e no Rocio, habitada, sobretudo, por negros e pardos, entre os dias 11 e 15 de março de 1831.

Nessas ruas, segundo os relatos, os conflitos se dão entre portugueses e brasileiros que se insultavam mutuamente. Os portugueses davam vivas ao Imperador, aos bons portugueses e “morras” aos republicanos, enquanto os brasileiros davam vivas à federação, somente para citar alguns exemplos. Das janelas das casas caíam, entre outras coisas, cacos de vidros de garrafas. Certamente, as fontes indicam a presença de conflitos antilusitanos nas Garrafadas. No entanto, como entender essa mistura de conflitos antilusitanos com motes políticos? Como explicar a grande repercussão da Noite das Garrafadas na imprensa e qual relação desta com a Abdicação?

Nas Garrafadas são inúmeros os exemplos de negros e pardos que participaram do conflito. Agrupamentos compostos de homens de pés no chão, negros, pardos vestidos de jaqueta e armados de paus e alguns brancos com chapéu ornado com o laço nacional<sup>39</sup> formavam-se em várias ruas da cidade do Rio de Janeiro. O *Novo Censor* menciona um cativo participante da Noite das Garrafadas que foi detido no momento em que ia descarregar o seu cacete na cabeça de um cidadão pacífico<sup>40</sup>. Em outro momento indica novamente a participação dos negros nas disputas políticas desse momento: “Os Negros são os que continuam a serem iludidos!”<sup>41</sup>.

Os xingamentos e os conflitos descritos pelas testemunhas interrogadas na devassa que apurou os acontecimentos mostraram a existência de conflitos raciais, sobretudo opondo os “portugueses” estabelecidos na Candelária com os “brasileiros”, termo que neste conflito

---

<sup>38</sup> A organização dos festejos é atribuída aos portugueses comerciantes estabelecidos nessas ruas.

<sup>39</sup> O uso do “laço nacional” não era novo. Em 1821 significava obediência às Cortes; na Independência era usado por quem apoiava a “causa brasileira” e em 1831 passava a ser associado ao federalismo. Para Ribeiro (2002, p. 248-250), essa simbologia associa-se, sobretudo, à liberdade.

<sup>40</sup> *Novo Censor*, 23 de março de 1831, p. 4.

<sup>41</sup> *Novo Censor*, 23 de março de 1831, p. 5.

aparece mais associado aos negros e pardos, xingados de “cabras”. Nesse sentido, algumas explicações já foram apresentadas para entender as Garrafadas como as considerações em relação à disputa no mercado de trabalho entre os homens pobres, ou seja, entre portugueses versus escravos e libertos que exerciam o mesmo ofício. A crescente entrada de imigrantes portugueses no Brasil acirrou a concorrência entre portugueses com os negros no mercado de trabalho carioca. Mary Karasch (2000) mostra a variedade de funções dos escravos da cidade do Rio de Janeiro. Eles desenvolviam atividades como a de carregadores, almocreves, barqueiros, marinheiros e operários fabris. Além dessas atividades, exerceram profissões mais especializadas, como na ourivesaria e sapataria, o que gerava protestos dos brancos em um mercado competitivo. O ódio ao português deve ser remetido à posição social que eles desempenharam na sociedade brasileira do século XIX. No primeiro reinado, os portugueses ocuparam posições de influência nas funções públicas, sobretudo nos setores judiciários e das milícias, e possuíam riqueza comercial, além de quase todos os ministros serem portugueses. Por outro lado, portugueses pobres concorriam com negros e pardos no mercado de trabalho.

Até 1834, os portugueses representam a maioria dos estrangeiros que entraram no Brasil (em 1831 eram 56,5%). Os imigrantes portugueses eram, sobretudo, homens vindos do Porto ou do norte de Portugal, solteiros e de idade entre 10 e 30 anos (RIBEIRO, 2002, p. 188). Poucos deles empregavam-se nas regiões rurais da Corte, a maioria habitava as freguesias urbanas, principalmente a freguesia da Candelária (68,9% de portugueses em 1831), palco da Noite das Garrafadas (RIBEIRO, 2002, p. 195-196).

A Candelária era denominada “Cidade Velha”. Aí ficavam muitos edifícios públicos, como os Correios, o Arsenal da Marinha, a Alfândega, o Paço Municipal e a Praça do Comércio. Nesta freguesia estava a “Cidadela Portuguesa”, formada pelo quadrilátero delimitado pelas Ruas da Quitanda, dos Ourives, Direita e das Violas. Na Rua da Quitanda,

constantemente citada nos depoimentos das Garrafadas como local de muitos conflitos entre os grupos que se agrediam com cacos de garrafas e outros objetos, havia, da esquina da Rua do Ouvidor até a dos Pescadores, muitas lojas de mercadorias a retalho. Na Rua Direita e dos Pescadores também residiam respeitáveis comerciantes<sup>42</sup>. As Ruas do Ouvidor e da Quitanda possuíam notável participação política e social, era na confeitaria do Carceler que se reunia a nata da intelectualidade (KATO, 1988, p. 35-36).

A participação de escravos nas Garrafadas, embora não se tenham testemunhos dos motivos pelos quais esses negros entraram no conflito, sabe-se que a obtenção da liberdade através da alforria nesse momento ficou extremamente difícil. Através da constatação do exíguo número de cartas de alforria no século XIX, Florentino (2002) concluiu que a condição dos escravos foi severa no século XIX. No contexto das transformações da sociedade no século XIX, decorrente do crescente aumento no número de migrantes europeus e na estruturação do Estado Nacional, a norma que justificava o cativo a partir de enraizadas regras morais foi substituída por outra alicerçada no primado da propriedade e do mercado. Tais mudanças relacionadas ao estatuto do escravo e à valorização do preço da alforria de 1820 em diante redefinem as opções, expectativas e estratégias dos escravos no que se refere à liberdade. Em fins do século XVIII há na composição da população da cidade do Rio de Janeiro um conjunto considerável de pardos e negros libertos, no qual estavam incluídos tanto os manumissos quanto os nascidos fora do cativo. Nesse momento alforriava-se muito: os dados mostram que os alforriados representavam 20% dos habitantes das freguesias urbanas dessa cidade em 1799, o que equivale a nove mil alforriados. Os libertos equivaliam a 60% da população escrava e, quando somados aos cativos, representavam a maioria da população

---

<sup>42</sup> Sobre a disposição das freguesias no Rio de Janeiro no século XIX ver Gladys S. Ribeiro. “A ‘Cidadela’ Portuguesa: aspectos populacionais e o perfil da imigração lusa na Corte”. In: \_\_\_\_\_. *A liberdade em construção*; Santos (1965) e Kato (1988), no capítulo: “Como este Rio de Janeiro ficou grande”.

urbana. No século XIX o quadro é diferente, há um aumento no número de escravos, sobretudo de africanos, uma quantidade nunca observada de imigrantes portugueses e um pequeno número de libertos. Em meados do século XIX, apenas uma entre cada dez pessoas livres havia passado pelo cativo, enquanto que em 1799 uma em cada três pessoas havia estado no cativo. A alta dos preços dos escravos foi o elemento fundamental para a diminuição do número de alforrias, o valor do escravo típico (homem, entre 15 e 40 anos de idade) teve seu preço dobrado entre o final do século XVII e a década de 1820, repetindo-se nos anos 1830.

Os conflitos que envolveram portugueses e a população pobre nas Garrafadas podem ser relacionados ao agravamento da situação econômica com a grave crise de abastecimento de alimentos em 1831 na cidade do Rio de Janeiro. Essa foi uma das sucessivas crises que elevava os preços dos víveres, cuja culpa na época recaiu sobre os atravessadores, os caixeiros e vendeiros tidos como exploradores. Na cidade do Rio de Janeiro, os anos entre 1825 a 1830 foram considerados como uma época de empobrecimento das camadas populares, decorrente de uma série de razões: os altos impostos sobre o abastecimento local que acarretou o encarecimento dos víveres, a desvalorização da moeda para arcar com os gastos das guerras de independência, o custo militar e financeiro com a guerra da Cisplatina, o pagamento de indenização a Portugal e a circulação de moeda falsificada. Sobre a crise econômica de 1831, sabe-se que na época a culpa pelo alto preço ou pela falta de carne foi atribuída aos açougueiros que, em geral, eram portugueses (LOBO, 1978). Lenharo (1979) analisou as sucessivas crises de abastecimento no Rio de Janeiro a partir de 1808 e a existência de uma visão que o autor chamou de *moralista*, segundo a qual a culpa dessas crises era atribuída à má conduta dos comerciantes gananciosos<sup>43</sup>. Ao contrário dessa interpretação, o autor

---

<sup>43</sup> Ver “O abastecimento da Corte após 1808” (LENHARO, 1979, p. 41-55).

mostrou que os problemas que afetavam o abastecimento são diversos, como a ênfase na economia de exportação, a dificuldade de transporte, os problemas internos das províncias das quais os víveres procediam e a ampliação das demandas do mercado carioca decorrentes do crescimento demográfico a partir da vinda da Corte. Somando-se a esse quadro, o autor destaca outros aspectos mais particulares, como o monopólio sobre o comércio carioca de carne verde a partir de 1823 e a irradiação da economia cafeeira acentuando a urbanização de áreas anteriormente destinadas à produção de gêneros de subsistência. Com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, instituíram-se novos padrões de consumo, já que aportaram nesta cidade delegações diplomáticas, altos comerciantes, estratos burocráticos e militares. Também, é nesse momento que esta cidade constituiu-se no mais importante entreposto comercial de todo o Centro-Sul. Portanto, as transformações desencadeadas a partir de 1808 demandavam o aumento do abastecimento de alimentos, e as doações de alimentos dos colonos já não podiam mais suprir as necessidades do mercado com o crescimento populacional da cidade (LENHARO, 1979, p. 41-43).

Apesar das explicações sobre a grave situação econômica de abastecimento e a disputa no mercado de trabalho<sup>44</sup> entre homens pobres para entender o antilusitanismo da Noite das Garrafadas, elas ainda pouco nos informam sobre as disputas políticas que posteriormente resultaram na Abdicação de d. Pedro I. Como e por que setores das elites e camadas médias da sociedade carioca, entre os quais deputados, redatores de jornais e oficiais do exército, participaram da Noite das Garrafadas? Tal dificuldade em avançar a compreensão desse conflito para além do entendimento desta como um conflito entre brasileiros e portugueses está atrelada aos discursos da imprensa na época que reforçavam esta interpretação. Por

---

<sup>44</sup> Para Gladys Sabina Ribeiro, as rixas dos homens pobres decorrentes das disputas pelo mercado de trabalho evidenciam-se com clareza nas Garrafadas, “quando escravos, libertos e ‘brasileiros’ invadiram o ‘quadrilátero’ português em nome da ‘nacionalidade’ e da ‘cidadania’, travestidas mais uma vez como ‘Causa do Brasil’ e amor à Pátria” (RIBEIRO, 2002, p. 215-216).

exemplo, na opinião do pasquim *Cartas ao Povo*, os brasileiros foram desarmados para as ruas e no segundo dia foram agredidos pelos portugueses que se armaram. Assim coloca: “os sarracenos atacavam os meninos que estavam com o tope nacional, feriram quem levava o tope dizendo que eram federalistas”<sup>45</sup>.

Os depoimentos sobre as Garrafadas descrevem os vários bandos que se atracavam mutuamente<sup>46</sup>. Estes bandos dividem-se, basicamente, em dois grupos: os liberais federalistas e os que organizaram os festejos, tidos por antifederalistas e mais associados aos portugueses. O bando da Rua da Quitanda, composto de brancos, pardos e pretos, dava vivas a Sua Majestade o Imperador e a Constituição tal qual foi jurada e “morras” aos Federalistas e Republicanos. Esse bando queria ir ao Rocio para acabar com os que os haviam insultado com vivas à Federação e à República quando festejavam boas-vindas à Sua Majestade Constitucional. Consta que o grupo que estava no Rocio dava vivas à Sua Majestade o Imperador Constitucional, à República Legislativa e aos Deputados Liberais, queixando-se de que “os portugueses tinham derramado sangue dos brasileiros que deviam ser vingados”. Em outro depoimento, relata-se que havia um grande bando na Rua do Ouvidor que queria ir ao Rocio acabar com os “Republicanos e Federalistas”<sup>47</sup>. No Rocio, consta haver um bando formado de “gente de diferentes cores” que desceu até as Ruas da Quitanda e da Direita, onde estavam as fogueiras, os fogos e as músicas, e começou a dar vivas ao contrário ao regime estabelecido – a República. Consta que ambos os partidos se ameaçaram de *parte a parte* com

---

<sup>45</sup> Esta interpretação aparece no primeiro número do pasquim *Cartas ao Povo*, datado de 26 de março de 1831, p. 3. Este pasquim coloca-se com a tarefa servir a pátria, apesar de sua *pobreza das luzes*. Apresenta como missão advertir os leitores das traições dos inimigos que há muito tempo *maquinavam* e que eram protegidos pelo governo. Acrescenta que tais inimigos não perderam as esperanças de recolonizar o Brasil.

<sup>46</sup> *Traslado do processo a que deu motivo os tumultos das Garrafadas do dia 13, 14 e 15 de março de 1831* (p. 1-31). Este documento contém depoimentos de policiais e de militares, como também de moradores das ruas que presenciaram os conflitos ou participaram deles. Este documento apresenta algumas subdivisões: 1) Depoimentos de policiais e militares (p. 1-16); 2) “Inquirição de testemunhas para corpo de delito indireto” (p. 16-20); 3) Sentença de julgamento e corpo de delito (23 de março de 1831) (p. 20-26); 4) Pronúncias (p. 26-31).

<sup>47</sup> *Traslado do processo a que deu motivo os tumultos das Garrafadas do dia 13, 14 e 15 de março de 1831* (p. 3-4).

fundos de garrafa e outros objetos<sup>48</sup>. Como se pode notar, nos discursos que constam no Traslado, aos poucos, vai se configurando dois grupos, um que se auto-denominava *brasileiros* contra os que eram associados aos *portugueses*; porém, nos dois grupos há a presença de pardos e negros.

Os relatos das testemunhas informam que os bandos eram formados, às vezes, por mil indivíduos, outras vezes por 400 e 200 pessoas. Policiais e tropas tentavam conter os distúrbios, e durante o conflito foram feitas algumas prisões como a de José Maria Monteiro, que gritava: “Brasileiros, vamos neles desembainharmos um estoque”. Aparecem no meio dos distúrbios conflitos entre personagens conhecidos, como no dia 15 de março, em que Francisco Soares deu chicotadas em Chagas (redator do Tribuno), porque o último gritava: “Viva Sua Majestade o Imperador Constitucional”<sup>49</sup>. Em outro caso fora preso no dia 15 de março na Rua Direita o comissário do Esquadrão Nacional, Rodrigo Paz do Amaral, por dar vivas à Federação em frente da tropa que ali estava. Havia um oficial que acompanhava nos dias 12 e 13 de março o *partido dos federalistas* dando vivas à federação e praticando ações indignas de um oficial. Assim coloca o depoente:

sendo no dia 13 por mim advertido no Estado Maior do Batalhão dizendo-lhe que faria muito mal em praticar de semelhante maneira e que era preciso guardar respeito as autoridades e a Sua Majestade Imperial que a ela deveríamos derramar a última gora de sangue, respondendo-me que era esse seu gosto, e que os seus amantes eram e haviam de ser o redator do *Republico* com quem acompanhado todas as noites de braço dado ao *Tribuno*, e todos os mais que pugnavam pela federação (...) <sup>50</sup>.

Alguns militares que participaram das Garrafadas foram presos. No dia 14 de março foi conduzido à Fortaleza de Santa Cruz o alferes Faustino, que, no momento de sua prisão, pronunciou palavras indignas contra todas as pessoas e autoridades que *seguiram a ordem*. O depoente e condutor declarou que foi obrigado a rebater sua audácia advertindo-o para que se

---

<sup>48</sup> Idem, p. 5.

<sup>49</sup> Idem, p. 7.

<sup>50</sup> *Traslado do processo a que deu motivo os tumultos das Garrafadas do dia 13, 14 e 15 de março de 1831*, p. 8.

comportasse e dizendo que não ouviria mais nada. No entanto, quando chegou dentro do Arsenal, juntou-se a Francisco João Barcellos que ia preso e começaram a vociferar contra a Majestade, dizendo que os pretos e pardos que havia no Escaler e que foram embarcados eram a sua gente e que todos os brasileiros adotivos, sem exceção, deviam ser “papados a espada”<sup>51</sup>. Outro caso é o do cadete Cajueiro, que foi visto no bando dos federalistas com uma bandeira alvorada em um pau dando vivas à federação. Consta também que 10 paisanos queriam entrar na Guarda da Comarca para agredir o oficial que não dera vivas à sua Majestade Imperial<sup>52</sup>.

Estes depoimentos das testemunhas inquiridas no Traslado indicam que a Noite das Garrafadas não pode ser caracterizada somente como um conflito que envolveu comerciantes portugueses que se atracavam com segmentos populares por questões relacionadas à crise de abastecimento e disputas no mercado de trabalho. Os motes políticos descritos pelas testemunhas, a presença das elites, das camadas médias e de militares nas Garrafadas requerem novas análises. A ligação de setores do exército com os liberais é um elemento importante. Por exemplo, no Traslado uma testemunha relata que o tenente do Batalhão do Imperador Elisario Garces d'Araújo é republicano e amigo íntimo do *Republico* e do *Tribuno*, em referência aos redatores desses jornais, respectivamente Borges da Fonseca e Francisco das Chagas Oliveira França<sup>53</sup>. Também, relata-se que na Rua da Quitanda vinha um grupo de mais de 100 pessoas guiadas pelo redator do *Republico* dando vivas à federação, do qual faziam parte o alferes Faustino dos Reis, um cadete de artilharia, e o alferes Manoel José. Nos grupos em que se avistavam os militares havia muitos homens de cor parda dando vivas à federação e “morras” ao Imperador, como o capitão do Terceiro Batalhão Mariano João. Esses desciam a Rua da Quitanda armados com paus, enquanto outros grupos, com espadas e

---

<sup>51</sup> Idem, p. 9.

<sup>52</sup> *Traslado do processo a que deu motivo os tumultos das Garrafadas do dia 13, 14 e 15 de março de 1831*, p. 10.

<sup>53</sup> Idem, p. 12.

pistolas, gritavam que queriam acabar com os pés-de-chumbo e davam vivas à federação, acusando a tropa que os tentava conter de compradas pelos chumbos e contra os brasileiros<sup>54</sup>.

Os moradores interrogados que habitavam as ruas nas quais ocorreram os distúrbios descreveram os vivas que eram dados pelas pessoas durante as Garrafadas: de um lado, os vivas ao Imperador e aos bons portugueses e os xingamentos aos “cabras”, de outro, os vivas aos federalistas e os xingamentos aos pés-de-chumbo. A maioria dos depoimentos identifica os “brasileiros” como os agredidos por fundos de garrafas, pelas garrafas de aguarrás e botijas de tinta arremessados dos sobrados da Rua do Ouvidor<sup>55</sup>.

Juntando-se todas essas reconstituições das Garrafadas, chama atenção o fato dos conflitos antilusitanos se misturarem às questões políticas candentes nesse momento, principalmente a bandeira da federação que era pregada pelos jornais *Tribuno do Povo* e *Republico*. A Noite das Garrafadas ganhou notável dimensão na imprensa liberal, mesmo os jornais mais moderados, como o *Aurora Fluminense*, que, a despeito de não partilhar dos ideais federalistas do *Republico*, considerou o conflito um insulto aos brasileiros e ao pundonor nacional.

O jornal *Novo Brasileiro Imparcial* critica a polarização “portugueses” e “brasileiros” que alguns redatores utilizaram para explicar a Noite das Garrafadas. Logo no início, este periódico adverte que a linguagem empregada é “tosca” e que tem como missão exprimir sua opinião em meio a tantos analistas. Afirma escrever motivado não pelo espírito de partido, mas pelo amor à ordem e à utilidade pública. Coloca-se a favor da conciliação e contra a instigação do ódio entre brasileiros e portugueses. Considera que o *Republico* generalizou ao empregar o termo “portugueses” para identificar os desordeiros da Noite das Garrafadas. Pela primeira vez um jornal analisa a construção da polarização “portugueses” e “brasileiros”. A

---

<sup>54</sup> Idem, p. 11-12.

<sup>55</sup> *Traslado do processo a que deu motivo os tumultos das Garrafadas do dia 13, 14 e 15 de março de 1831*, p. 16-31.

respeito dessa questão coloca: “somos imparciais, nós só nos propusemos à conciliação de todos os nossos irmãos num só centro (...)”<sup>56</sup>. Este periódico argumenta que sua intenção era esquecer os funestos acontecimentos dos dias 13 e 14 de março que não deveriam figurar na história do Brasil independente; no entanto, eles estavam sendo tomados por uma questão nacional. O redator adverte que não presenciou tais acontecimentos, mas que iria debater as proposições lançadas pelos seus colegas escritores, sobretudo as que apresentavam certa inexatidão. Sobre quem teria começado as agressões na Noite das Garrafadas, diz não saber quais foram os insultantes e quais foram os insultados<sup>57</sup>. Critica o periódico *Republico* por dizer que os portugueses nos insultam, pois considera que não foram todos os portugueses residentes na Corte que entraram na desordem e sim alguns caixeiros e criados de servir da Rua da Quitanda. Justifica que os portugueses reconhecidos como brasileiros adotivos, muitos deles estabelecidos com negócios, *homens de bem*, *bons cidadãos casados*, não se encontravam na desordem nem a apoiavam, porque tais conflitos poderiam ocasionar um tumulto geral na cidade e colocar em risco suas fortunas, suas vidas e de suas famílias. Cita nomes de portugueses influentes que não estiveram nas Garrafadas para discordar do *Republico*, que emprega o termo “portugueses” em referência aos desordeiros. Adverte que os portugueses são somente aqueles que chegaram ao Brasil depois do juramento da Constituição. Nesse sentido, é inexato empregar o termo “portugueses”, uma vez que foi informado que no “barulho” participavam brasileiros adotivos que se encontravam alistados nas milícias. Declara estar convencido de que os brasileiros adotivos e os portugueses que entraram no conflito e que aspiravam a recolonização do Brasil eram “gente abjeta”, pois os que se encontravam estabelecidos com negócios, lavouras, fábricas e empregos cooperavam para a felicidade do Brasil. Quanto à atuação da polícia nesse conflito, não concorda que ela

---

<sup>56</sup> *Novo Brasileiro Imparcial*, 24 de março de 1831, p. 9.

<sup>57</sup> A respeito dos insultos como um campo de estudo para a história social ver Garrioch (1997).

foi mandada para defender os *tumultuosos* e, após conversar com algumas pessoas, pôde concluir que a polícia trabalhava para apaziguar o *barulho*.

O *Novo Brasileiro Imparcial* discute as argumentações do redator do *Novo Censor* a respeito da Noite das Garrafadas. Afirma que parou de ler o *Novo Censor* por ele se encontrar tomado de um *espírito de parcialidade*, presidido pela maledicência e pelo vitupério. Critica-o por empregar *expressões pesadas, diatribes e impropérios*, que ao invés de atacar as idéias, insultavam os indivíduos. Declara que, mesmo não sabendo quais foram os insultantes e quais foram os insultados, diante da posição da maioria dos jornais e da Representação<sup>58</sup> que foi levada ao Imperador, não era crível a argumentação do *Novo Censor* que, ao conferir aos brasileiros o caráter de sediciosos, misturava os negros e os cativos com oficiais do Segundo Corpo de Artilharia de Posição<sup>59</sup>.

Segundo o *Novo Brasileiro Imparcial*, ficou sabendo que os brasileiros foram atacados e obrigados a tirar o laço nacional do chapéu à força. Considera que tal distintivo não é o laço nacional e sim um indicativo do *partido federalista*; no entanto, nenhum indivíduo poderia tirar o laço nacional mesmo sendo distintivo do *partido federalista*, pois compete ao governo punir tal atentado.

Termina sua exposição acreditando ser os conflitos das Garrafadas um ataque à honra nacional e aos brasileiros:

O ataque à honra Nacional, o massacre dos Brasileiros há de ser punido: os vivos sediciosos, as doutrinas, e incitação a desordem, e anarquia, há de ser castigado: logo que se conheçam os cúmplices eles expiaram seus crimes; resta por tanto, Brasileiros Natos, e Adotivos, que tenhamos confiança no Governo, deixemos que livre opere sobre qualquer acontecimento (...) UNIÃO E TRANQUÍLIDADE, brasileiros, é o que somente nos convém no começo de nossa Independência. Respeito ao trono, confiança no governo, amor ao Monarca (...)<sup>60</sup>.

<sup>58</sup> “Proclamação que S. M. o Imperador fez aos Mineiros, em geral, e a todos os Povos do Brasil”. Ouro Preto, 22 de fevereiro de 1831.

<sup>59</sup> A crítica é dirigida, sobretudo, à edição n. 9 do *Novo Censor*, do dia 19 de março de 1831.

<sup>60</sup> *Novo Brasileiro Imparcial*, 24 de março de 1831, p. 12.

A idéia exposta pelo *Novo Brasileiro Imparcial* é a de que se deve relativizar a interpretação de que portugueses atacaram os brasileiros, mas não exclui existirem portugueses que entraram no conflito contra os brasileiros e que almejavam a recolonização. Mesmo relativizando a oposição brasileiros e portugueses, a interpretação que permanece das Garrafadas é a de um conflito em que os brasileiros foram feridos em sua honra e dignidade. A partir da leitura desse jornal pode-se historicizar o significado das denominações “portugueses” e “brasileiros” em 1831. O periódico *Novo Brasileiro Imparcial* posiciona-se contra as generalizações que tais termos carregam ao agrupar por “brasileiros” negros, cativos e oficiais de segunda linha, o que requer a necessidade de compreender as motivações específicas de setores do exército que estavam ao lado dos federalistas na Noite das Garrafadas como aparece no *Traslado das Garrafadas*. Quanto ao termo “portugueses”, este periódico argumenta haver muitos portugueses bem posicionados que não participaram dos eventos, mas não descarta que os que defendiam a recolonização eram *gente abjeta* e não portugueses de posse.

É no número de 19 de março de 1831 do *Novo Censor*, jornal que fazia oposição aos liberais, que pela primeira vez os acontecimentos da Noite das Garrafadas foram discutidos, apresentando uma interpretação que diverge da dos jornais liberais. Segundo o redator, a cidade encontrava-se iluminada, havia coros de música em vários lugares e a rua estava repleta de gente que, com grande entusiasmo, repetia vivas à *Sua Majestade e à Constituição tal qual o Imperador havia dado, e o Brasil jurara, e à Independência*. Segundo o *Novo Censor*, no decorrer da comemoração, apareceu um grupo de “revolucionários anarquistas da federação”. Tal grupo era composto de poucos homens brancos, misturados com muitos negros e alguns cativos, e era presidido pelo redator do *Republico*, por alguns oficiais do Segundo Corpo de Artilharia e um *desgraçado* filho de um honrado negociante demitido da

Guarda de Honra. Consta que estes forçaram o povo a dar vivas à federação e diziam em altas vozes:

Aqui vem os corajosos Brasileiros... Calem-se as músicas, e como quer que das janelas se comesçassem a repetir os vivas à S.M.I.C. e a Independência, e a Constituição, sem serem atendidos os do grupo, que diligenciavam que todos emudecessem as suas vozes (...)<sup>61</sup>.

Consta ainda que os *desorganizadores* atacaram as fogueiras, apropriando-se de tochas de lenha e atirando os tições sobre as famílias que estavam nas janelas. Em represália, os acometidos cidadãos lançaram garrafas sobre a “vil canalha”. No entanto, os “réus de tão atrozes crimes” retiraram-se para a Rua dos Pescadores onde quebraram vidraças e luminárias e, dentre os que arrancavam girândolas, estava o redator do *Republico*, todos dando vivas à federação e à República. Além de *desorganizadores*, esses são chamados de *sansculotes*. Eles teriam adentrado a Rua Direita e tentaram arrombar algumas portas, porém não conseguiram por terem sido impedidos. Segundo o *Novo Censor*, a *canalha* fez estragos por toda a parte, obrigando a abrirem as tabernas para comerem e beberem sem pagar. Foram divulgadas idéias falsas de que os brasileiros adotivos pretendiam transtornar o equilíbrio da sociedade. Ao contrário disso, o *Novo Censor* defende que eles eram pais de família, possuíam amor ao Monarca Constitucional e a nação de que são membros<sup>62</sup>. Na opinião desse periódico, a dedução do que ocorreu na Noite das Garrafadas é: “Segue-se que a luta não foi entre os Brasileiros natos, e Brasileiros adotivos, mas sim entre os anarquistas da federação, e os amantes de nossa jurada e amada Constituição”<sup>63</sup>. Para este periódico, os réus não foram os habitantes que colocaram luminárias para festejar a volta do Imperador, mas foram os *anarquistas* que atacaram suas fogueiras, despedaçaram suas girândolas de fogos artificiais e deram vivas à federação e à República e “morrás” ao Imperador. Consta que os mesmos

---

<sup>61</sup> *Novo Censor*, 19 de março de 1831, p. 1.

<sup>62</sup> *Novo Censor*, 19 de março de 1831, p. 2.

<sup>63</sup> *Novo Censor*, 19 de março de 1831, p. 3.

atiraram achas de lenha nas janelas, quebraram as vidraças e usaram os castiçais de vela no ataque. Em represália a tal ataque, os defensores atiraram garrafas para espantar os agressores. Nesse sentido, o *Novo Censor* considera que os réus não eram os cidadãos pacíficos que organizaram os festejos e que davam vivas à Constituição, ao Imperador, e à Sua Augusta Dinastia e Independência do Brasil. Em sua opinião, os agressores são os *patifocratas infames* que, sob os berros do *Quilombeiro Republico*, puderam reunir-se na Rua dos Pescadores e perpetrar tais crimes até a Rua Direita, onde consta nos autos que atacaram propriedade alheia<sup>64</sup>.

O *Novo Censor* critica a Representação assinada por deputados e pelo senador Vergueiro pedindo providências para apurar os acontecimentos da Noite das Garrafadas. Considera que esta Representação era uma declaração de guerra contra os portugueses não-naturalizados que vieram fugidos de Portugal em busca de refúgio no Brasil. Não acredita que tais homens fossem capazes de insurgir-se no Brasil. Segundo esse periódico, esta calúnia era dirigida com o intuito de irritar os ânimos dos brasileiros incautos e de armá-los contra os brasileiros adotivos e contra os brasileiros que eles chamam por natos e, finalmente, voltar-se contra todos que não fossem do *Clube dos Patricidas Federativos*<sup>65</sup>. Critica a *Aurora Fluminense* por ter afirmado que na Noite das Garrafadas um partido lusitano se insurgiu contra os brasileiros aos gritos de “vivam os portugueses”. Considera que, mesmo que se tenha dado tal viva, não se pode deduzir que se insurgira no Rio de Janeiro um partido lusitano. Assim coloca:

se alguns ingleses, franceses, italianos, turcos, ou Diabos do ar, entusiasmados no meio dos vivas ao Imperador ingleses, ou franceses, ou turcos, ou viva ao Rei de Argel, dir-se-ia, que tal viva era para dar-se (garrete) a Liberdade da Pátria, ou que havia insurgido um partido Turco, Inglês, ou Napolitano contra os Brasileiros?<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> *Novo Censor*, 19 de março de 1831, p. 3.

<sup>65</sup> *Novo Censor*, 23 de março de 1831, p. 2.

<sup>66</sup> *Novo Censor*, 23 de março de 1831, p. 3.

O *Novo Censor* acusa seus opositores de lançarem perjuros que poderiam provocar uma guerra civil e de até pretenderem contaminar a escravatura. Apesar de tais acusações, o redator diz não acreditar que eles tivessem tais intenções: “Não acreditamos todavia, que estes Srs. tenham tais desejos; porém, que estão iludidos (...)”<sup>67</sup>. Diz ser malvada a idéia que separa brasileiro nato e brasileiro adotivo e considera que a nacionalidade brasileira nada sofreu e que o termo “nacionalidade” era usado pelos “celerados” para indispor os incautos brasileiros contra seus próprios interesses e para fins sanguinários. Sobre a referência que a Representação faz ao *jugo ignominioso* do estrangeiro, responde o *Novo Censor*: “Quais são esses estrangeiros? Serão os emigrados corridos de d. Miguel? Serão os que se honrem de ser dele vassallos? Só a má-fé se podia acordar deste princípio!”<sup>68</sup>.

A conclusão desta seção é que as fontes estudadas mostraram a necessidade de analisar as Garrafadas além de um conflito entre dois grupos homogêneos – “portugueses” versus “brasileiros”, como colocou boa parte da imprensa. Tanto através do *Traslado* como da própria imprensa, é possível identificar a diversidade de atores que participaram das Garrafadas, como também a dificuldade dos contemporâneos na compreensão dos laços de cooperação entre setores sociais tão heterogêneos.

## 1.5. Conclusão

A conclusão geral deste capítulo é que a Abdicação parece ter sido um processo menos linear do que normalmente se supõe. “A Noite das Garrafadas”, por exemplo, não parece ter sido um desdobramento necessário do processo de desgaste de d. Pedro I, em que “portugueses”, apoiadores do Imperador, e “brasileiros”, opositores, finalmente se

---

<sup>67</sup> *Novo Censor*, 23 de março de 1831, p. 3.

<sup>68</sup> *Novo Censor*, 23 de março de 1831, p. 3.

confrontaram defendendo projetos políticos bem definidos. Muitos outros fatores estiveram presentes, como a existência de conflitos no mercado de trabalho e os problemas ligados ao abastecimento de víveres, cuja distribuição era feita por caixeiros do quadrilátero formado pelas Ruas da Direita, dos Ourives, Quitanda e das Violas, localidades nas quais ocorreram boa parte dos conflitos das Garrafadas. Soma-se a esses a participação de militares na Noite das Garrafadas ao lado dos liberais. Parece plausível, entretanto, que o termo “portugueses” tenha adquirido, aos olhos dos contemporâneos, um conteúdo político progressivamente maior, incluindo todos que almejavam uma recolonização, os que apoiavam o Gabinete Secreto e, sobretudo, todos os que estavam contra os interesses nacionais – os não-patrióticos. Mas essa conotação só parece ter se afirmado em razão do papel fundamental que a imprensa teve como fator de potencialização do conflito, e não como resultado de uma radicalização política da população. Os relatos da viagem de d. Pedro I a Minas Gerais parecem ratificar essa conclusão, na medida em que mostraram muito menos oposição popular e também das elites locais ao Imperador do que a hipótese de radicalização anti-d. Pedro sugeriria.

Nos capítulos subseqüentes será mostrado que mais importante do que esses episódios para o final do Primeiro Reinado parece ter sido a formação de uma aliança entre os militares e frações liberais da elite, aliança esta que só se tornou possível no espaço público ampliado que se engendrou neste período e no qual a imprensa teve um papel fundamental.

## CAPÍTULO II

### **A IMPRENSA E A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I EM 1831: INTRIGAS, CONSPIRAÇÕES E DISPUTAS POLÍTICAS**

Com base em quatro dos principais jornais de 1831, este capítulo tem como proposta analisar o papel da imprensa na Abdicação de d. Pedro I. Tem-se o intuito de mostrar que a imprensa foi o lugar privilegiado das disputas políticas do Rio de Janeiro naquele ano. Os homens que se ocupavam da imprensa eram provenientes das elites políticas, mas também saíram de uma camada formada por homens alijados das posições formais de poder, o que sugere que a luta política no período tenha ultrapassado o espaço tradicional da política no Brasil, ocorrendo o que pode ser caracterizado como uma ampliação do “espaço público” na sociedade brasileira.

Esses jornalistas improvisados consideravam-se capacitados para dirigir a opinião pública utilizando, em seus escritos, uma linguagem violenta e combativa. O ano de 1831, especialmente, deixou um profundo impacto nas memórias dos contemporâneos, principalmente durante os episódios que se tornaram conhecidos como “A Noite das Garrafadas”, pelas agressões e tumultos nas ruas do Rio de Janeiro envolvendo “brasileiros” e “portugueses”.

O objetivo central do capítulo é mostrar que nesse período há uma ampliação do “espaço público”, pois os assuntos públicos adquirem uma abrangência até então inexistente. Isto não quer dizer que as pessoas tenham deixado de lado seus interesses particulares e problemas pessoais. Significa apenas que, a partir da Noite das Garrafadas, os diversos conflitos existentes nessa sociedade passaram a ser colocados como uma causa nacional pela

imprensa, ou seja, camadas sociais heterogêneas econômica e socialmente passaram a consumir uma retórica política comum – a da nação ultrajada pelo despotismo dos portugueses.

Pensar como a imprensa influenciou a Abdicação não significa tentar traçar uma relação de causa e efeito unidirecional entre essa e aquela. Procurar-se-á mostrar que a imprensa tanto refletia como influenciava a “opinião pública”. O fato de que os principais atores políticos da época consideravam importante defender seus pontos de vista na imprensa escrita é, por si só, uma evidência de que eles acreditavam que a imprensa podia influenciar a opinião pública, o que não deixa de ser um tanto surpreendente em vista dos baixos níveis educacionais imperantes no País nessa época. No entanto, mais importante do que isso, pode-se afirmar que eles consideravam que a opinião pública, ainda que incipiente, poderia influenciar os rumos da luta política.

### **2.1. A imprensa no Império**

Em 1808 chegou a palavra impressa no Brasil, trazida por Antônio de Araújo. Também chamado de conde da Barca, este ministro de d. João VI trouxe uma tipografia junto com a corte portuguesa que transmigrava para o Brasil. Em 13 de maio de 1808 foi estampado o primeiro folheto de 27 páginas que continha a relação de despachos do príncipe regente. Em setembro de 1808 surge a *Gazeta do Rio de Janeiro*, uma versão adaptada da *Gazeta de Lisboa* (LUSTOSA, 2006, p. 243).

Com o estabelecimento da Imprensa Régia em 1808, aumentou a preocupação com a censura. Ela deveria ser capaz de conter a propagação das idéias revolucionárias francesas e nada poderia ser impresso sem passar pela censura prévia da Imprensa Régia. No entanto, os

temíveis princípios franceses circulavam entre a intelectualidade através dos livros proibidos, conseguidos com os principais livreiros. Os censores conheciam bem a literatura da época e adaptavam as idéias da ilustração francesa, amenizando os princípios liberais com a permanência de idéias do Antigo Regime (FERREIRA; NEVES, 1989). As sociedades fundadas no Brasil desde o período colonial eram espaços nos quais as idéias francesas foram discutidas. Em 6 de junho de 1786, fundou-se no Rio de Janeiro a *Sociedade Litteraria*, que fechou em 1790, restabeleceu-se novamente em 1794 e, posteriormente, foi dissolvida por ser considerada um clube de jacobinos. Silva Alvarenga, membro desta sociedade, e seus amigos resolveram fundar uma sociedade secreta para estudar e discutir os livros franceses. Esta sociedade foi fechada em dezembro de 1794 e os principais membros foram presos. Principalmente a partir de 1800 foram criados muitos clubes maçônicos em várias províncias do País. Alguns deles eram conspiradores e críticos ao governo como o existente em Pernambuco, cujos membros estavam ligados à Revolução Pernambucana de 1817 (AZEVEDO, 1885, p. 272-273). Uma carta de lei de 20 de outubro de 1823 proibiu as sociedades secretas. Estabeleceu-se que todas deveriam prestar ao governo contas de sua existência e da finalidade de sua associação e, quando permitidas, não poderiam pregar contra o sistema constitucional estabelecido pelo Império, contra a moral e religião cristã. Elas deveriam receber por escrito a permissão do governo e, caso realizassem juramento falso e adotassem princípios subversivos da ordem social e do regime constitucional, os líderes seriam punidos com pena de morte e os sócios, com pena perpétua para galés<sup>1</sup>. Apesar desta lei, muitas sociedades estabeleceram-se com fins educativos, filantrópicos e políticos. Em 1830 foi fundado no Rio de Janeiro o *Clube dos Amigos Unidos* sob a presidência de Cipriano Barata e com membros como Theophilo Ottoni. O *Clube* agia com cautela para resguardar

---

<sup>1</sup> Carta de lei de 20 de outubro. Documento na íntegra em Azevedo (1885, p. 325-326).

seus membros de perseguição e atuava através da imprensa, divulgando idéias liberais e criticando o “despotismo” do governo (AZEVEDO, 1885, p. 293).

No Brasil, a nova cultura política surgida em virtude de mudanças significativas decorrentes da Revolução do Porto divulgou os ideais liberais e a doutrina do constitucionalismo. Os revolucionários do Porto defendiam a formulação de uma Constituição em Portugal subordinada ao Poder Legislativo para conter os abusos do Antigo Regime. Notícias da Revolução do Porto chegavam ao Rio de Janeiro em dezembro de 1821 e eram divulgadas através da proliferação de jornais, principal meio de debate e aprendizado das elites a respeito das idéias liberais e constitucionais. Os panfletos e folhetos, escritos de forma didática e em linguagem acessível, traziam diálogos e comentários sobre os fatos recentes, e tinham por objetivo educar e informar a respeito das novas idéias. Neste momento, tem-se o surgimento de uma coletivização do político, pois os acontecimentos tornavam-se públicos pela imprensa e pela discussão em novos espaços de sociabilidade como cafés, livrarias, e na maçonaria (NEVES, 2002).

Nos anos de 1821-1822 há um aumento considerável do número de periódicos que passam a circular na cidade do Rio de Janeiro. Nesses anos foram lançados cerca de 20 periódicos numa imprensa que se tornava relativamente livre. A atitude de hostilidade da imprensa às Cortes portuguesas não afetou a imagem de d. Pedro I, pois mesmo os periódicos mais radicais o consideravam indispensável para a unidade e integridade do País (LUSTOSA, 2000). O primeiro semestre de 1821 é caracterizado pelo aparecimento de jornais comportados, cujas propostas eram educar os leitores sobre os preceitos constitucionais que adentravam o Brasil. Desse momento têm-se jornais como *Conciliador do Reino Unido*, *O Bem da Ordem*, *O Amigo do Rei e da Nação*, todos favoráveis à união do Brasil com Portugal e à permanência de d. João VI no Brasil. Esses periódicos eram escritos por funcionários

públicos ou pessoas ligadas a eles e impressos pela chancela do censor. Em 2 de março de 1821 foi promulgado o decreto que liberou a imprensa, retirando a censura dos manuscritos e, quando anônimos, os impressores eram responsáveis pelos escritos<sup>2</sup>. No segundo semestre de 1821 surgiram jornais de perfis diversos em relação aos anteriores, pois combatiam a política de recolonização das Cortes, como o periódico *O Revérbero Constitucional Fluminense*, dos redatores Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, que lideraram a campanha pelo Fico (LUSTOSA, 2006, p. 245-249). Para Izabel Lustosa, a Independência foi sendo gradativamente conquistada na imprensa. Ela reagiu aos projetos recolonialistas das Cortes de Lisboa, atuou na mobilização que levou ao Fico em janeiro de 1822, participou na Campanha pela Constituinte Brasileira e debateu os limites do poder do Imperador. Lustosa constatou que os jornais desse período se colocavam como cumpridores de uma missão de educar e preparar o povo para viver a nova realidade política. Nesse processo surgiram jornalistas improvisados de diversas origens e formações, aproveitando a imprensa para se projetarem na vida pública (LUSTOSA, 2003, p. 93-94). Com a liberdade de imprensa em 1821 e a campanha da Independência, a linguagem popular entrou na imprensa em um momento em que era necessário fazer-se compreendido e despertar as identidades políticas. Muitas características da imprensa desse período cristalizaram-se como estilos, pois escritos no calor da hora, os jornais exigiam mais agilidade para debater o acontecimento, em detrimento do rigor estilístico (LUSTOSA, 2006, p. 264-266). Nos periódicos do ano de 1831 estudados nesta pesquisa, muitos redatores afirmavam ser sua linguagem “tosca” e justificavam que o objetivo era servir à utilidade pública como afirmou o *Novo Brasileiro Imparcial*.

A partir de 1821 e durante todo o Primeiro Reinado, a imprensa foi um veículo importante na divulgação de idéias na cidade do Rio de Janeiro. Alguns historiadores

---

<sup>2</sup> A respeito das posições contrárias e favoráveis a lei de liberdade de imprensa de 1821, ver Lustosa (2006).

constatarem que o número de leitores da Corte era maior do que inicialmente se considerava. Apesar da não-existência de dados oficiais sobre o número de pessoas alfabetizadas no Brasil no início do século XIX, Barman (1988) menciona estimativas interessantes sobre o número de leitores na cidade do Rio de Janeiro. Dos aproximadamente 43 mil homens livres que em 1821 residiam nesta cidade, deduziu-se cerca de um terço de menores de idade, o restante foi dividido pela metade para distinguir homens e mulheres, obtendo-se 14.380 homens adultos e livres, e dos quais chegou-se aos 8 mil assinantes do *Manifesto do Fico*<sup>3</sup>.

Um outro dado relevante para avaliar a dimensão real do público alcançado pela palavra impressa no Brasil da época é o número de livrarias e tipografias. Através dos anúncios na *Gazeta* e no *Diário do Rio de Janeiro*, Neves (2002) identificou nove livreiros especializados, três lojas ligadas à tipografia e 11 negociantes de artigos variados que vendiam publicações do dia. A autora constatou também que os preços dos periódicos não eram inacessíveis a um público mais amplo, pois em 1821 eles custavam por número entre 80 e 120 réis, enquanto a aguardente de cana custava 80 réis a garrafa e um sabão inglês, 120 réis a libra. Portanto, a partir de 1820, com o crescimento do número de periódicos, há a formação de uma nova “cultura política”, de uma nova base ideológica em que os assuntos relacionados à política começam a alcançar um público mais amplo na Corte<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A população total do Rio de Janeiro pelo censo de 1821 é 112.695. No censo de 1838 é 137.078 (LOBO, 1978, p. 121-130).

<sup>4</sup> Segundo a historiadora Neves (2003, p. 36-40), com a liberdade de imprensa em 1821, os escritos do mundo luso-brasileiro refletem uma preocupação coletiva em relação ao político e passam a ser lidos nos cafés, academias e livrarias, abandonando-se as formas de comunicação do Antigo Regime como, por exemplo, os manuscritos nas ruas e as proclamações em alta voz.

A informação parecia circular de forma surpreendentemente livre para os padrões da época. A censura à imprensa foi formalmente abolida por um decreto em 28 de agosto de 1827, impulsionando o desenvolvimento do periodismo de caráter panfletário e de linguagem violenta que refletia a disputa política entre as facções e que, comumente, pautava-se por ataques pessoais (SODRÉ, 1966, p. 97). Em 1829, d. Pedro concedeu considerável liberdade de imprensa em troca da aprovação pela Assembléia de cortes no orçamento, o que abriu espaço para a radicalização da opinião pública à sua figura. Em relatório de 1831, o Ministro da Justiça, Diogo Antonio Feijó, refere-se à licença de escrever como imoralidade concedida a povos ainda ignorantes que espalham princípios falsos, sendo insuficientes as leis que castigam os abusos de imprensa, pois considera muito grave as conseqüências do *abuso de escrever*<sup>5</sup>.

O período da imprensa que antecede a Abdicação foi caracterizado por Nelson Werneck Sodré como um período liberal. Assim, o avanço das forças liberais aparecem em dois momentos, no da Independência e novamente no “7 de abril”, seguindo-se a retomada das forças conservadoras com o Segundo Reinado. Nesta fase, segundo Sodré, a historiografia oficial vê a ordem, a democracia e o desenvolvimento. Ao contrário dessa interpretação, o autor classifica este período como a fase mais atrasada desde a autonomia do Brasil. Para este autor, a grande época é a da ascensão liberal, que foi caracterizada pela historiografia oficial como caos e desordem. Essa dicotomia direita e esquerda, que marcou o pensamento de historiadores marxistas como Sodré nos anos 60, trouxe equívoco quanto ao entendimento do papel e significado do conteúdo da imprensa liberal. Sodré aponta elementos importantes a respeito do período de crescimento da imprensa liberal como a radicalidade e o caráter inovador das disputas políticas. No entanto, ao contrapor-se aos conservadores, acaba por

---

<sup>5</sup> Relatório do Ministro da Justiça Diogo Antonio Feijó do ano de 1831, p. 9-10.

carregar demais nas tintas quanto à radicalidade das propostas liberais, interpretação tributária do viés marxista. Para o autor, na fase que vai do “7 de setembro ao 7 de abril”, a Independência correu perigo e contra este perigo levantou-se a corrente liberal que conjugava a Independência com a liberdade. Considera que esta corrente leva este processo às últimas conseqüências e, a partir daí, podem-se explicar o surto nativista e o ódio ao português. Na análise de Sodré, os liberais lutam contra as forças conservadoras que temem aprofundar o processo de Independência, ou seja, temem a conjugação da Independência com a liberdade e as alterações estruturais que levariam a perda de seu domínio tradicional. Ao contrário da identificação da imprensa liberal como portadora de uma vaga idéia de liberdade, investigou-se seus interesses mais imediatos e o contexto social de produção de seus discursos. A partir daí, foi possível relativizar a radicalidade e o caráter inovador das propostas dos liberais moderados e dos liberais exaltados.

Parte significativa da imprensa em 1831 colocava-se como defensora e divulgadora dos ideais liberais. Sobre os significados que o liberalismo adquiriu no Brasil no século XIX, a historiografia encontra-se repleta de acirrados debates<sup>6</sup>. Porém, o que aqui interessa é estudar como as idéias liberais se manifestaram e foram transmitidas em um momento específico e rico de lutas político-sociais no Brasil.

O liberalismo, ideologia articulada ao desenvolvimento do capitalismo, cujos postulados políticos foram firmados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, consagrou o princípio do governo representativo, das leis e da soberania da nação. Esse princípio pressupõe a incorporação dos interesses coletivos e a abolição de privilégios, distinções ou hierarquias não resultantes de mérito individual, devendo assegurar as liberdades

---

<sup>6</sup> Ver o clássico debate entre Roberto Schwarz, “As idéias fora do lugar”, e Maria Silvia de Carvalho Franco, “As idéias estão no lugar”. Tal polémica constituiu-se no debate do lugar ocupado pelas idéias liberais no Brasil no século XIX. Para contribuições atuais, ver a coletânea organizada por Lucia Maria P. Guimarães e Maria Emilia Prado, intitulada *O Liberalismo no Brasil Imperial*.

individuais e o direito de propriedade. No entanto, essa linguagem liberal abstrata não definia “quem é a nação, ou quem são os cidadãos”, ou mesmo “a quem compete elaborar as leis” (GUIMARÃES, 2001, p. 103-104). Dessa forma, é na prática política que o liberalismo é apropriado tanto pelos grupos das elites políticas quanto pelo homem comum. O ano de 1831 é um momento privilegiado para entender como o liberalismo foi apropriado e utilizado como arma política na disputa por um projeto de Estado, conflito este que resultou na Abdicação de d. Pedro I.

## **2.2. O liberalismo moderado do *Aurora Fluminense***

O jornal *Aurora Fluminense* – o canal por excelência dos liberais moderados – tem sido fonte muito utilizada pelos estudiosos na reconstituição da Abdicação de d. Pedro I. Surgiu em dezembro de 1827, sendo Evaristo da Veiga um de seus primeiros colaboradores e, pouco depois, principal redator. Evaristo da Veiga nasceu em 1799, filho de mestre-escola e livreiro, concluiu o ensino secundário no seminário São José. Inicialmente dedicou-se ao comércio de livros com o pai e depois adquiriu uma próspera livraria situada na Rua dos Pescadores, ponto de reunião dos políticos cariocas. Em 1830 foi eleito para a Câmara dos Deputados por Minas Gerais, integrando a bancada composta por liberais como Bernardo Pereira de Vasconcelos e pelo padre José Custódio Dias. Evaristo da Veiga e o jornal *Aurora Fluminense* tiveram grande influência nos acontecimentos que levaram ao 7 de abril. Grupo importante em sua oposição a d. Pedro I, os “liberais moderados” ao lado dos “liberais exaltados” aparecem na historiografia como os principais protagonistas e articuladores dos eventos que levaram d. Pedro a abdicar. O que significava o liberalismo moderado, o que almejavam os seus agentes e como atuaram?

Apesar da historiografia do Primeiro Reinado reiterar as fontes oitocentistas que mencionam um partido liberal moderado, este não constituía um partido nos moldes modernos. Os adeptos da moderação não possuíam programa definido nem documentos de registro, não eram coesos e muito menos dotados de certa disciplina partidária (GUIMARÃES, 2001, p.104-105). Nesse sentido, para compreender as aspirações desses liberais moderados, a imprensa é o lugar privilegiado. A *Aurora Fluminense* sobressaiu-se na divulgação de um liberalismo moderado, pautado pela defesa do Legislativo, da Constituição e da crítica ao governo de d. Pedro I, sobretudo aos ministros, poupando a figura do Imperador de ataques. Defendia que as reformas necessárias deveriam ser operadas sem excessos. No entanto, a partir da Noite das Garrafadas, seu discurso tornou-se mais radical e incorporou a plataforma do anti-lusitanismo. O exame detalhado deste jornal permitiu reconstituir a ascensão dos liberais moderados ao ápice do poder político e a sua consagração como os grandes vencedores da Abdicação, evento este que o jornal considerou como marco da nossa existência nacional<sup>7</sup>. Para compreender as razões da sua progressiva radicalização, pesquisou-se detalhadamente o posicionamento deste jornal antes e depois da Noite das Garrafadas<sup>8</sup>.

A Noite das Garrafadas estendeu-se de 11 a 15 de março de 1831 pelas ruas do Rio de Janeiro. No dia 11 de março foram organizados pelos “portugueses” festejos com fogueiras e fogos de artifício nos quadriláteros delimitados pelas Ruas da Quitanda, dos Ourives, Direita e das Violas, para comemorar a volta do Imperador de sua viagem à província de Minas Gerais. Nessas ruas, os conflitos se dão entre “portugueses” e “brasileiros”, que se insultavam mutuamente. Segundo a *Aurora Fluminense*, os portugueses davam vivas ao Imperador, aos “bons portugueses” e “morras” aos “republicanos”; e os brasileiros davam vivas à

---

<sup>7</sup> *Aurora Fluminense*, 11 de abril de 1831.

<sup>8</sup> O relato abaixo sobre a “Noite das Garrafadas” é baseado no jornal *Aurora Fluminense* de 16 de março de 1831.

“federação”, somente para citar alguns exemplos. Das janelas das casas caíam, entre outras coisas, cacos de vidros de garrafas. Consta neste jornal que na noite do dia 13 (domingo), prevista como a última dos festejos, os portugueses secretamente se prepararam para repelir com violência os *patriotas*. Muniram casas com fundos de garrafas e armas de fogo e chamaram os *adotivos*<sup>9</sup> e portugueses que residiam no interior da cidade. Aos vivas dos brasileiros, os portugueses responderam: *Viva o Imperador, Vivam os bons Portugueses*. Na esquina das ruas São Pedro e Violas, os brasileiros foram agredidos com fundos de garrafa, cacetes e até tiros de pistola. Estas mesmas cenas ocorreram na Rua Direita. A justificativa mais comumente alegada pelos agressores é de que agiam em resposta aos vivas à federação. O lema da federação é considerado pela *Aurora Fluminense* como imprudente e perigoso porque causava divisões entre os constitucionais. Um grupo com mais de 300 *festeiros* atravessou as ruas gritando *morra o Republico, morram os republicanos, viva a heróica Nação Portuguesa, vivam os bons portugueses ou Portugueses Brasileiros*. Segundo a *Aurora*, as tropas que ali se encontravam tiravam armas ou paus dos indivíduos que pareciam brasileiros, deixando que os outros praticassem impunemente todo tipo de violência. Na noite do dia 13, por volta das oito horas, testemunhas informaram que caixeiros, armados de varapaus, correram atrás de brasileiros pela Rua da Quitanda, espancando quem achasse em seu espaço. Consta que houve certa conivência da polícia para com os portugueses. As patrulhas de polícia acompanhavam os *magotes de gente* que soltavam os gritos *antibrasilicos*, e a convicção geral dos brasileiros era de que os agentes do poder protegiam os portugueses<sup>10</sup>. Consta que ainda no dia 15 de março, ouviam-se os *vivas* e *morras* e continuavam as luminárias organizadas por pessoas que eram iludidas por agentes secretos que os faziam acreditar que os brasileiros podiam fazer-lhes algum mal. A *Aurora Fluminense*

---

<sup>9</sup> Este termo refere-se aos portugueses naturalizados.

<sup>10</sup> *Aurora Fluminense*, 8 de março de 1831.

considerou tais festejos uma traição ao Imperador cometida pelos *aduladores e parasitas do palácio*.

Quanto aos agressores dos brasileiros, a *Aurora* informa que não são todos os estrangeiros que participam dessas desordens e que muitos deles lastimam tais acontecimentos. Na opinião desse periódico, a maioria dos agressores era de estrangeiros que vieram para o Brasil depois da proclamação da Independência e, portanto, não pertencem à nossa associação política. Por isso, muitas vezes gritavam: “viva d. Pedro 4º, viva d. Maria 2ª, vivam os Portugueses”. Na visão desse jornal, os portugueses são sempre os agressores, porém o jornal *Novo Censor* acusou os estudantes do Seminário S. Joaquim de, na noite do dia 15, terem atirado pedras sobre as casas em que havia luminárias. O jornal *Aurora Fluminense* defende-se, argumentando que é contra os excessos, mas que estes ocorreram depois que a facção européia apedrejou várias casas que não estavam iluminadas. Critica a não observância da Constituição e o governo de d. Pedro I que apóia o absolutismo. No entanto, acreditava que o Imperador ainda poderia se colocar como seguidor da Constituição para evitar o *perigo* e as *cenas de horror* que trariam a proclamação da federação.

A *Aurora Fluminense* publicou um requerimento assinado pelo senador Vergueiro e por 15 deputados. O requerimento pedia providências urgentes e criticava os festejos das Garrafadas, uma vez que a função deles não era somente solenizar o Imperador, mas agredir os brasileiros partidários da liberdade<sup>11</sup>. Esta representação foi entregue ao Ministro da Justiça, Visconde de Alcântara, que respondeu haver tomado as providências para garantir a ordem. No dia 19 de março de 1831, o Imperador nomeou um novo Ministério e puniu alguns participantes da Noite das Garrafadas. Os comandantes das Armas e do Corpo de Polícia foram demitidos. Consta que vários brasileiros foram presos por se defenderem dos

---

<sup>11</sup> *Aurora Fluminense* de 16 de março de 1831.

portugueses e que esses últimos gozaram de privilégios das autoridades. Do lado dos brasileiros foram presos o capitão Mariano Joaquim de Siqueira e o alferes Faustino dos Reis, enviados para a Fortaleza de Santa Cruz, e o alferes Francisco Joaquim Bacellar, enviado para a fortaleza da Lage (CARVALHO, 1945, p. 600-601).

Após a Noite das Garrafadas, o jornal *Aurora Fluminense* passou a relatar uma série de conflitos envolvendo brasileiros e portugueses. Nos números posteriores à Noite das Garrafadas aparecem vários casos de ataques de portugueses a brasileiros. Cabe ressaltar que a oposição entre brasileiros e portugueses deve ser remetida ao período colonial. Desde o período colonial a Coroa relutou, salvo pouquíssimas exceções, a indicar pessoas nascidas no Brasil para ocupar altos cargos públicos. A proibição incidia, em termos raciais, nas pessoas de descendência africana e, em termos religiosos, nas de origem judaica. Mesmo quanto aos colonos brancos, a Coroa foi reticente em fornecer instrumentos que os permitissem obter um status social igual ao dos metropolitanos. As leis de suntuosidade de 1742 e 1749 proibiam os colonos de usar em suas vestimentas seda, veludo, ouro e prata e colocavam restrições aos que poderiam usar espadas e armas de fogo ou símbolos de status social elevado. Quando as leis de suntuosidade se referiam aos descendentes africanos, a justificativa da Coroa era ser inapropriado e indecoroso as pessoas adornarem-se acima de seu estatuto social. Quando as leis eram aplicadas a colonos brancos, argumentava-se que tais gastos seriam um desperdício para as economias locais e que demonstrações de status poderiam acirrar tensões sociais latentes na colônia. Tais medidas inserem-se em práticas que colocam os brasileiros numa posição periférica em relação aos portugueses (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 198-203). Ainda no que se refere às relações entre brasileiros e portugueses no período colonial, eram poucos os nascidos no Brasil que ocupavam cargos públicos nos altos escalões da Igreja e do Estado. Era difícil a oportunidade de promoção para os que não nasceram em Portugal e não possuíam

relações de parentesco e proteção de poderosos da metrópole. No entanto, no século XVIII, aumentou o número de brasileiros que passaram a ocupar postos na Igreja e no Estado em virtude da venda de cargos públicos, acarretando uma maior participação dos colonos nas decisões nos âmbitos local e regional.

Quanto às relações envolvendo portugueses e brasileiros em 1831, segundo o jornal *Aurora Fluminense*, aqueles dirigiam gracejos a estes referindo-se ao laço da nação que os brasileiros usavam – *larga o tope que já estas forro*<sup>12</sup>. Relata-se que um estudante, quando andara tranqüilamente pela Rua da Alfândega, foi atacado por um tal Soares, que foi guarda da Alfândega, e por Mello, encarregado da direção de obras da polícia. Consta que Mello e Soares eram encarregados da *honrosa* tarefa de darem vivas ao Imperador no teatro. Um deles arrancou o chapéu do estudante e lhe dirigia injúrias mostrando o tope verde e amarelo que chamavam de federação. O jovem tentou resistir, mas foi atacado com uma pancada sobre o peito, e, ao perguntarem ao ferido sobre os agressores, este teria dito “que seria inútil dizê-lo; que ele era Brasileiro, e isso bastava para que o assassino não houvesse de ser punido; que o seu sangue ou tarde ou cedo seria vingado por seus patrícios”<sup>13</sup>. Segundo a *Aurora*, no dia 15, em cerimônia solene da entrada do Imperador, atos audaciosos foram praticados por integrantes da comitiva a cavalo. Esses ameaçavam os cidadãos com chicote se não gritassem *viva o Imperador, morra o Republico*<sup>14</sup>. Acrescenta que se ouvia constantemente pelas lojas em *matar cabras, ensinar bodes* e outras expressões quando passa um brasileiro e que os habitantes da Rua do Comércio estavam armados com pistolas, espingardas e espadas para repelir os *filhos da pátria*. Pode-se afirmar que a partir da Noite das Garrafadas a *Aurora Fluminense* passou a dar uma dimensão nacional e partidária aos conflitos antilusitanos, já que

---

<sup>12</sup> *Aurora Fluminense*, 21 de março de 1831.

<sup>13</sup> *Aurora Fluminense*, 18 de março de 1831.

<sup>14</sup> *Idem*.

o governo agora também era traidor porque protegia os lusitanos. Embora expresse o nativismo e incite as desavenças entre “brasileiros” e “portugueses”, este jornal é a favor da “moderação”, ou seja, defende que as mudanças institucionais na organização política sejam feitas sem alterações da ordem social. A elite liberal moderada era favorável à monarquia constitucional, temia a fragmentação do País, tinha medo da desordem social e do haitianismo. Mesmo assim, esse jornal radicalizou sua linguagem de oposição ao governo de d. Pedro I após a Noite das Garrafadas, pois, a partir daí, não era somente uma questão de maus ministros e maus conselheiros que prejudicavam o governo, era toda uma nação ultrajada pelos portugueses.

O que o jornal *Aurora Fluminense* divulgava era uma espécie de “Grande Medo”, ou seja, parece ter contribuído para a disseminação de boatos conspiratórios na cidade do Rio de Janeiro. Os comerciantes portugueses temiam os brasileiros, pois “agentes secretos” os “iludiam”, ou eram boatos mentirosos. Verdade ou mentira, o fato é que eles não só temiam os brasileiros como acreditavam que estes pudessem lhes fazer mal, por isso muitos portugueses teriam se armado com pistolas, espingardas e espadas. Do lado oposto, os brasileiros achavam que os portugueses eram protegidos pelos agentes secretos do poder, e aí sobressai a *Aurora Fluminense* na disseminação desses boatos, que, nesse sentido, atingiam a hegemonia do Estado e o poder de d. Pedro I.

### **2.3. Borges da Fonseca e o jornal *O Republico***

Que esperais, ó Brasileiros! Inda não vos bastam tantos ultrajes? Inda não acreditareis que o governo é traidor e que pretende escravizar-vos? Ah! Si quereis conservar-vos frios espectadores de tantos crimes, de tantas traições, melhor é que procurareis viver no inferno, porque lá é mais fácil achar-se melhor proteção. Fomos agredidos; a resistência à opressão é direito natural, o Código Criminal nol-a-autoriza, e a Constituição do Império diz: ‘Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do Império, e defende-lo dos seus inimigos externos ou internos’ (Tít. IV, Cap. 8, Art. 145).

O jornal *Republico* foi o principal porta-voz dos chamados “liberais exaltados”, sendo seu principal redator, em 1831, Antônio Borges da Fonseca, cujo cognome deu origem ao nome do jornal. Autor de várias proclamações e folhetos, Borges exerceu forte oposição ao grupo político que cercava d. Pedro I em 1831. Borges da Fonseca residiu em Pernambuco e na Paraíba, constando ter estudado no Seminário Episcopal de Olinda. Seu combate à crença do restabelecimento do absolutismo nos anos que antecederam a Abdicação se deu através da criação da sociedade secreta *Jardineira* ou *Carpinteiros de São José*, criada para combater a sociedade absolutista *Colunas do Trono*, cuja existência não foi confirmada. Redator de vários jornais, a exemplo da *Abelha Pernambucana* (1829-1830), Borges foi processado por crime de imprensa quando redator da *Gazeta Paraibana* em 1829. Em janeiro de 1831, foi acusado perante o Tribunal do Júri, pelo Promotor e pelo Procurador da Coroa e Soberania Nacional de pregar a federação. Em sua obra autobiográfica, Borges afirma que em 1830 ele se encontrava na Corte à frente da direção do Partido Liberal Brasileiro, Partido Democrata, Partido Republicano. Borges da Fonseca deixou a Corte em julho de 1831 para assumir o cargo de secretário do governo da Paraíba. Sua trajetória é mais estudada enquanto membro do *Partido da Praia* de Pernambuco, dissidência do Partido Liberal desta província.

Borges é um típico exemplo de uma nova camada intermediária que encontrava no jornalismo o canal para expressar suas idéias. Ele foi para o Rio de Janeiro com 22 anos, após já ter redigido um jornal na Paraíba e outro no Recife, ter sido demitido de um cargo público e passado pela prisão. No Rio de Janeiro fundou o jornal *Republico* que, ao lado dos mais moderados jornais *Nova Luz Brasileira*, *Astréia* e *Aurora Fluminense*, expressava o pensamento liberal. Seu jornal colocava-se como defensor da causa da liberdade e criticava o abuso do poder por parte de d. Pedro I. Nas Garrafadas esteve à frente dos grupos que enfrentaram os portugueses, atuando ativamente nos tumultos das ruas da Quitanda e Direita.

Esteve empenhado na aliciação dos militares que participaram da Abdicação (SOUSA, 1957g, p. 215).

Borges da Fonseca foi considerado pela historiografia como um líder pertencente ao grupo dos liberais exaltados. O historiador Octávio Tarquínio de Souza identifica como “agitadores audaciosos” Borges da Fonseca, Chagas e Ezequiel Correia dos Santos e, como “demagogos” ou chefes de malta, Girão e Lafuentes. Atribuiu-se aos exaltados possuir um projeto político alternativo, ser mais voltado para as camadas populares e para a redução das desigualdades sociais.

Nas análises de Octávio Tarquínio de Souza os *exaltados* eram, preferencialmente, moços influenciados pela Revolução Francesa que refletiam o ambiente político europeu radical e, mesmo que capazes de reações generosas, não estavam atentos às condições e possibilidades do Brasil. Em geral, eram *mediócras*, pois do meio deles não se conhece ninguém que teve papel importante na política, na administração ou nas letras. Os rapazes que se tornaram notáveis na fase regencial foram simpáticos ou filiados ao partido moderado. Apesar disso, o autor considera que não faltaram aos exaltados capacidade de luta, audácia, temeridade e dons de proselitismo fácil. Para Souza, os exaltados atacaram os fundamentos do governo implantado com o “7 de abril” e se dedicaram à ação direta em tumultos de ruas, criando uma atmosfera de terror e pânico. Pelas análises de Octávio Tarquínio de Sousa, é possível afirmar que o grupo dos liberais exaltados foi o mais próximo das camadas pobres e também das camadas médias que não possuíam representatividade nas posições formais do aparato político. A demarcação dos liberais exaltados como grupo de oposição ao governo cujas aspirações eram as mais radicais foi estabelecida pela historiografia; no entanto, a importância e atuação desses foram pouco estudadas pelos historiadores recentemente. Em estudo mais recente, Basile (2000) considera que os exaltados produziram um projeto político

inovador, uma vez que defendiam a implantação de uma república democrática e de um sistema federalista; eram a favor de suprimir o Poder Moderador, o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado; pregavam a separação entre Igreja e Estado e a gradual emancipação dos escravos; e incentivavam a indústria nacional, a reforma agrária e o sufrágio universal<sup>15</sup>. Este mesmo autor conclui que os exaltados favoreceram a formação de uma *esfera pública* de atuação política na cidade do Rio de Janeiro. Sua forma de atuação foi fundamentalmente divulgada pela imprensa e através de manifestações públicas de protesto e de revolta. Os principais expoentes dos exaltados pertenciam às camadas médias urbanas e eram em sua grande maioria jovens. Orientavam-se por um *jacobinismo* herdado principalmente de Rousseau; ao contrário dos *moderados*, menos radicais, inspiravam-se no Liberalismo político clássico de Locke. Após a Abdicação, os exaltados foram constantemente ameaçados, processados, presos e difamados pelos governos e pelos seus adversários políticos. A partir de 1832, os exaltados começaram a perder sua identidade ideológica, uma parte aproximou-se da facção *caramuru* e outra se juntou aos *moderados*. Concomitantemente à ação repressiva, os exaltados perdiam sua sustentação junto à parcela da população. Segundo Basile (2000), o desaparecimento desse grupo também pode ser atribuído à incapacidade de articulação política que ampliase sua base de apoio na sociedade e no Parlamento.

Tanto as análises de Octávio Tarquínio de Souza como as de Marcelo Basile indicam que os exaltados almejavam profundas reformas políticas, sociais, econômicas e um governo liberal democrático. Principalmente a de Basile indica elementos importantes da política como a existência da imprensa e da rua como *locus* importante da política em 1831. Tais análises, se por um lado contribuíram para a investigação de grupos pouco estudados e suas práticas informais de cidadania, por outro acabaram construindo uma interpretação que enfatiza

---

<sup>15</sup> Sobre as diferenças entre liberais exaltados e moderados ver também Basile (2006).

demais o caráter radical e inovador dos exaltados. A linguagem radical dos jornais exaltados deve ser inserida em seu contexto de produção, a de grupo de oposição ao governo, com indivíduos que almejavam maior participação política no Estado que se configurava.

O primeiro número do *Republico* data de 2 de outubro de 1830. A epígrafe escolhida para o primeiro número foi tirada da obra *Contrato Social*, de Rousseau: “Povos livres, lembrai-vos desta máxima – A liberdade pode-se adquirir; mas depois de perdida, não se pode recobrar”. Segundo o redator, o título do *Republico* significa que o jornal deseja o bem público. Nesse número, Borges apresenta como missão do periódico desmascarar os inimigos das liberdades nacionais, tendo sido escolhida esta epígrafe por considerar a pátria vítima de governos traidores. Com freqüentes referências a termos como *nação brasileira, brasileiros e pátria*, ele inicia o primeiro número do *Republico*: “Só pugno e pugnarei pela felicidade comum da Nação Brasileira. O respeito das leis, o amor da pátria, são o meu norte”<sup>16</sup>. Anuncia que acabou o tempo em que os governantes enganavam os homens. Com uma retórica de intensa crítica ao governo, poucas questões concretas a que se opõe são explicitadas. No primeiro número são citadas como críticas ao governo: o desprezo quanto às liberdades individuais, a profusão de despesas supérfluas e o privilégio concedido à ambição dos estrangeiros. Como garantias individuais, o jornal enuncia a não-obrigatoriedade do cidadão do pagamento de impostos que não foram anualmente determinados pela Representação Nacional<sup>17</sup>. Duas bandeiras de luta do *Republico* são anunciadas: a defesa da diminuição dos poderes do Imperador e a ampliação dos poderes políticos nas províncias. Tais bandeiras indicam a competição travada pela ocupação de postos importantes na burocracia do Estado.

O não-respeito à Constituição no governo de d. Pedro I é crítica constante no *Republico*. Como abuso da Constituição, o jornal menciona a concessão de título honorífico

---

<sup>16</sup> *Republico*, 2 de outubro de 1830, p. 2-3.

<sup>17</sup> *Republico*, 2 de abril de 1831, p. 240.

ao Marquês de Loulé, argumentando que o Imperador não pode dar títulos, honras militares nem distinções, pois eles ainda não foram criados pela Assembléia Geral. Observa que a Constituição assegura que títulos honoríficos devem ser concedidos em recompensa de serviços prestados ao Estado. Considera que o Marquês de Loulé não prestou nenhum serviço ao Estado. Defende que não há obrigação de oferecer tratamento usando de títulos, por isso deve-se empregar Vilela e não Paranaguá, João Severiano no lugar de Queluz, Lisboa em vez de Cairu. Contra a atribuição dos títulos Marquês e Marquesa de Loulé, respectivamente ao cunhado e à irmã do Imperador, também estava o jornal *Tribuna do Povo*. Este afirma que o Marquês e a Marquesa não prestaram serviços ao Estado, constituindo tal atribuição uma violação da Constituição que deve ser punida. Considera que, se o Imperador deseja presentear sua irmã, deve fazer à sua custa, pois a época em que os desejos e cobiça dos reis prevaleciam sobre os interesses da nação terminou<sup>18</sup>. A concessão de títulos honoríficos por parte da Coroa deve ser inserida na rede de interdependências e solidariedades em que se moviam as classes abastadas do Rio de Janeiro, como mostrou o historiador Jurandir Malerba (MALERBA, 2006). Os vassallos fluminenses e os vassallos portugueses instalados no Rio de Janeiro doaram verdadeiras fortunas sob a forma de “subscrições voluntárias”. Em contrapartida, esses doadores eram beneficiados com distinções honoríficas e com favores que resultaram em retorno material, como, por exemplo, a nomeação de postos na administração do Estado. Nesse sentido, em geral, a concessão de títulos era moeda de troca entre Imperador e elites. No entanto, tais práticas foram condenadas pelo *Republico* e contribuíam para engrossar o rol de críticas ao governo de d. Pedro I.

---

<sup>18</sup> *Tribuna do Povo*, 10 de março de 1831, p. 87-88.

No que se refere às posições do *Republico* quanto à adoção do regime federativo, este se coloca como defensor. A disputa na organização do Estado entre adotar o princípio federativo ou se baseara na centralização remonta a Independência.

Em 1822, a delegação paulista de deputados que chegou às cortes constituintes em Lisboa apresentou um programa de integração federativa para o Império. Nas cortes, o mais novo dos Andradas, Antonio Carlos de Andrada, expôs argumentos contra os princípios do integracionismo. Teorizou a respeito do princípio federativo, refutando a idéia de centralização como condição para unidade da nação portuguesa. Propôs a associação das partes da monarquia não baseada na igualdade, pois acreditava que cada uma deveria ter legislação específica e defendia que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deveriam ser representados nas províncias. Considerava, dessa forma, que um rei não deixaria de ser rei ao delegar poder em suas possessões. Deputados baianos como Cipriano Barata e Lino Coutinho, defensores da total autonomia provincial, apresentaram receios em aceitar a autoridade do príncipe e o Rio de Janeiro como capital, mas os paulistas conseguiram apoio de parte considerável dos deputados do Brasil (BERBEL, 1999, p.72-79). O governo do Rio de Janeiro aceitava a autonomia provincial e Lisboa negava. A Constituinte garantiria a limitação dos poderes do príncipe regente e assegurava a negociação dos poderes provinciais. O novo pacto para formar a nação portuguesa supunha, dessa forma, união federativa e delegação de poderes. No entanto, o não-entendimento com os deputados de Lisboa em dezembro de 1822 tornou a separação um fato consumado. Esta disputa de autonomia provincial levou para o Rio de Janeiro os conflitos internos das províncias, e o fechamento da Assembléia Constituinte em novembro de 1823 rompeu o acordo firmado em Lisboa. Como justificativa, falou-se da necessidade do fortalecimento do poder central para o controle das províncias (BERBEL, 2006, p. 194-206).

O autonomismo provincial significava o poder para as elites locais administrarem rendas, controlarem a força militar e exercerem a governabilidade. A aceitação da independência pelas elites partidárias do autonomismo deveu-se a uma identificação entre proposta constitucional e autonomismo, como expôs Borges da Fonseca. Ele esperava que, com a Independência, a divisão do poder pudesse contemplar todos os grupos. Segundo Borges, quando o Imperador subiu ao trono, eles estavam felizes porque constituíam um povo que, mesmo sem instituições, haviam proclamado a regeneração. Prometia-se ao Brasil “todo o bem com pouco sacrifício”. Com a Independência, pensava-se que seria possível reunir todos os partidos e “repartir com todos, sem atenções particulares, os encargos do Estado segundo somente as qualidades morais dos cidadãos”<sup>19</sup>. No entanto, acredita que o monarca teria sido iludido por corruptos que o levava a fazer negociações que ultrajavam e comprometiam a dignidade nacional.

As discussões travadas na Constituinte de 1823 acirraram as disputas entre poder central e poder provincial. Em maio de 1823 reuniu-se a Assembléia Geral Constituinte. Ficou estabelecido que os deputados que iriam compor a Assembléia seriam eleitos pelo sistema indireto. Composta de 100 deputados, a Assembléia teve de começar seus trabalhos com 52, devido à lentidão do processo eleitoral nas províncias. Dos 52 deputados, 49 foram formados em Coimbra, dos quais sete pertenciam a quadros do exército e havia dois médicos e 17 padres. Esses deputados se agrupavam em correntes de opinião e se dividiam conforme os debates. As posições dos deputados eram baseadas tanto nos interesses de suas regiões como nos seus interesses individuais. Ao Imperador estava negado o direito de dissolver a Câmara dos Deputados. Para os coimbrãs, o Executivo deveria ser forte para afastar as tendências democráticas vistas como desagregadoras. Nesse momento, d. Pedro I cercou-se de

---

<sup>19</sup> *Republico*, 9 de março de 1831, p. 204.

portugueses que, apesar de enraizados no Brasil, defendiam posições mais autoritárias do governo. Este grupo que cercava o Imperador entrou em conflito com José Bonifácio, que foi afastado do Ministério em julho de 1823; neste sentido, d. Pedro I foi se distanciando da Assembléia. Questão polêmica foi a da relação entre a autoridade do governo do Rio de Janeiro com as demais províncias. A abolição das Juntas eleitas e a substituição destas pela nomeação de um presidente pelo Imperador desagradaram os deputados do Nordeste, de Minas Gerais e de São Paulo, rotulados de “democratas” (NEVES; MACHADO, 1999, p. 89-93)<sup>20</sup>.

A defesa da federação em 1831 retoma a disputa entre poder central e poder provincial do período da Independência. Segundo o *Republico*, os periódicos livres dirigem súplicas à Assembléia Geral para decretar-se a *santa federação* nas províncias, “âncora única da salvação que nos resta”<sup>21</sup>. Argumenta que a federação é pedida de acordo com o artigo 174 da Constituição, pois este artigo pode promover a eterna duração da Constituição e afrouxar, através da *federação*, os laços que “arrocham as províncias do Império, e que por muito apertado estão em perigo de rebentarem”<sup>22</sup>. Para a defesa da federação, o *Republico* retoma a revolução de 1817, tida como regeneradora, pois verdadeiros republicanos amantes da pátria pretendiam torná-la livre do tirano d. João VI. Considera que a Revolução de 1817 foi justa e heróica e não vingou porque, apesar de em Pernambuco encontrarem-se muitos cidadãos corajosos, não havia um homem capaz de estar à frente de uma grande revolução, faltava-lhe um Francklin ou um Washington<sup>23</sup>. A Revolução de 1817 eclodiu em Pernambuco e na sua área de influencia – Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, constituindo-se num

---

<sup>20</sup> Sobre as polêmicas travadas na Assembléia Constituinte de 1823, ver Slemian (2003, p. 96-106), Slemian (2000, p. 202-221).

<sup>21</sup> *Republico*, 16 de março de 1831, p. 216.

<sup>22</sup> *Republico*, 16 de março de 1831, p. 217.

<sup>23</sup> *Republico*, 9 de março de 1831, p. 205.

movimento político cujo regime que pretendiam instituir pode ser considerado republicano<sup>24</sup>. Inicialmente, os antigos partidários da República de Pernambuco não cogitavam uma ruptura com o reino unido, mas autonomia provincial dentro do constitucionalismo luso-brasileiro. O momento do constitucionalismo luso-brasileiro refere-se à formação, a partir de dezembro de 1820, de governos provinciais de caráter provisório e pode ser entendido como o período que aproximou cada província à monarquia portuguesa (SILVA, 2006, p. 343-348).

A tradição federalista era mais forte fora do Rio de Janeiro. Na década de 1830, o café tornou-se o principal produto de exportação, favorecendo a opção centralista do Rio de Janeiro. A produção concentrou-se, inicialmente, na província do Rio de Janeiro, por isso os principais defensores do centralismo pertenciam à burocracia central e à camada dos grandes cafeicultores e comerciantes da cidade. Profissionais liberais urbanos e pessoas que desenvolviam uma agricultura de produção para o mercado interno eram mais favoráveis às medidas descentralizadoras do poder (CARVALHO, 1998, p. 168). Nesse sentido, a luta pelo federalismo em 1831 no Rio de Janeiro deve ser entendida, principalmente, a partir dos interesses das elites provinciais em aumentarem sua atuação na administração do Estado. No entanto, uma série de boatos também foram disseminados a respeito das intenções dos federalistas. O *Republico* defende-se das acusações do jornal *Moderador* de que os federalistas do Brasil são recolonizadores e que queriam aclamar o rei d. Miguel para presidir as províncias do norte. O *Republico* argumenta ser o *Moderador* sustentado pelo *faccioso gabinete secreto* e que o desprezo a tais acusações é a resposta dos *federalis* que amam a liberdade<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Uma crítica às interpretações de 1817, ver Silva (2006, p. 344).

<sup>25</sup> *Republico*, 9 de março de 1831, p. 207.

O jornal *Novo Argos*<sup>26</sup> atribuiu o pedido de federação a aspiração de poucos jornalistas e discordou quanto à existência de um partido desorganizador, como mencionou d. Pedro I na Proclamação. Discorda de que os federalistas desejam expandir empregos e satisfazer vinganças, pois acredita que a federação não traz aumento de empregos, mas amplia as atribuições das autoridades provinciais, diminuindo, dessa forma, a dependência em relação à Corte<sup>27</sup>.

Em matéria do *Republico* de 2 de abril assinada por “Nacional da Baía” são designados como federalistas os brasileiros que defendem a Constituição e as modificações nela necessárias para atender os crescentes interesses da nação; além disso, eles diferem-se pelo patriotismo. Os antifederalistas são considerados os que querem sustentar a continuação dos abusos, partido este ao qual pertencem o governo, os portugueses (marotos propriamente ditos) incluindo os moderados, os absolutistas e os comodistas<sup>28</sup>. O que se pode notar é que o patriotismo é usado para legitimar propostas políticas que tentavam convencer seus leitores através do apelo ao nacional, ao “brasileiro”, em contraposição aos portugueses tidos como absolutistas que abusam do poder em detrimento da nação. Aí o antilusitanismo também passava a ser usado para legitimar as aspirações federalistas, anteriormente defendidas mais em termos políticos do cumprimento da Constituição e do direito das províncias.

No número de 9 de março de 1831, dois dias antes da Noite das Garrafadas, a *crítica* do redator do *Republico* insidia ao não-respeito à Constituição e à acusação de o governo de d. Pedro I ser guiado por um Gabinete Secreto de homens ferozes. Este número defende o direito do povo se indignar quando é ultrajado, pois, quando os direitos são invadidos, é preciso avaliar até onde é necessário obediência. Considera a situação atual espantosa, despertando a

---

<sup>26</sup> *Novo Argos* é um jornal de Ouro Preto. O *Republico* publicou uma matéria dele em 16 de março de 1831.

<sup>27</sup> “Opinião do Novo Argos (de Ouro Preto) sobre a Proclamação Imperial”. Publicada no *Republico*, 16 de março de 1831, p. 216.

<sup>28</sup> “Federalistas e anti federalistas”, assinada por “Nacional da Baía”. *Republico*, 2 de abril de 1831, p. 242.

atenção mesmo do homem que não tem interesse pelo bem público. Afirma que a saúde da nação foi ameaçada e por isso tem-se a necessidade de instalar uma devassa, medida esta que já foi iniciada pelos escritores do Brasil. Assegura que é ciente do respeito que deve ter aos agentes da administração, no entanto o respeito deve desaparecer a partir do momento em que tais agentes se tornarem despóticos. Como exemplo de ato despótico, o redator cita a dissolução da Assembléia Constituinte<sup>29</sup>. Como se pode notar, a crítica do *Republico* ao governo de d. Pedro I antes das Garrafadas ainda não havia incorporado o antilusitanismo.

Com o título de *Uma Proclamação Imperial*, Borges da Fonseca, no dia 12 de março de 1831, ataca os ministros e conselheiros que abusam da paciência dos brasileiros e precipitam o Estado para os horrores de uma guerra civil. Alerta que é hora de os brasileiros cuidarem dos negócios pátrios e conclama: “Liberdade ou *morte*, eis o grito que toca a todos os corações patriotas, a tirania baqueará”<sup>30</sup>. Até este momento não aparece nas páginas do *Republico* um antilusitanismo explícito, pois o ataque incide, sobretudo, na conduta dos maus ministros e conselheiros. Neste mesmo número, Borges publica uma carta endereçada ao Imperador, colocando-se como amigo da liberdade e da Monarquia do Brasil, e pede desculpa caso seu excesso o chocar. Fala que o Imperador é enganado por um partido de interesses estranhos ao trono constitucional e que a Proclamação que saiu em Minas Gerais trouxe desconfianças por parte dos brasileiros. Assim coloca Borges: “Senhor, até quando consentireis em ser iludido por gente tão traidora? Quando deixareis de ter tão boa fé para com tais monstros?”<sup>31</sup>

A partir do número do *Republico* do dia 16 de março de 1831, em que pela primeira vez a Noite das Garrafadas é abordada, o discurso de oposição ao governo de d. Pedro I se

---

<sup>29</sup> *Republico*, 9 de março de 1831.

<sup>30</sup> *Republico*, 12 de março de 1831, p. 210.

<sup>31</sup> *Republico*, 12 de março de 1831, p. 212.

radicaliza. Nesta edição foi publicada uma pequena coluna sobre a Noite das Garrafadas. Assim inicia: “É desta forma, Brasileiros, que somos agredidos e agredidos traiçoadamente pela gente xumbatica? E dir-se-á que a provoquemos? Ah! Malvados, que, acobertados pelo infame *gabinete secreto*, assim derramais o sangue brasileiro que pede vingança!”<sup>32</sup>. A versão dos fatos do *Republico* a respeito das Garrafadas é que no domingo, 13 de março de 1831, eles (Borges e seus seguidores) saíram pelas ruas iluminadas da cidade a fim de se entreterem e de não ofenderem a nenhuma pessoa. No entanto, na Rua Quitanda, entre as Ruas São Pedro e Violas, foram provocados pelo padre Malheiros, redator do *Novo Censor*, que deu *vivas a S. M. Absoluta*. Tal aclamação levou um cidadão a agarrar o padre e a obrigá-lo a dar *vivas a S. M. em quanto for constitucional*. Afirma que nesse dia os traidores do Brasil, que já haviam organizado o seu ataque, arremessaram garrafas e tiros de pistola, resultando em muitos mortos e feridos. Segundo Borges da Fonseca, houve muito empenho para o assassinarem, pois ouviu gritos de *morra o Republico*. A partir desse número, o ataque do *Republico* dirige-se aos *portugueses traidores* e não somente ao Gabinete Secreto e aos maus conselheiros. Conclama os cidadãos a se unirem para vencer a tirania.

No *Republico* de 21 de março de 1831, os acontecimentos das Garrafadas começam a ser mais explorados. O jornal denuncia que os *marinheiros*, numa referência pejorativa aos portugueses, também chamados de *pés de chumbo*, atacaram a *gente brasileira* ajudados pelo governo traidor. Segundo o jornal, a marotagem presente nas Ruas da Quitanda, Direita, dos Pescadores e do Rosário, capitaneada pelo *traidor mor* e sustentada por malvados negociantes, achou “que também era chegada a hora de acabarem com todos os Brasileiros, a quem são apelidados *cabras*”. Consta que, nos dias 10 e 11 de março, os *marinheiros* iniciaram a revolução, atacando as casas dos brasileiros e dos estrangeiros que não as haviam iluminado e

---

<sup>32</sup> *Republico*, 16 de março de 1831, p. 217.

gritavam *Viva o Imperador dos Portugueses absoluto!* Em resposta a esses ataques, no sábado, dia 12, os brasileiros saíram em grupos pelas ruas dando *vivas à Constituição, à Soberania da Nação, ao artigo 174, à Federação e ao Imperador em quanto for constitucional.*

Os xingamentos foram constantes nas Garrafadas. O apelido *cabra* empregado pelos portugueses referia-se à cor parda dos brasileiros. Este apelido era empregado no sentido de diminuir e depreciar a indefinição racial do brasileiro. Para Lustosa (2003), a imprensa que atuou a favor da Independência identifica a mistura racial da população como um distintivo de brasilidade, em reação aos jornais portugueses que depreciavam racialmente os brasileiros. Nesse sentido, os xingamentos entre portugueses e brasileiros não são uma novidade em 1831.

De acordo com Borges da Fonseca, no dia 13 de março (domingo), os *marinheiros* se muniram de armas e fundos de garrafa. Quando o grupo de Borges passou despercebido pela rua da Quitanda, entre a de São Pedro e Violas, o celerado e ímpio padre Malheiros, apoiado por uma patrulha de polícia, a nossa vista bradava:

Viva o Imperador absoluto! O povo se exacerba; investe contra a patrulha; obriga o a que de vivas ao Imperador em quanto for constitucional, ao que prontamente obedeceu, e, caminhando para diante da casa de João Dominguez de Araújo Viana, o PRIMEIRO DOS IRRECONCILIÁVEIS INIMIGOS DO BRASIL, dá um tiro de pistola, que feriu a dois brasileiros, e logo os vândalos, iguais lobos esfaimados, se lançam sobre nos com toda a costa de armas, e derramam o nosso sangue, sem que nos podessemos desafrontar, por não irmos armados, e mesmo pela confusão em que tudo se achava pelo inesperado ataque<sup>33</sup>.

Consta que a polícia ajudou os *marinheiros* a maltratar os brasileiros. Estavam munidos de espadas e varapaus, batiam e assassinavam. Durante o ataque aclamava-se o *Imperador absoluto* e ouvia-se o grito de morte ao redator do *Republico*. Ainda no dia 14 de março (segunda-feira) continuam as agressões aos brasileiros que tinham o laço no chapéu e, à noite, em número de 600, os portugueses andavam pelas ruas da cidade com a polícia que lhes

---

<sup>33</sup> *Republico*, 21 de março de 1831, p. 222.

dava retaguarda para insultar e agredir os brasileiros. Borges estava no *Rocio* com 12 companheiros quando ouviu a *malta infame* gritar “mata, que é o Republico”. Denuncia que nesses dois dias foi derrubado sangue dos brasileiros com o apoio do governo traidor.

O *Republico*, a partir da Noite das Garrafadas, erige a imagem de um Imperador que cada vez mais perdia o apoio dos brasileiros, o que tem sido repetido na historiografia, inclusive citando exemplos que aparecem neste jornal. Observa-se que os mais diversos conflitos foram colocados como disputas entre “brasileiros” e “portugueses” e, em vários deles os redatores dos jornais foram alvos de agressões. Cada vez mais a luta dos liberais adquiria um forte teor antilusitano. Como exemplo, pode-se citar o beija-mão que o Imperador deu no Paço no dia 15 de março. Afirma-se que d. Pedro I teve um acompanhamento desprezível, pois parecia somente Imperador dos marinheiros. Procediam ao coche imperial 400 a 500 marinheiros vestidos *esmolambadamente*, alguns de jaqueta, outros de rodaques ou casaca e a maioria de chinelos. Não havia nenhum brasileiro, tudo era “marinheiros e molecagem, que vinham dando vivas mui esfarrapados, cujas maneiras muito deviam envergonhar ao Imperador”<sup>34</sup>. Nesse episódio aparece a tropa brasileira disposta a combater em prol da causa da liberdade. A tropa brasileira foi postar-se no Largo do Paço, onde consta acharem-se muitos brasileiros dispostos a combater com os militares por liberdade, porque espalhou-se pela cidade que era o dia da aclamação do Imperador absoluto. Então, um fulano denominado Soares, chamado de *saco de pancadas*, que era empregado da alfândega, atacou o redator do *Tribuno*. Em resposta, os brasileiros paisanos e militares o “estouraram de pau”. Terminada esta comemoração, que incorporou a festa dos negros do *Rosário*, todos se dispersaram. No entanto, após as tropas brasileiras terem-se recolhido, os marinheiros andaram em grupo pelas Ruas Quitanda, Rosário, Ourives e Direita, atacando os brasileiros

---

<sup>34</sup> *Republico*, 21 de março de 1831, p. 222.

dispersos e que passavam ali casualmente. Consta que em todos esses dias os vândalos saíram às ruas à procura de Borges para tirar-lhe a vida e que às nove da noite foi esfaqueado um jovem brasileiro que passava pelo Rocio. Indignado, conclama o *Republico*:

Assim está declarada guerra: bem razão á de não capitularmos mais com tal gente. A honra nacional está atacada: franceses e ingleses tem sido por eles insultados, e se tem mostrado sentido da ofensa que se nos á feito: nós lhes agradecemos; nós somos seus amigos, e sobre tudo nós desejamos estreita união com os franceses, como filhos da veterana defensora da liberdade, e restauradora dos direitos inalienáveis e imprescritíveis do gênero humano, embora essa medonha proclamação do Imperador lhes insulte grosseiramente (...)<sup>35</sup>.

Este exemplo foi citado por historiadores como John Armitage e Tobias Monteiro para justificar o estado delicado e explosivo das relações entre brasileiros e portugueses. Longe de se afirmar a inexistência de conflitos antilusitanos nessa sociedade, o discurso do *Republico* deve ser entendido em seu contexto de produção e no embate das relações de poder. O *Republico* trabalhava, a partir da Noite das Garrafadas, para traçar a imagem de um Imperador protetor dos portugueses e que por isso perdia o apoio dos brasileiros.

A partir da Noite das Garrafadas, o conflito político, antes circunscrito ao ataque da imprensa liberal ao gabinete secreto e aos maus conselheiros, configurava-se cada vez mais numa luta de brasileiros versus portugueses, o que certamente juntava grupos diferentes como moderados e exaltados e outros segmentos em torno da causa nacional. Nesse sentido, o *Republico* dizia que a Independência não se efetuou de onde partiu, ou seja, do Rio de Janeiro, pois nessa cidade os comandantes dos corpos e oficiais superiores eram europeus e os grandes funcionários públicos eram portugueses. Menciona que os comandantes de armas, os presidentes, os diplomatas, os conselheiros de Estado e os bispos saíam da *gente sem mescla* e, nesse sentido, o Rio de Janeiro tornava-se outra Lisboa, pois aí se encontravam os opressores do Brasil. Argumenta que, desde 1824, o ministério português coloca pelo menos

---

<sup>35</sup> *Republico*, 21 de março de 1831, p. 222-223

um conselheiro ou ministro brasileiro, no entanto ele acaba sendo forçado a transigir com o ministério português, opondo-se sempre à nomeação de um ministério brasileiro<sup>36</sup>.

Atrelada à acusação de favorecimento dos portugueses o *Republico* divulgava haver um projeto de recolonização do Brasil. Para este periódico, os brasileiros estavam divididos em três grandes frações – absolutistas, liberais constitucionais e liberais federalistas –, porém acredita que, quando se trata da recolonização, os brasileiros se unem e gritam: “Independência ou Morte!”<sup>37</sup>. O redator desta matéria declara que inicialmente ele era grande opositor ao federalismo, por causa dos problemas que pode trazer. Argumenta que os inimigos da forma de governo americana mostram os horrores da ex-América espanhola e esquecem de mencionar os males da América do Norte. No entanto, devido às atitudes do governo e do ministério português, não é mais contra quem prega a federação. Termina a matéria dizendo que é brasileiro nascido e educado no Brasil. Diz ter viajado por alguns países e que mesmo assim se considera brasileiro. Considera que “um português é um português, como dizia um escritor – *j’apelle an chat na chat*. Honra lhes seja dada; adora sua Pátria, e por isso entendem que tudo deve sacrificar por ela”. Conclama a reação dos brasileiros enxovalhados pelos portugueses<sup>38</sup>. Neste exemplo, tem-se a percepção que bandeiras políticas se aliavam à causa da nação ultrajada pelos portugueses.

Pela análise dos periódicos de 1831, nota-se que a associação entre “Império do Brasil” e “nação brasileira” é freqüente. Nesse momento, talvez mais do que em qualquer ocasião anterior, começou-se a unificar as múltiplas identidades geradas ao longo do processo de colonização. Como mostrou István Jancsó, anteriormente à emancipação política, pátria e nação aparecem como termos relacionados às identidades regionais. Após a emancipação

---

<sup>36</sup> “Artigo Comunicado”. *Republico*, 25 de março de 1831, p. 227-228.

<sup>37</sup> “Artigo Comunicado”. *Republico*, 25 de março de 1831, p. 228.

<sup>38</sup> “Artigo Comunicado”. *Republico*, 25 de março de 1831, p. 228-229.

política, a unidade espacial não correspondia à unidade e centralização política, sobressaindo a existência de inúmeras identidades regionais construídas ao longo do processo colonizador como paulistas, pernambucanos, baianenses, filhos de Minas ou patriotas. Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro a sociedade política foi substancialmente ampliada, podendo tais conceitos se autonomizar (JANCSÓ; PIMENTA, 2000).

O *Republico* passa a afirmar que a Independência foi atacada porque os *marinheiros* junto com o *traidor-mor* os acometeram. Acredita que os inimigos são internos e externos. Internos porque estão entre eles e externos porque são estrangeiros que esperam reforço do *infame e malvado* Dom Miguel. Declara haver um plano traçado de ataque por parte dos *marinheiros*. Nesse plano aparecem como pontos principais o Arsenal S. Bento e guarnecer o Castelo para, a partir dele, lançar fogo para a cidade<sup>39</sup>. Corriam boatos de que as guarnições francesas e inglesas estavam preparadas para atacar os brasileiros e os escravizar. Segundo o *Republico*, este boato era uma injúria aos bravos povos franceses e ingleses, pois seus almirantes declararam que não iriam intervir nos negócios internos de outras nações.

O *Republico* informa que foi aberta uma devassa para apurar as agressões ocorridas na Noite das Garrafadas; no entanto, acredita que nela somente constariam juramentos dos marinheiros, sendo isto mais uma prova de que o governo estava do lado dos estrangeiros. Também declara que prisões foram feitas contra os brasileiros, mais uma prova de que os atos do governo eram favoráveis aos portugueses. Muitos argumentos foram lançados em prol da mobilização dos brasileiros contra os portugueses. Colocava-se que muitos crimes tinham sido perpetrados para escravizar os brasileiros e para o Brasil voltar a ser colônia de Portugal. Assim, o *Republico* pede uma atitude: “Podereis ser insensíveis a tantas afrontas? Não vos

---

<sup>39</sup> *Republico*, 21 de março de 1831, p. 223.

oporeis a fúria dos monstros para não vos devorarem? Tudo em nós é crime: o andar, o cuspir, o trazer o laço nacional, tudo é motivo para se nos dar a morte”<sup>40</sup>.

No número de 21 de março de 1831, o redator do *Republico* afirma que foi morto um brasileiro, o escrevente Dr. Saturninho, por estar usando o laço nacional. Nesta edição o discurso torna-se muito radical, pedindo para os brasileiros resistirem, usarem o laço nacional e se armarem:

Brasileiros! É mister união: todos, de hoje em diante, devemos trazer o laço nacional, por isso mesmo que temos sido atacados por estrangeiros em nossa própria casa: é mister que nos distingamos dessa gente ingrata que tem abusado extremamente da nossa hospitalidade. Armai-vos, Brasileiros, e, como diz a *Astréa*, ao primeiro gemido da pátria opressa correi a morte, e nossos filhos, embora em orfandade, serão mais felizes com uma PATRIA LIVRE do que com o *fraco arrimo de um PAI ESCRAVO*<sup>41</sup>.

O apelo à resistência estende-se para outras províncias:

Mineiros e Paulistas, não ouvireis os lamentos dos vossos irmãos Fluminenses? Preparai-vos, e ponde-vos prestes a socorre-los. Rio-Grandenses, vós que amais tanto a liberdade, não podeis ser indiferentes aos nossos males, preparai-vos, que a tirania breve nos acomete, e é mister que nos ache prevenidos. Guerra de morte aos marinheiros (que são também chamados pés-de-chumbo, luzos, marotos, etc.) porque são nossos irreconciliáveis inimigos, acobertados pelo *traidor mor*. E assim também Baianos e Pernambucanos, todos os Brasileiros em geral. Fomos insultados para uma guerra, uma guerra que se faz necessária porque os marinheiros vão todos os dias assassinando os Brasileiros de um em um<sup>42</sup>.

Mesmo com a mudança do ministério após a Noite das Garrafadas e a nomeação de brasileiros favoráveis ao gosto dos liberais, a crítica ao governo de d. Pedro I continuava. Para o *Republico* esta mudança deveria ter ocorrido dois meses antes, quando a opinião pública declarou-se contra os quatro ministros demitidos. Considera que se tivesse sido feita anteriormente, esta mudança teria evitado muitos males, mas no momento não melhora a crise atual. Acrescenta que essa mudança é resultado de um plano conspiratório e, ao contrário de representar uma satisfação à opinião pública, é a execução de um plano traidor, no qual o governo sumia da cena e, no entanto, por trás dos bastidores tramava nossa ruína. Ainda,

<sup>40</sup> *Republico*, 21 de março de 1831, p.223.

<sup>41</sup> *Idem*.

<sup>42</sup> *Republico*, 21 de março de 1831, p. 223.

argumenta que o jornal *Aurora Fluminense* já teria divulgado esta mudança, pois, devido à proximidade da abertura das Câmaras, os ministros *cobertos de crimes* temiam ir à presença dos representantes. Assim, o *Republico* pede enérgica providência do governo, pois caso nada fosse feito estouraria uma revolução espantosa em todas as províncias e desapareceria o trono brasileiro<sup>43</sup>.

O elogio ao sistema republicano não significa que o *Republico* fosse contra a Monarquia, porque acredita haver prejuízos com a queda do trono brasileiro,

(...) deste trono que nos deve dar um dia a verdadeira harmonia social, que só existe em um sistema republicano, onde os respeitos e garantias sociais são de tal forma igualados, ou equilibrados, que uns não podem danificar aos outros<sup>44</sup>.

A idéia de que o povo não mais reconhecia seu soberano, lançada nos meses anteriores à Abdicação é, entretanto, apenas parcialmente verdadeira. A historiografia<sup>45</sup> tem recuperado trechos do *Republico* que evidenciam a falta de popularidade do Imperador, no entanto eles foram extraídos de seu contexto de produção, sendo dúbios quanto à popularidade de d. Pedro I. Por exemplo, tem sido recorrentemente citado a comemoração do aniversário da Constituição no dia 25 de março de 1831 na igreja São Francisco de Paula. Consta que muitas poesias foram recitadas na Igreja e que era notável o entusiasmo quando chegou o Imperador. Ao entrar na Igreja, um cidadão beijou a mão de S. M. e falou: “Viva o Imperador em quanto for constitucional!”. A esta frase respondeu o Imperador: “Sempre fui e ei de dar provas de o ser”. Assim que terminou o Te Deum, recitaram várias peças poéticas que foram muito aplaudidas pelo Imperador. Por muito tempo este se conservou entre o povo que dava vivas à

<sup>43</sup> *Republico*, 26 de março de 1831, p. 231.

<sup>44</sup> *Republico*, 30 de março de 1831, p. 235.

<sup>45</sup> Refiro-me a autores que estabeleceram uma memória para a Abdicação como John Armitage (1943), Tobias Monteiro (1946) e Octavio Tarquínio de Sousa (1957).

nação brasileira, à soberania da nação, à Constituição, à liberdade, à Independência, à Assembléia Geral, à liberdade de imprensa<sup>46</sup>.

O *Republico* de 2 de abril de 1831 inicia com uma matéria intitulada *Resistência legal dos povos*. Argumenta que a resistência é um *dever sagrado* de defesa dos homens da sua liberdade. Apresenta duas espécies de resistência: a geral, que é dirigida contra os grandes administradores do Estado que se tornaram tiranos e destruíram as liberdades públicas, e a parcial, dirigida contra uma autoridade subalterna que ataca as garantias individuais do cidadão. A *Revolução* é definida como a resistência a um tirano ou a um chefe de estado que tenha se tornado tirânico e é operada por grande massa do povo. Esta revolução diferencia-se daquela em que a sociedade se levanta contra um regime incompatível com as luzes de seu tempo e se opera com longos intervalos, proporcionalmente ao esclarecimento do século e à instrução dos povos. E, se os reis têm sido vítimas dessa revolução, é porque eles têm sido hostis à *opinião pública*. O exemplo citado de rei deposto é Carlos X, cujo trono foi ocupado por Luiz Felipe, homem virtuoso e amigo das instituições liberais<sup>47</sup>.

Quando declara guerra ao governo, o *Republico* lança vários argumentos para convencer o leitor, mostrando que o Imperador já havia se tornado impopular perante o povo e que os portugueses se tornavam mais agressivos. Considerando-se que no dia 7 de abril ocorre a Abdicação, a imagem de que o regime perdia a sua legitimidade parece correta. No entanto, o *Republico*, antes da Abdicação, trabalhava para convencer que aquele momento se tratava da luta do brasileiro ultrajado pelo português que recebia proteção imperial. Esse esforço de argumentação também revela que ainda não havia unanimidade em torno da sua causa. Em nenhum momento o *Republico* defende a Abdicação, embora considere o Gabinete Secreto uma ameaça ao trono. Na luta contra o governo de d. Pedro I, o *Republico* divulgava haver a

---

<sup>46</sup> *Republico*, 30 de março de 1831, p. 236.

<sup>47</sup> “Resistência legal dos povos”. Assinada por “Baiano”. *Republico*, 2 de abril de 1831, p. 239-240.

possibilidade de recolonização e de escravização dos brasileiros pelos portugueses, acirrando o antilusitanismo já existente na sociedade. Assim, o antilusitanismo foi capaz de unir setores heterogêneos da sociedade contra o governo de d. Pedro I, ao contrário da bandeira da federação que não era defendida pelos liberais moderados.

O jornal *O Republico*, principalmente a partir da Noite das Garrafadas, simplificou e polarizou as diversas disputas políticas em dois grupos opostos – os “portugueses”, favoráveis ao despotismo do Gabinete Secreto e à recolonização, contra os “brasileiros”, defensores da liberdade e representantes dos interesses nacionais. Não se quer desconsiderar o caráter antilusitano dos conflitos na Noite das Garrafadas, mas assinalar que é só a partir desse momento que eles adquiriram uma dimensão nacional. Por meio dos boatos, disseminava-se a crença de que haveria uma maior opressão e escravização do Brasil por parte da ex-metrópole. Pode-se afirmar que a análise desse periódico permitiu-nos reconstituir os momentos que precederam a Abdicação e a construção da hegemonia política por parte de grupos e indivíduos que deram um sentido ao que significava ser brasileiro.

#### **2.4. O exaltado *Tribuno do Povo***

Um segundo jornal associado aos liberais exaltados e que também fez dura oposição a d. Pedro I, era o *Tribuno do Povo*. O trecho abaixo, que comenta os episódios da Noite das Garrafadas, dá o tom antilusitano dessa publicação:

*As festas, as músicas, os foguetes, as fogueiras, os arcos, os versos, os elogios, os vivas, e todas as mais ridicularias semelhantes de nada valem, principalmente quando seus autores são homens de pouca representação nos países, onde vem mendigar o sustento, que a mão pátria lhes negara, quem deve há de pagar<sup>48</sup>.*

---

<sup>48</sup> *Tribuno do Povo*, 17 de março de 1831, p. 98.

Este jornal foi publicado entre 18 de dezembro de 1830 e 6 de março de 1832, tendo como redator Francisco das Chagas Oliveira França. Quase nenhuma informação há de cunho biográfico a respeito deste redator, sabendo-se apenas que ele era natural de Minas Gerais e que participou das Garrafadas e do “7 de abril”.

O *Tribuno do Povo* se colocava como pertencendo ao grupo dos *escritores livres*, dos *escritores da oposição*, favoráveis à liberdade e à causa da pátria, cuja função era pregar contra o despotismo. Seu lema era “união, olho bem vivo, e resistência legal”<sup>49</sup>. Citava Rousseau para definir a *opinião pública* como expressão da vontade geral. Acredita que, quando a *opinião pública* não é considerada, ou seja, quando os ministros têm por lei a vontade do príncipe e os conselhos dos *grandes*, abre-se o caminho para a desorganização do corpo social<sup>50</sup>.

No *Tribuno do Povo* aparece uma concepção muito peculiar de monarquia. O redator está convencido de que as monarquias hereditárias retrocedem o avanço dos povos em relação à civilização ao colocar homens incapazes no governo. Argumenta que a classe dos príncipes é como a dos homens, onde uns são mais aptos que outros. Na família de d. Pedro I encontram-se exemplos disso, como a rainha Carlota, que mostrou ter coração ferino ao perseguir os liberais portugueses. Quanto a d. Pedro I, considera que ele tem mostrado fraquezas e que tem sido enganado. Com a reforma do artigo, o redator acredita ter o Brasil a liberdade de dar o trono ao que possuir mais mérito e ao mais apto, estabelecendo, dessa forma, uma monarquia útil<sup>51</sup>.

Os boatos de golpes e revoluções políticas também são mencionados no *Tribuno do Povo*. Sua edição de 7 de março de 1831 refere-se ao boato espalhado de que a Bahia estava

---

<sup>49</sup> *Tribuno do Povo*, 21 de março de 1831, p. 101.

<sup>50</sup> “Carta que aos novos Ministros dirige o Brasileiro Livre. Rio, 26 de março de 1831”. *Tribuno do Povo*, 31 de março de 1831, p. 116-117.

<sup>51</sup> *Tribuno do Povo*, 3 de março de 1831, p. 79-80.

em revolta e de que as despesas seriam supridas com o dinheiro da fábrica de Lino Coutinho. Considera tais boatos invenções do Gabinete Secreto, cabendo ao povo ficar alerta aos traidores que lançam a discórdia entre os cidadãos, imaginando revoluções para agir contra a Constituição e assim criar comissões militares e suspender o habeas-corpus<sup>52</sup>. Pede aos brasileiros que se unam contra as traições do governo e que fechem os ouvidos aos boatos falsos que o governo manda espalhar. Tranqüiliza os brasileiros que nada existe e, caso haja um rompimento, este é contra o governo e seus homens perjuros e faltos de patriotismo, rompimento necessário para mostrar a soberania da nação.

Numa correspondência de um leitor publicada no número de 21 de março de 1831, a Noite das Garrafadas é abordada. Inicialmente, o leitor retoma um conflito entre franceses e sicilianos. Consta que os franceses apoderaram-se da Sicília no século XIII e lá tiveram uma vida desregrada. Cansados de serem ultrajados pelos franceses, os sicilianos vingaram-se através da execução de um plano. Este estabelecia que, na festa de páscoa de 1282, todo francês seria assassinado por um siciliano que lhe estivesse a cargo. Tal plano foi tão bem executado que em duas horas a Sicília ficou livre de seus opressores e os 300 ou 400 franceses que conseguiram refugiar-se no forte de Sperlingue foram vítimas da fome. Considera que a exposição desses fatos se justifica porque os brasileiros sofrem com a perfídia de portugueses que pacificamente foram acolhidos no solo brasileiro. Considera que, apesar dos perigos que os sicilianos se expuseram, eles possuíam na alma a sentença da epígrafe deste jornal “Mais vale morrer livre, do que viver escravo”<sup>53</sup>. Em número posterior, o redator faz referência à “Correspondência” sobre franceses e sicilianos. Considera que os meios usados pelos sicilianos para se libertarem dos franceses não convêm ao Brasil, pois os sicilianos lutavam com homens de honra e não com *homens sem honra*, como essa *horda vil de covardes*

---

<sup>52</sup> *Tribuna do Povo*, 7 de março de 1831, p. 83.

<sup>53</sup> “Correspondência”. Assinada por “S.M.”. *Tribuna do Povo*, 21 de março de 1831, p. 102.

*lusitanos* que merecem ser debelados com o desprezo. Por isso, defende que não se sujem as mãos com sangue lusitano e que os deixem entregues a nulidade<sup>54</sup>. Além do mais, apesar da radicalidade que foi atribuída ao *Tribuno do Povo*, este defende que as reformas não sejam feitas por meios violentos. Esta correspondência de um leitor também mostra que o discurso dos jornais “radicais” poderia causar na época uma animosidade mais perigosa ao abalo da ordem pública.

Os incidentes envolvendo redatores de jornais e autoridades continuavam. O redator do *Tribuno do Povo*, Francisco das Chagas de Oliveira França, envolveu-se em um conflito com o dito Soares. França critica o ofício do ex-intendente Monteiro de Barros<sup>55</sup> a respeito desse desentendimento e considera que, mesmo sendo brasileiro, Monteiro causa vergonha por proteger seus *apaniguados* e *abomináveis lusitanos*<sup>56</sup>. Segundo o redator, no dia em que S.M.I. e C. entrou triunfalmente acompanhado do corpo do comércio, entre eles Coelho, Franco e Vivas<sup>57</sup>, ele se encontrava no largo do Paço junto com um dos batalhões que lá estavam. Explica que sua presença ali não era por vontade de entrar na comemoração, mas para observar o que se passava. Estando tranqüilo entre seus *patrícios cabras*, viu dirigir-se em sua direção Soares<sup>58</sup>, que gritava enfurecido: “Viva o Imperador, Viva o Imperador”, tendo Francisco das Chagas respondido: “Constitucional, Constitucional, sem isso não o queremos”. Novamente Soares responde na mesma linguagem, mas o redator o faz “notar que o Imperador sem Constituição não há de ficar no Brasil”. Nesta ocasião Soares dirigiu-se com o chicote que havia usado para celebrar a entrada do Imperador e tentou dar umas chicotadas, o que não conseguiu por ter sido detido pelo grande número de patrícios *cabras* que veio

<sup>54</sup> *Tribuno do Povo*, 28 de março de 1831, p. 110.

<sup>55</sup> Antonio Augusto Monteiro de Barros foi membro do Conselho Supremo Militar e Senador por Minas Gerais de 1838 a 1841, ano em que faleceu (VIANNA, 1945, p. 600).

<sup>56</sup> *Tribuno do Povo*, 28 de março de 1831, p. 107-109.

<sup>57</sup> Vivas refere-se ao sobrenome de um açougueiro popular no Rio de Janeiro (VIANNA, 1945, p. 601).

<sup>58</sup> Trata-se de Francisco Antônio Soares, o famoso agitador apelidado “Brasileiro Resoluto” (VIANNA, 1945, p. 601).

socorrer Francisco Chagas<sup>59</sup>. O relato de Monteiro de Barros é considerado por Chagas ambíguo por não mencionar que o mesmo pedia Imperador com Constituição. Acrescenta ter coragem para dizer que se o Imperador se tornasse *absoluto* ele seria o seu *mais encarnizado inimigo*. Termina empregando seu discurso de ataque aos lusitanos, tidos por protegidos do governo e pertencentes ao Gabinete Secreto:

Quando o Governo protege os *lusitanos* nossos inimigos; quando os Brasileiros são massacrados só nos resta lançar mão desta linguagem decisiva; se morramos, morramos com honra sustentando O SAGRADO JURAMENTO, QUE, PERANTE DEOS TODOS NÓS MUI VOLUTARIAMENTE PRESTAMOS, e que só tem sido violado pelos *traidores de alto coturno* que são lá Presidentes do Gabinete Secreto; e pelo celeberrimo Senhor Ex-Intendente Geral da Polícia, da Corte, Antonio Augusto Monteiro de Barros, autor do Edital do dia 7 de setembro, e por vergonha de todos nós Brasileiro, cujo mal data deste o princípio de nossa Independência que devia ser *Brasileira* e não *Lusitana*<sup>60</sup>.

No dia 31 de março de 1831, o redator do *Tribuna do Povo* publica uma carta dirigida ao Imperador e assinada por “Um Brasileiro Livre”. Afirma ter dirigido em setembro do ano passado uma carta ao Imperador para falar do mau estado da pátria<sup>61</sup>. Acrescenta que tem um coração patriótico e que nasceu no solo brasileiro e, por isso, não pode presenciar tranqüilo as *ciladas* preparadas para a pátria. Avisa que sua linguagem é acre, pois não é a linguagem dos palácios, mas a usada na casa simples dos cidadãos livres. Faz referência ao Gabinete Secreto e à compra de armas, dizendo estar indignado com o fato de um governo constitucional manter coisas ocultas. Além disso, acrescenta que o nome do Imperador é envolvido nas traições e nenhuma satisfação tem dado à nação e, segundo o ditado, *quem cala consente*<sup>62</sup>. Faz críticas gerais ao governo: de ser traidor, de ter maus ministros, de empregar o despotismo e de perseguir os *escritores da liberdade*. Diz ser contra a expulsão de Lima do comando das armas e contra serem portugueses quase todos os principais empregados do governo. Quanto à

<sup>59</sup> *Tribuna do Povo*, 28 de março de 1831, p. 107-108.

<sup>60</sup> *Tribuna do Povo*, 28 de março de 1831, p. 109.

<sup>61</sup> Informa que esta carta foi denunciada ao Promotor do Jury pelo procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, “como se crime fora dizer aos Príncipes a verdade”, p. 111.

<sup>62</sup> *Tribuna do Povo*, 31 de março de 1831, p. 113.

nomeação do gabinete composto por brasileiros, acha que o Gabinete Secreto lhe causará tropeços.

No *Tribuna do Povo* do dia 24 de março de 1831, o conflito se polariza mais ainda entre brasileiros e portugueses. O redator conclama pelo uso de um distintivo - o *tope nacional* - para diferenciar os brasileiros dos pérfidos portugueses. Defende que o *tope* deve ser usado em público por todos os brasileiros, incluindo filhos e esposas. Refere-se à união dos periódicos em torno dessa causa: “O Patriota Redator da Aurora, a corajosa e livre Nova Luz, o firme Republico, a Patriarca Astréia já iguais votos fizeram aos seus concidadãos”<sup>63</sup>. Ainda nessa *matéria* diz que os *monstros*, em alusão aos portugueses, ameaçam a Independência e trabalham em prol da recolonização. Conclui com uma poesia:

*MOTTE*

*Manter a Constituição  
É dever dos Brasileiros*

*GLOZA*

*Trema, trema a vil traição,  
Seu plano será frustrado;  
Que o Brasil já tem jurado  
“Manter a Constituição,,,  
Si homens vis, sem criação  
Si porcos, vis estrangeiros  
Se julgam bravos guerreiros,  
Eia, ao campo e lá verão  
Que ser livre, escravo não,  
“É dever dos Brasileiros (por um Cabra Fluminense)<sup>64</sup>.*

Mesmo em data próxima à Abdicação, o redator do *Tribuna do Povo* não se colocava contra d. Pedro I. Afirmava não querer *Imperador sem Constituição*, mas, caso o Imperador se tornasse absoluto, afirma que seria o seu *mais encarniçado inimigo*. Justifica o uso de sua linguagem agressiva, pois “quando o governo protege os *lusitanos* nossos inimigos; quando os Brasileiros são massacrados só nos resta lançar mão desta linguagem decisiva (...)”<sup>65</sup>. Para o

<sup>63</sup> *Tribuna do Povo*, 24 de março de 1831, p. 106.

<sup>64</sup> *Tribuna do Povo*, 24 de março de 1831, p. 106.

<sup>65</sup> *Tribuna do Povo*, 28 de março de 1831, p. 108.

*Tribuno do Povo*, os acontecimentos que abalaram a tranquilidade pública, em referência à Proclamação lançada em Ouro Preto e à Noite das Garrafadas, contaram com a participação do Gabinete Secreto.

O ideário do *Tribuno do Povo* é semelhante ao do *Republico*. Ambos defenderam a federação, afirmavam existir um Gabinete Secreto despótico e aliaram o antilusitanismo a suas causas. No *Tribuno do Povo* é claramente visível o ressentimento deste jornal quanto ao fato de os portugueses ocuparem, em maior número, os postos da burocracia do Estado.

## **2.5. A oposição aos liberais: o jornal *Novo Censor***

Mas nem toda a imprensa era de oposição, o que sugere que os grupos que apoiavam o governo de d. Pedro também se preocupavam em moldar a opinião pública. O jornal *Novo Censor*, por exemplo, exerceu intensa crítica aos jornais *Republico* e *Tribuno do Povo*, constituindo-se assim em um importante documento para reconstituir os confrontos e debates políticos do conturbado ano de 1831<sup>66</sup>.

Para o *Novo Censor*, o aumento do número de *escritores públicos* que se colocavam como defensores dos direitos individuais, da liberdade e da independência nacional, deveria acarretar uma marcha segura rumo à civilização e contribuir para o desenvolvimento da indústria. No entanto, argumenta que ocorre o contrário, pois esses escritores não estão empenhados em avivar os elementos de uma verdadeira política baseada na moral, na religião e nos deveres para com o príncipe. Nesse sentido, acredita que a política tornou-se uma odiosa confusão de “vergonhosas disputas nominais, guerras de palavras indefinidas, e embrulhada

---

<sup>66</sup> Além da informação de ser um jornal governista, não foi encontrado mais nada sobre este jornal nos manuais de história da imprensa. No número de 5 de fevereiro de 1831, o jornal *Novo Censor* anuncia os locais de venda e avisa que, enquanto não houver número suficiente de assinantes, o jornal será distribuído por assinantes do *Moderador* e pelos amigos do redator. Era impresso pela Tipografia de Gueffier e C., na Rua da Quitanda, n.79.

na equivocidade, tediosas, ridículas desavenças, indiscretas, palpáveis contradições, sonhos, aleivosias, intrigas, improvadas acusações (...)”<sup>67</sup>. Este trecho é revelador de como o crescimento da imprensa interfere na configuração das disputas políticas e no rumo dos acontecimentos.

O *Novo Censor* considera ser necessário desmascarar estes *maníacos* que inquietam a sociedade, em referência aos redatores dos periódicos liberais. Crítica a falta de meios de reprimi-los, além de serem absolvidos quando julgados por crime de imprensa. Esse periódico usa a Constituição para defender a repressão que o Imperador deveria exercer sobre esses escritores, uma vez que considera que ao Imperador foi dado o poder de velar para a manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia dos poderes políticos<sup>68</sup>. Considera que não se prospera com quimeras de *filosofismo* e que os constitucionais não podem ser espectadores ociosos de doutrinas “anti-sociais”. Crítica os periódicos liberais que pregam haver um Gabinete Secreto na Boa Vista, provocação injuriosa e dirigida a excitar a desconfiança e a rebelião contra a sagrada pessoa do Imperador. Para o *Novo Censor*, esses escritores, que “a torto e a direito” gritam contra o despotismo e “arrotam” patriotismo, transtornam a base do Contrato Social, pois semeiam entre os cidadãos a anarquia, a confusão, a desgraça e a desunião<sup>69</sup>. Justifica que não é contra a instituição do Jury<sup>70</sup>, mas alguns juízes cometem abusos ao deixarem impunes os *infames anarquistas*, em referência aos escritores liberais<sup>71</sup>. Informa que o Promotor do Jury, quando perguntado sobre o motivo do descrédito desse Tribunal, respondeu não ser possível acusar os *revolucionários*, haja vista que no

---

<sup>67</sup> *Novo Censor*, 5 de fevereiro de 1831, p. 1.

<sup>68</sup> O redator cita o Título 5.º da Constituição do Império, Cap. 10. *Novo Censor*, 5 de fevereiro de 1831, p. 2.

<sup>69</sup> *Novo Censor*, 5 de fevereiro de 1831. Nesse número, o ataque é dirigido, sobretudo, ao jornal *Tribuna do Povo*.

<sup>70</sup> O redator informa que chamou Jury ao Tribunal que se estabeleceu para julgar abusos de liberdade de imprensa.

<sup>71</sup> “Meu Caro Moderador”, assinado pelo “O Novo Censor”. *Novo Censor*, 5 de março de 1831, p. 4.

Tribunal existe uma facção que os apóia. O *Novo Censor* alerta que, dessa forma, eles podem cair em um abismo e que a maior parte dos juizes pertence ao *clube desses celerados*<sup>72</sup>.

O *Novo Censor* acusa o jornal *Aurora Fluminense* de usar todo um arsenal de palavras que se reduz a uma simples proposição – a de que o Imperador deveria substituir os ministros, presidentes e comandantes das armas dissidentes ou impopulares, pois a *Aurora* quer dizer “mude as Autoridades que elegeu, e escolha-os dentre a nossa gente de confiança”<sup>73</sup>. Com sarcasmo sugere que a *Aurora* deveria apresentar uma lista contendo os nomes dos Ministros que deveriam substituir os que estão no poder. Ironicamente, o *Novo Censor* apresentou a lista, contendo alguns nomeados:

Para Ministro do Império aquele sujeitinho que compôs a arte que dá os preceitos, e as regras para se fazer a revolução do Brasil com os Africanos, a saber – o Redator da Sentinella no Pirajá. Para Ministro da Justiça – aquela pessoinha que escreveu ao Juiz das Medições, para que se estendesse o cordel pelas terras alheias, a saber o Collaborador do Argos. Para Ministro da Guerra, o Tribuno. É um homem probo como se vê nos seus escritos onde respira perícia, valor, e juízo!”<sup>74</sup>.

O redator discute o que denomina ser uma conspiração lançada pelo *Tribuno do Povo*. É generalizado o boato sobre a chegada do Chalaça e Luiz do Rego, convidados pelo Gabinete Secreto para executar um plano contra a Independência e a Constituição. O *Novo Censor* critica, ironicamente, este boato, considerando-o um disparate:

Por ventura um criado do Monarca, um Francisco Gomes, é algum herói que por suas ações gloriosas, por suas vitórias, por seus talentos, avulte a ponto de assombrar os nossos espíritos? Quem chamado a ver um tal aborto de demência, deixará de rir-se? Mas não, Brasileiros. O Tribuno conhece o disparate de tal idéia”<sup>75</sup>.

O *Novo Censor* responde ao *Tribuno do Povo* que não é escritor do governo nem do estrangeiro e que respeita a Constituição. Indaga o *Tribuno do Povo* a respeito de seus ataques ao governo, perguntando o que entende por governo, se é o ministério ou cada uma das

<sup>72</sup> *Novo Censor*, 9 de março de 1831, p. 2-3.

<sup>73</sup> *Novo Censor*, 16 de março de 1831, p. 2.

<sup>74</sup> *Novo Censor*, 16 de março de 1831, p. 2.

<sup>75</sup> *Novo Censor*, 12 de fevereiro de 1831, p. 3.

autoridades e suas respectivas funções. Na opinião do *Novo Censor*, a intenção do *Tribuno* “é mal dizer do governo a torto e a direito”<sup>76</sup>.

Na seção “Correspondências” do *Novo Censor* há varias cartas que dirigiam críticas aos escritores liberais. Em uma carta assinada por *O anti federalista*, o leitor pergunta quem são esses escritores que sempre repetem a mesma coisa e chamam às armas os concidadãos. O mesmo responde que conhece tais escritores de perto e que nenhum deles é capaz de praticar somente uma virtude e, tampouco, cumprem as obrigações de um pai de família. Apesar da extravagância de suas idéias, acredita que se deve tomar cuidado com esses escritores, considerando que as revoluções sempre são feitas com *gentalha desta espécie*. *O anti federalista* afirma que esta *gentalha* quer fazer os miseráveis de degraus para subir à posição que deseja e, caso as coisas dêem erradas, abandona os pobres e se esgueira para o norte ou para o sul da América. Considera o *Republico* e o *Tribuno do Povo* dois pobres de espírito e afirma que o último nada tem conseguido do governo e, se por acaso conseguisse, pode ser que pilhasse ao menos a posição de secretário de algum governo provincial porque tem letra bonita<sup>77</sup>.

O *Novo Censor* cunhava seus adversários liberais de desordeiros e de abalarem a ordem pública, além de afirmar serem eles desonrados na vida pública e na vida familiar. Em crítica aos republicanos, publica:

O Coração de um Republicano é o foco de todos os crimes. (...) Se invade a honra das famílias é porque a honra é um fantasma no seu modo de pensar, e a virtude consiste em não ter honra. Se rouba os bens, e a propriedade alheia, o roubo já não é violência, e deixa de ser um furto, se caso se perpetrar em nome da liberdade. (...) Sem Deus, sem Pátria, sem religião, sem costume, nem ao menos sombra de probidade, os republicanos vão minando o Brasil em todas as suas Províncias<sup>78</sup>.

<sup>76</sup> Suplemento ao *Novo Censor* N.2. *Novo Censor*, 12 de fevereiro de 1831, p. 5.

<sup>77</sup> *O Anti federalista*. *Novo Censor*, 19 de fevereiro de 1831, p. 4.

<sup>78</sup> *Novo Censor*, 19 de fevereiro de 1831, p. 5-6.

A crítica do *Novo Censor* à federação é incisiva, pois considera que ela pode retalhar um império que há pouco tempo foi constituído por províncias. O *Novo Censor* alerta o seu opositor *Aurora Fluminense* do perigo que representam os federalistas, associando-os aos jacobinos franceses:

(...) monstros sequiosos dos bens alheios, que se empenham no incêndio da pátria, como os Dantons, e Marats. Querem como aqueles levar aos cadafalsos os Patriotas verdadeiros, famílias inocentes, e ganhar na pilhagem riquezas com que se esgueiram. Nem pense o Aurorista que há de escapar das fúrias dos Patifocratas, se eles chegassem a realizar seus infernais projetos<sup>79</sup>.

Associa os federalistas aos jacobinos que mataram ricos e pobres em prol de suas doutrinas, os ricos porque eram suspeitos de seduzir os pobres contra a *liberdade jacobinica* e os pobres para não correrem o risco de serem corrompidos pelos ricos. Também, mataram os nobres porque eram inimigos da *jacobinica liberdade*; os sacerdotes porque queriam trabalhar para manter o estado e a religião; os homens de talento por temerem sua eloquência; e os ignorantes por serem inimigos de sua reforma. Alerta os brasileiros para não confiarem nesses celerados que lançam perjúrios como o da recolonização, pois sabem que tal palavra pode irritar e armar os brasileiros incautos. Defende-se da acusação de almejarem a recolonização, dizendo: “O Brasil não pode ser mais Colônia, salvo, se os Republicos, e Tribunos, e iguais revolucionários pudessem realizar seus planos sanguinários”<sup>80</sup>.

O *Novo Censor* acusa o *Republico* e o *Tribuno* de espalharem o ódio contra os empregados públicos e enfraquecerem o governo para apoderarem-se de todas as repartições, de serem separatistas, de desejarem retalhar a pátria para colocar nas províncias os seus *Caciques*<sup>81</sup>. Denuncia que o *Tribuno* ilude os incautos com a sonhada existência do Gabinete Secreto e os demais que defendem esta idéia, usam das leis, acusam e censuram todos os ministros desde o primeiro dia que eles tomaram posse de suas pastas. Acredita que os que

<sup>79</sup> *Novo Censor*, 5 de março de 1831, p. 3.

<sup>80</sup> *Novo Censor*, 5 de março de 1831, p. 3.

<sup>81</sup> *Novo Censor*, 9 de março de 1831, p. 1.

afirmam existir um Gabinete Secreto denigrem as ações do governo e ofendem a reputação do Imperador<sup>82</sup>.

O *Novo Censor* pergunta se o *Tribuno* entende por governo o *ministério em globo* ou cada uma das autoridades constituídas. Diz ignorar quem são os membros do Gabinete Secreto e, ironicamente, indaga que se ele se encontra na Quinta da Boa Vista como mencionado pelo *Tribuno, Republico e Aurora*, “porque em fim apesar de ser secreto estes denunciantes, se assim o afixam, é porque podem provar de fato o que espalham por todo o Brasil”<sup>83</sup>. Quanto à acusação por parte do *Tribuno* de que o governo mandou espalhar o boato da existência de uma fábrica de dinheiro dirigida pelo deputado Lino Coutinho, o *Novo Censor* alega ser falsa, pois, “se o Governo de tal fábrica soubesse, não desejaria que tal notícia se divulgasse”<sup>84</sup>. Critica a proposta do *Tribuno* dos governos hereditários, considerando que tal proposta desrespeita a Constituição<sup>85</sup>.

Além de atacar os periódicos liberais, o *Novo Censor* discutia propostas como a de combate à ociosidade, considerada corruptora dos costumes. Defende que a natureza confere ocupações a cada uma das classes. Compromete-se trabalhar em prol da “indústria popular” e acredita que o Império poderia ter riquíssimas fábricas e oficinas e não precisaria mais importar objetos feitos com matéria-prima de nosso solo. Defende o estabelecimento de “sociedades econômicas” que, aliadas ao “patriotismo”, contribuiriam para o progresso da indústria. Falta de patriotismo para o *Novo Censor* significa não-comprometimento da população com o desenvolvimento da agricultura e da indústria. Como exemplo, cita o não-engajamento dos lavradores com o plantio estimulado pelo ministério, que distribuiu sementes de linho cânhamo e outras espécies. Diferentemente dos jornais liberais, o termo “patriotismo”

---

<sup>82</sup> *Novo Censor*, 5 de março de 1831, p. 2.

<sup>83</sup> *Novo Censor*, 12 de março de 1831, p. 2.

<sup>84</sup> *Novo Censor*, 12 de março de 1831, p. 3.

<sup>85</sup> *Novo Censor*, 12 de março de 1831, p. 4.

adquire um novo sentido no *Novo Censor*. Para os jornais liberais, o patriotismo estava relacionado à defesa do brasileiro contra o despotismo e o jugo português. Segundo esse periódico, o portador de patriotismo é aquele que se compromete com o desenvolvimento da agricultura e da indústria.

## 2.6. Conclusão

A título de conclusão deste capítulo, sugere-se que a interpretação sobre a Abdicação incorporada pela historiografia foi a dos liberais. Tal interpretação considera a Abdicação como resultando principalmente de um conflito entre brasileiros e portugueses. Esta visão, contudo, parece um tanto simplista, mesmo reconhecendo que o antilusitanismo estava presente nesse momento. É verdade que nas Garrafadas, considerando a localização geográfica deste conflito e a leitura das fontes, este distúrbio comportou uma disputa antiga entre brasileiros e portugueses, daí o conflito ter sido incorporado como bandeira da luta política dos liberais. Mas a análise dos jornais do período mostra que a Abdicação foi um processo bem mais complexo, não se limitando a uma luta de brasileiros versus portugueses, mas refletindo uma acirrada disputa pelo poder, em que as elites procuravam mobilizar a opinião pública em favor de seus projetos políticos através da imprensa.

Além disso, esses projetos não eram essencialmente diferentes, como uma leitura menos aprofundada dessas fontes poderia sugerir. Na ânsia de cunhar as propostas do *Republico* e do *Tribuno do Povo* como desordeiras e perturbadoras da ordem e da tranqüilidade pública, o *Novo Censor* atribui a esses periódicos uma radicalidade inexistente. Os jornais liberais exaltados nesse momento, entretanto, não almejavam mudanças estruturais na sociedade e muito menos uma revolução social. Embora seja necessário relativizar e

criticar o radicalismo atribuído aos liberais exaltados que atuaram na Abdicação, isto não significa que eles não possuíam propostas inovadoras em um momento em que o Estado recém-independente ainda dava seus primeiros passos para a sua consolidação.

Os jornais estudados neste capítulo eram favoráveis à manutenção da monarquia, com exceção de algumas vagas considerações de uma monarquia eletiva assemelhando-se ao sistema republicano, como aparece no *Tribuna do Povo*. Quanto ao tema da escravidão, em geral ele não foi abordado nos periódicos, salvo raríssimas exceções, devendo-se considerar que, as poucas vezes em que este tema veio à tona eram por receio de desordens ou mesmo relato de conflitos em que os negros estiveram envolvidos, nunca aparecendo um discurso contrário à escravidão. Mesmo os periódicos tidos por mais radicais não queriam resolver o problema da escravidão, pois um leitor atual que desconhecesse a história do Brasil poderia nem mesmo perceber que aqui havia uma sociedade escravocrata. As reformas defendidas pelos liberais eram muito mais no sentido de ampliar a atuação das elites provinciais ou dos setores sociais enriquecidos com o comércio de abastecimento ou mesmo das camadas médias em expansão na sociedade carioca do que de integrar os segmentos populares. Atrélados ao discurso de mudanças políticas, esses grupos buscavam oportunidades para se inserirem na burocracia do Estado e, quando já pertenciam a ela, ressentiam-se de não ocuparem os melhores postos, historicamente destinados aos portugueses.

Embora não se possa descartar que na Noite das Garrafadas o antilusitanismo estivesse presente, ele foi a partir desse conflito, uma bandeira de oposição política usada pelos jornais liberais. Antes da Noite das Garrafadas, o discurso liberal era de combate ao Gabinete Secreto e ao não-respeito à Constituição e de defesa da federação, apenas para citar alguns exemplos; somente depois é que o discurso adquire um sentido fortemente antilusitano. A partir daí, o mote principal dos discursos passava a ser o da nacionalidade ultrajada, muito mais apelativo

para agrupar a população heterogênea social e economicamente da cidade do Rio de Janeiro em 1831, inclusive os segmentos populares. É erigida pelos próprios contemporâneos da Abdicação e, posteriormente, apropriada pelos historiadores a idéia de que o Imperador não soubera mostrar-se verdadeiramente brasileiro. Esta idéia, longe de uma questão de defesa desinteressada da nacionalidade, indica a inabilidade do arranjo de forças na divisão do poder entre os setores das elites.

Acredita-se haver demonstrado que o estudo da imprensa oferece um quadro bastante significativo do desenrolar dos conflitos que levaram ao “7 de abril”. Desse quadro destacam-se aspectos como: a formação de uma composição de forças entre políticos profissionais, jornalistas e outros setores da sociedade civil contra o governo de d. Pedro I; a luta para implantação do regime federativo; e a desilusão de grupos com o Estado que privilegiava uns com cargos e altos postos na burocracia em detrimento de outros. A principal conclusão, entretanto, é a de que a própria importância quantitativa que a imprensa assumiu no período é uma evidência de que este foi um dos poucos momentos da história do País até então em que a política foi feita em grande parte fora dos círculos restritos do poder formal, do Parlamento, dos gabinetes e dos ministérios. A imprensa atuou, assim, para ampliar o espaço público e, nesse sentido, é fonte fundamental para entender como a política rompeu os círculos restritos do poder e mobilizou um público mais amplo nos agitados meses que antecederam a Abdicação.

### CAPÍTULO III

#### O "POVO E A TROPA" NO SETE DE ABRIL DE 1831

Procurou-se mostrar no capítulo anterior que a imprensa teve importante papel no processo que levou à Abdicação, contribuindo para ampliar o espaço público da política e, assim, permitindo que esta passasse a ser feita, ao menos em certa medida, fora dos círculos restritos do poder formal. Neste capítulo, o objetivo é duplo. Em primeiro lugar, tem-se o intuito de identificar os personagens mais importantes que atuaram nesse espaço público ampliado. Em segundo, procurar-se-á entender como tais personagens influenciaram-se mutuamente terminando por formar uma aliança tática que foi bem-sucedida em afastar d. Pedro I do trono, mas que não foi capaz de dar origem a uma coalizão duradoura e de produzir mudanças significativas na estrutura social do Brasil imperial após a Abdicação.

A título de introdução, é importante assinalar que a significativa participação do exército no “7 de abril” consagrou na época a visão de que Abdicação teria sido fundamentalmente o resultado de uma revolta militar apoiada pelo povo. As fontes de fato mencionam a presença de vários regimentos do exército da cidade do Rio de Janeiro no ajuntamento do Campo de Santana<sup>1</sup> nos dias 6 e 7 de abril de 1831, palco da Abdicação de d. Pedro I. Esta notável participação do exército na Abdicação levou John Armitage<sup>2</sup>, por exemplo, a considerar o “7 de abril” uma sedição militar, quase exclusivamente operada pelos militares. No entanto, não parece válido afirmar que a Abdicação tenha sido obra somente dos

---

<sup>1</sup> O atual Campo de Santana era chamado de Campo de Aclamação na época.

<sup>2</sup> O inglês John Armitage veio para o Brasil como empregado da filial no Rio de Janeiro da casa inglesa *Philips, Wood & Cia*. Seu livro é editado em Londres em 1836 e no Brasil em 1837. Armitage dispunha de informações como morador da cidade do Rio de Janeiro e como amigo de influentes jornalistas liberais como Evaristo da Veiga, tendo, por isso, acesso a documentos oficiais inéditos quando escreveu seu livro (ARMITAGE, 1943).

militares, uma vez que a imprensa e as lideranças liberais tiveram papel importante no desencadeamento do processo que culminou com a Abdicação, como sugerido no capítulo anterior. Não será adotada, tampouco, a visão interpretativa que opõe civis e militares, já que o exército no Império não se configurava numa instituição com estrutura organizacional fechada<sup>3</sup>. O exército no Brasil, no século XIX, é certamente um elemento importante para a construção do Estado, visto constituir-se no monopólio legítimo de violência do rei, fazendo dele o pacificador da sociedade<sup>4</sup>. No entanto, esse monopólio da violência nem sempre se realiza completamente e, por isso, faz-se necessário estabelecer as tensões desta instituição com o próprio Estado.

O objetivo deste capítulo é mostrar que a Abdicação é um momento significativo para compreender tais tensões, pois, como indicam as fontes, vários setores do exército uniram-se aos grupos liberais e opuseram-se à elite política que cercava d. Pedro I. O que motiva esta abordagem é que, no que se refere aos estudos sobre os militares e a Abdicação, o “7 de abril” continua sendo mencionado na historiografia como resultado da união *tropa e povo*, reiterando o discurso dos agentes políticos da época. Pouco, porém, foi feito para esclarecer os motivos que levaram os militares a apoiarem os liberais no Campo de Santana, episódio que resultou na Abdicação de d. Pedro I.

A explicação da abdicação como resultado da união povo e tropa surgida logo após o “7 de abril” foi criada pelos liberais vitoriosos. Eles também afirmaram que a Abdicação representava o início de nossa “existência nacional”, buscando com isso legitimar o novo regime. Tal legitimidade apoiava-se na afirmação de que se tratava de uma “revolução” justa,

---

<sup>3</sup> Para uma crítica sobre a visão que opõe civis e militares no Império ver Souza (1999a).

<sup>4</sup> Definição baseada na enunciação dos elementos que compõem o Estado Moderno para Roger Chartier, o exército é um deles (CHARTIER, 1990).

pois operada pelo povo e tropa que se rebelava contra o jugo do estrangeiro para defender o interesse nacional.

Não há dúvida sobre a significativa participação do exército na Abdicação, como já mencionado. Referido como tropa, ele aparece nas fontes sobre o sete de abril. Imprensa, memórias, cartas e livros de história escritos por participantes e observadores, foram as fontes utilizadas para identificar os motivos que levaram os militares a apoiarem a Abdicação. Quanto ao povo, tomou-se o cuidado em não transpor anacronicamente esse termo do vocabulário liberal da época, que possuía um sentido específico naquele contexto, para uma interpretação de povo como sinônimo de grande massa de segmentos populares ou mesmo empregando o termo como uma expressão genérica que por si só se bastasse. Como mostrado no capítulo anterior, os liberais exaltados em 1831 não correspondem à interpretação que lhes fora atribuída, ou seja, de homens mais comprometidos com mudanças estruturais e radicais da sociedade e, por isso, mais próximos aos segmentos populares.

Apesar do mérito de muitas das análises do povo no século XIX, dois problemas decorrem da dificuldade na identificação de quem deve ser incluído nesse extrato. O primeiro refere-se a ambigüidades na identificação de quem são os “populares”, incluindo-se freqüentemente nessa categoria indivíduos pertencentes às elites ou mesmo às camadas intermediárias de profissionais liberais<sup>5</sup>. O segundo diz respeito à análise do ideário desses indivíduos, feita muitas vezes de forma descolada de seus contextos sociais, o que acabou contribuindo para atribuir um radicalismo excessivo aos “populares” ou aos indivíduos que estavam mais próximo desse segmento. Dessa forma, diante da própria dificuldade em definir quem faz parte da categoria povo, não se tentará buscar todos os indícios de sua presença no Campo de Santana no “7 de abril”. Entretanto, não será deixado de mencionar, no decorrer

---

<sup>5</sup> Para uma crítica à indefinição do conceito “povo” ver Malerba (2006, p. 25-26).

deste capítulo, a participação de segmentos populares no “7 de abril”. Afirmar que a Abdicação tenha sido resultado de pressões populares é forçar demais este argumento. Isto significaria postular uma interpretação inversa da tradicional sobre a Abdicação, que vê este acontecimento, essencialmente, como resultado de disputas travadas entre frações das elites dominantes. As fontes utilizadas, entretanto, não permitiram aprofundar a discussão sobre o povo e a Abdicação; no entanto, através delas foi possível analisar como alianças entre indivíduos específicos – como o jornalista Borges da Fonseca – e instituições como o exército contribuem para identificar os homens que participaram da Abdicação e para o entendimento do significado da expressão povo e tropa.

O objetivo maior é trazer uma parcela de contribuição para a compreensão das relações entre a sociedade e o Estado no Brasil no século XIX, enfatizando o papel da nova “cultura política”<sup>6</sup> liberal, que se difundiu em 1831, em grande parte, por meio dos jornais analisados no capítulo anterior e influenciou significativamente os homens que tiveram destaque na Abdicação de d. Pedro I. Procurar-se-á fornecer evidências de que, embora essas idéias tenham sido uma importante arma na luta política que levou à Abdicação, suas justificativas, como o antilusitanismo, não devem ser tomadas literalmente, mas compreendidas pela capacidade de aglutinar forças heterogêneas em torno de uma causa comum.

### **3.1. A organização do exército em 1831**

A Constituição de 1824 definiu, em geral, a estrutura militar oficial. Manteve os moldes coloniais que estabeleceram suas três linhas básicas: a primeira era formada pela tropa

---

<sup>6</sup> Cultura política é entendida por Berstein (1998) em sua acepção global, ligada à cultura global de uma sociedade e, nesse sentido, há diversas culturas políticas. A cultura política é um dos elementos da cultura de uma sociedade que possibilita a compreensão das motivações dos atos humanos.

regular e paga, enquanto a segunda e a terceira eram constituídas de milícias e ordenanças auxiliares e gratuitas, definindo-se, desse modo, as três categorias militares – exército, milícias e guardas policiais. O exército era destinado à defesa das fronteiras. Cabia às milícias a manutenção da ordem nas comarcas, cujos oficiais eram eletivos e temporários, exceto majores e ajudantes. As guardas policiais dedicavam-se à segurança dos indivíduos, através da perseguição e da prisão dos criminosos. Em casos de rebeliões ou invasão estrangeira, o governo poderia desviar as tropas de suas funções, uma vez que fosse aprovado pela Assembléia Geral. Um decreto de 1.º de dezembro de 1824 repartiu a tropa em primeira e segunda linhas. A primeira unidade das tropas mercenárias foi criada em 8 de janeiro de 1823; posteriormente, outras foram criadas à medida que chegavam europeus enviados por agenciadores que lhes prometiam muitas *benesses* (SODRÉ, 1965, p. 87-94).

A organização militar do Primeiro Reinado conjugava estruturas do passado colonial com novas instituições políticas orientadas pelas idéias liberais. Permaneceu a estrutura colonial do cadetismo, que foi criado por d. José em 1757. O título de cadete tinha por objetivo atrair nobres para o serviço militar que, em troca, desfrutavam de privilégios. Após a emancipação, houve um relaxamento nos critérios de admissão dos cadetes. Novos títulos foram criados, como o de segundo cadete, destinado aos filhos dos oficiais de primeira e segunda linhas, aos filhos dos sargentos-mores de ordenanças e aos membros de ordens honoríficas. Outra categoria estabelecida foi a de soldados particulares, destinada aos filhos de comerciantes e pessoas de cabedais (HERMSDORFF, 2004, p. 9). Depois da Independência, com as baixas remunerações e a lentidão nas promoções, as grandes famílias preferiam encaminhar seus filhos para as funções mais lucrativas no comércio e para as carreiras políticas e jurídicas (SCHUIZ, 1971). Nesse momento, há uma espécie de “militarização revolucionária”, ou seja, é quebrada a aliança entre proprietários rurais e oficiais militares

existente no período colonial com a entrada no exército de homens que não pertenciam à classe dos proprietários rurais e que eram simpáticos às novas idéias liberais (KRAAY, 2001). Apesar de a historiografia enfatizar a brutalidade com que ocorria o recrutamento forçado, isto não significa que havia um repúdio generalizado ao exército. De acordo com o historiador Hendrik Kraay (KRAAY, 2004), o exército tornou-se um lugar que possibilitava a obtenção de melhores condições de vida por parte dos homens pobres. Segundo este autor, cerca de 90% dos soldados em Salvador não desertaram e as fontes mostraram o movimento destes por melhores salários, tarefas e lugares. Basta lembrar que d. Pedro I, para conseguir a adesão dos militares, utilizou um sistema de promoções para o ingresso na Guarda de Honra. Esta se constituía em um corpo regular de cavalaria criado em dezembro de 1822 e extinto em 1832, reunindo militares das províncias de São Paulo e Minas Gerais que, por sua bravura, prestaram socorro ao Rio de Janeiro quando em 1822 a divisão portuguesa se rebelou (HERMSDORFF, 2004, p. 61).

Também, a estrutura militar que sobreviveu à Independência era caracterizada pela discriminação dos elementos nativos. Os oficiais brasileiros e os elementos subalternos eram vistos como potenciais conspiradores, em contraposição aos lusitanos, que ocupavam os melhores postos de comando. Na rebelião de 1817 houve violentos conflitos entre oficiais brasileiros e oficiais portugueses. Data desta época uma representação do tenente-general Vicente Antônio de Oliveira a d. João VI para não conceder aos oficiais brasileiros do exército postos acima de capitão, ordenando a destituição dos que ocupavam postos acima deste. Mesmo após o regresso da corte bragantina, inúmeros oficiais portugueses que aceitaram a Independência permaneceram no Brasil. De um total de 217 generais e brigadeiros em serviço após a Independência, metade havia nascido em Portugal. Michael Macbeth (1978) considera

as rivalidades entre oficiais portugueses e brasileiros o motivo mais importante de conflitos dentro do exército em 1831.

No Primeiro Reinado, os militares estrangeiros estiveram envolvidos em inúmeros conflitos protagonizados pelo exército. A crescente presença de estrangeiros no exército do Rio de Janeiro coincide com as medidas que facilitaram a entrada de imigrantes no Brasil a partir de 1808. Até esta data, a presença de estrangeiros no Brasil não se deu através de correntes imigratórias, mas por meio de situações isoladas e casos individuais<sup>7</sup>. A abertura dos portos em 28 de janeiro de 1808 flexibilizou as restrições pesadas impostas à entrada dos estrangeiros, e o decreto de 25 de novembro de 1808 deu permissão para o estrangeiro possuir terras, anteriormente só concedida ao português ou ao luso-brasileiro (DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 29-30). Em 1827 chegaram ao Rio de Janeiro os irlandeses destinados ao serviço militar. Em 1828 foram mais de dois mil alemães encaminhados para o exército para lutar no sul do País. A revolta das tropas alemãs no Rio de Janeiro em 1828 revelou muitos conflitos internos existentes no exército. Esta revolta iniciou-se no dia 9 de junho de 1828 quando um soldado alemão não aceitou o castigo de 100 chibatadas como punição por não ter cumprimentado um oficial brasileiro. Indignadas, as tropas alemãs se revoltaram, exigindo melhores condições de trabalho, equiparadas às dos irlandeses. O clima de tensão havia se espalhado pela cidade e, então, vários senhores mobilizaram seus escravos e armamentos para dominar o motim militar. Também consta que muitos negros entraram por conta própria no conflito contra os irlandeses. Entre os dias 9 e 12 de junho, as tropas alemãs se atracaram com as tropas brasileiras e irlandesas, num clima tenso de disputas por melhores condições de trabalho e rivalidades étnicas<sup>8</sup>. Com a intervenção das tropas brasileiras e com o auxílio dos almirantes inglês e francês, que estavam ancorados na baía do Rio de Janeiro e que enviaram

---

<sup>7</sup> Ver “Antecedentes e começos da imigração no Brasil” (DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 15-28).

<sup>8</sup> Sobre este conflito ver Handelman (1982, p. 283-286) e Souza (1999b, p. 330-334).

na noite do dia 11 mil marinheiros, os revoltosos depuseram as armas. Somando-se os alistados com os que se encontravam no depósito, cerca de 1.400 irlandeses foram repatriados (HANDELMANN, 1982, p. 285-286).

O fato de o exército recrutar pessoas de diversas nacionalidades e com direitos diferenciados para o mesmo serviço, somado à desilusão desses militares com as promessas dos agenciadores, causava descontentamentos e desordens nesta corporação. O militar alemão Carl Seidler (SEIDLER, 1980) deixou um relato interessante a respeito das tensões existentes no exército envolvendo os estrangeiros em fins do Primeiro Reinado. Este autor relata os ressentimentos dos militares alemães com o governo de d. Pedro I, o qual o inclui, pois ele perdeu sua patente de oficial com a dissolução das tropas estrangeiras em novembro de 1830. Transparece em seus relatos a mágoa do imigrante desiludido diante das promessas que na Europa eram feitas aos que se arriscavam a vir para o Brasil. A imprensa alemã divulgava vantagens que seriam oferecidas pelo governo brasileiro, como: passagens gratuitas; concessão de terras (400 braças de terras em quadro ou 160.000 de superfície), subsídio em dinheiro (1 franco ou 160 réis por dia a cada colono no primeiro ano e metade dessa quantia no segundo ano); além de cavalos, bois e ovelhas às famílias. Também, prometia-se liberdade de culto e isenções de impostos durante dez anos, o que freqüentemente não era cumprido<sup>9</sup>.

A partir de 1830 a Câmara dos Deputados passou a exigir o licenciamento dos mercenários estrangeiros e a dissolução dos batalhões estrangeiros como medidas para economia e aprovação do orçamento, o que agravou o clima de tensão. Handelmann (1982) apresenta informações interessantes a respeito da sessão de 17 de novembro no Paço do

---

<sup>9</sup> Seidler acusa o agente alemão Schäfer de divulgar propagandas levianas. Schäfer tornou-se tão impopular que, ao voltar ao Rio de Janeiro após a revolta das tropas estrangeiras, precisou esconder-se para não ser atacado por seus compatriotas. Sobressai no pensamento de Seidler, o sentimento de superioridade do homem branco que acreditava que os alemães contribuem para o aprimoramento da raça. Considerava natural que os estrangeiros fossem favorecidos, pois os brasileiros eram *ignorantes demais* e “deviam ser considerados como máquina que só pode ser impulsionada por força do exterior (Idem, p. 283).

Senado quando foram discutidas essas questões. Nesta sessão, o *povo* formou uma multidão em torno das salas, e, sob aplausos, foram defendidos os deputados da oposição, enquanto os mais eminentes senadores foram insultados. A atitude de d. Pedro I foi de aceitação e, apesar de haver motivos para aplicação do veto, não ousou fazer uso dessa prerrogativa por estar atemorizado com a atitude da população. Finalmente, o Imperador, em decreto de 24 de novembro de 1830, ordenou a dissolução dos batalhões estrangeiros. Handelman aponta um contraste nesta atitude atual de concessão de um Imperador que durante anos governou como autocrata, com constituição outorgada e sem Parlamento, além de ter tratado com desdém as primeiras assembléias; por isso, esta mudança repentina não poderia ser natural. Por outro lado, a câmara teria interpretado as concessões do Imperador como *simulacros* que encobriam planos de inutilizar a constituição (HANDELMANN, 1982, p. 301-302).

Na opinião de Seidler (1980), o Imperador calculou que, dispensando-se as tropas estrangeiras, o povo veria este ato como prova de confiança e desmentiria o boato da dissolução da assembléia de deputados e da instituição de um governo despótico. Os oficiais estrangeiros estavam dispostos a pegar em armas para resistir à dissolução das tropas, mas, segundo Seidler, tal propósito não se concretizou por causa dos oficiais portugueses *covardes e traidores*<sup>10</sup>. Considera a dissolução das tropas estrangeiras um grave erro, pois naquele momento havia necessidade de um forte poder militar. Conclui que os deputados, ao decretarem a dissolução das tropas, defendiam interesses pessoais e visavam a queda do Imperador. Posição semelhante assume Handelman (1982) ao considerar que, com a dissolução dos batalhões estrangeiros, d. Pedro I havia se privado da mais segura de suas armas, o que tornava impossível um golpe de Estado de sua parte. No entanto, parecem ter persistido as suspeitas e boatos quanto à desconfiança de golpes por parte do governo de d.

---

<sup>10</sup> Idem, p. 283-288.

Pedro I, favorecidas por circunstâncias casuais como a chegada de 10.000 armamentos da Europa em outubro de 1830 e pelo assassinato em São Paulo, em novembro deste mesmo ano, de Libero Badaró, médico italiano e redator de um jornal de oposição. Como os assassinos foram soldados alemães licenciados, a culpa foi lançada sobre o governo (HANDELMANN, 1982, p. 302-303).

Além dessas fontes de tensão, o exército enfrentou momentos de crise ao longo do Primeiro Reinado. A derrota brasileira na Guerra da Cisplatina em fevereiro de 1827 foi desmoralizante e causadora de graves problemas morais. Esta guerra tornou-se bastante impopular entre os liberais que ocupavam o Parlamento e a imprensa, contribuindo para desgastar a imagem do Imperador (McBETH, 1978). Dessa forma, pode-se afirmar que, ao longo do Primeiro Reinado, o exército acumulou uma série de conflitos internos e externos. Muitos desses conflitos revelam as insatisfações e decepções dos militares com a capacidade de mobilidade social que o exército poderia lhes proporcionar, o que certamente contribuiu para a perda da popularidade do governo de d. Pedro I nessa corporação. Mesmo que os conflitos e insatisfações presentes no exército ao longo do Primeiro Reinado sejam fundamentais para entender o significado da adesão de diversos setores do exército à causa da Abdicação em 1831, não são suficientes para entender como foi possível a junção dos militares com os liberais em 1831. A junção e a mobilização desses grupos no “7 de abril” podem ser entendidas a partir da compreensão da dinâmica do “espaço público”<sup>11</sup> existente na cidade do Rio de Janeiro em 1831, o qual incluiu o exército como um participante importante, mas não o único e possivelmente nem mais importante do que os demais.

---

<sup>11</sup> Para Habermas (1984), a esfera pública é constituída de um público estabelecido como grupo de interlocutores; embora ele não se coloque como grande público, aparece como seu porta-voz na nova configuração da sociedade burguesa.

### 3.2. A aliança entre militares e civis em 1831: a atuação de Borges da Fonseca

Borges da Fonseca nasceu na Paraíba em 7 de abril de 1808 e é considerado descendente de importante família de administradores coloniais. Aos 18 anos foi para Recife estudar no Liceu Pernambucano e conviveu com nomes do jornalismo de destaque da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador de 1824. Em Olinda estudou no Seminário Episcopal, voltando, em 1828, à Paraíba, onde fundou o jornal *Gazeta Paraibana*.

Após a Abdicação, Borges da Fonseca ocupou vários cargos públicos e foi redator de diversos periódicos ao longo de sua vida, possuindo um perfil ideológico complexo e nem sempre coerente à primeira vista. No entanto, não é objetivo deste trabalho um estudo detalhado das idéias desse polêmico jornalista, mas, sim, a sua ligação com os militares no período da Abdicação. Esta aproximação foi possibilitada pela existência de um espaço público, ou seja, pela reunião de pessoas privadas em público, como colocou Habermas (1984).

Borges da Fonseca teve papel de destaque nos conflitos que levaram à Abdicação, tendo sido bastante citado nos documentos da época. Ele não se restringiu a escrever artigos em jornais, mas chefiava grupos nas ruas e buscava adesões nos quartéis. Ao que tudo indica, teve bastante contato com as camadas médias e populares da sociedade carioca. A trajetória de Borges pode informar aspectos importantes sobre a atuação política do exército em 1831, uma vez que as lideranças desse tipo são capazes de intermediar as relações entre a *haute politique* partidária e os interesses mais imediatos do homem comum (CARVALHO, 2003)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Segundo Carvalho (2003), quando se analisa as trajetórias de lideranças de movimentos políticos e sociais, nem sempre o que se observa é uma coerência, pois o próprio Borges da Fonseca elogiava o barão da Boa Vista, figura que estava à frente do partido conservador.

Em suas memórias, Fonseca (1867) apresenta uma descrição da Noite das Garrafadas e dos eventos dos dias 6 e 7 de abril de 1831. Apesar de uma autovalorização quando descreve a sua participação nesses conflitos, não se pode negar sua intensa atuação. No dia 13 de março de 1831, a Rua da Quitanda, domínio dos portugueses, encontrava-se iluminada, e também havia fogueiras por todas as ruas de domínio dos portugueses. Segundo Borges da Fonseca, a pedido dos fluminenses, ele colocou-se à frente de um grupo de cidadãos, liderando-os pelas ruas iluminadas pelos portugueses. Na Rua da Quitanda seu grupo foi atingido por garrafas e outros projéteis lançados das janelas. Joaquim Feliciano Gomes, companheiro de Borges da Fonseca, levou um tiro de pistola. A confusão era geral, e os portugueses bradavam *morra o Republico, a fogueira com o Republico* (este era o cognome de Borges da Fonseca, como mostrado no capítulo anterior). Após tais tumultos, o grupo de Borges da Fonseca foi passar a noite na Praça da Constituição. Segundo Borges da Fonseca, o diretório estava dividido, uma parte queria o assassinato de d. Pedro I e a outra, na qual ele estava, repelia essa idéia. Consta que os regicidas planejavam matar o Imperador no *Te Deum* de 25 de março, na Igreja de São Francisco de Paula. Ao ser comunicado por um dos regicidas deste plano – o alferes de Pernambuco, Borges tira-lhe o punhal da mão e vai receber o Imperador nessa Igreja. Quando termina o ato, reconduz novamente o Imperador no intuito de evitar o assassinato. Nessa mesma noite, numa grande reunião dos revolucionários na Rua da Ajuda, os regicidas foram de fita verde no pescoço e portando punhais, tendo o mesmo grupo agredido Borges da Fonseca e o acusado de ter se vendido à causa do Império. A ligação de Borges da Fonseca com o exército foi intensa. Ele participava de reuniões acontecidas no Largo do Moura, onde se encontrava aquartelada a brigada de artilharia, formada em sua maioria por soldados pernambucanos, à qual Borges se refere como *inteiramente nossa*. O Largo do Moura e a reunião dos revolucionários da Rua da Ajuda aparecem como lugares de encontro de militares

dissidentes de d. Pedro I, um local de discussão e debate sobre assuntos políticos existentes antes da Abdicação.

Nos dias que antecederam a Abdicação, a rotina de Borges da Fonseca consistia em combater os *desmandos portugueses*, ou seja, procurava apoio para a sua causa nos quartéis. No dia 5 de abril de 1831, d. Pedro I demite o Ministério. Em protesto a este ato do Imperador, no dia 6, Borges foi para o Largo do Moura com Odorico Mendes, com o povo e a tropa e, depois, foram acampar em frente ao paço da Câmara Municipal, localizado no Campo de Santana, para pedirem a restituição do Ministério demitido. Às 6 horas, o major Miguel de Frias chegou ao Campo com uma Proclamação do Imperador, tendo o povo não consentido a leitura e bradado: “morra o Imperador, viva o Republico” (FONSECA, 1867, p. 11). Por ordem de Borges da Fonseca, diversos corpos foram para o Campo de Santana, incluindo o batalhão do Imperador comandado por Manoel da Fonseca Lima e Silva, do qual Luiz Alves da Lima era major. À meia-noite, o major Frias chegou com a notícia da Abdicação do Imperador. Às 11 horas do dia 7, a conferência dos revolucionários, reunida no quartel general, aceitou a Abdicação. Logo após a Abdicação houve um conflito na Praça da Constituição com a presença dos homens da *governança*. Neste local, Borges foi considerado vendido aos interesses portugueses, e partiam vozes de *morra o Republico*. Borges dissolve esta reunião, fala e é ouvido e por fim é bradado com o grito de *viva o Republico*.

Além de Borges da Fonseca, outro liberal possuiu importante contato com os militares. Trata-se de Odorico Mendes, considerado um jovem “de caráter entusiasmado, de princípios honrados, e sinceramente ligado à causa da liberdade constitucional”, que facilmente conseguiu a adesão dos oficiais do exército (ARMITAGE, 1943, p. 304). Maranhense, Odorico nasceu em São Luiz, em 24 de janeiro de 1799, e também foi filho de militar. Estudou medicina em Coimbra, porém não completou seus estudos por falta de recursos. De

volta a São Luiz em 1824 e pela influência do político Bráulio Muniz, seu parente e amigo, envolveu-se na política e foi eleito para a primeira Assembléia Geral reunida em 1826. Então, foi para a Corte e entrou para o jornalismo, contribuindo na redação do jornal de tendência liberal *Astréia*. Assim como Armitage, foi considerado por Octavio Tarquínio de Sousa<sup>13</sup> um homem sem ambição, homem de letras que, ao mesmo tempo em que se dedicava à causa liberal nos quartéis em 1831, ocupava-se na tradução de *Méropé* de Voltaire. Deixou a política e durante 13 anos de sua vida foi inspetor da Tesouraria da província do Rio de Janeiro. Aposentado em 1847, foi viver na Europa, onde complementava seus rendimentos com traduções de obras literárias. Certamente esta análise de Odorico Mendes necessita ser repensada dentro de uma abordagem que o coloque em seu campo.

Neste trabalho, será analisada apenas a atuação de Borges da Fonseca na Abdicação. Além de ter tido grande penetração nos quartéis, ele foi o líder liberal exaltado mais conhecido por ocupar a redação do polêmico periódico *Republico*, o mais citado nos documentos da época e o que tanto incomodou os políticos contrários a suas idéias.

O que as fontes indicam é que Borges da Fonseca é uma espécie de “novo revolucionário”. Este tipo de líder possuiu um elo com os setores médios e com os segmentos populares da sociedade. Pode-se afirmar que o espaço público em 1831 é constituído por novos representantes, indivíduos que analisam e criticam a sociedade e, apesar de não serem diretamente responsáveis pelas revoltas, ganham destaque no decorrer delas<sup>14</sup>. Pode-se dizer que o momento que antecede o “7 de abril” é marcado por uma multiplicidade de associações, de grupos e de interesses. Desse relato do próprio Borges, é significativo observar como, nessas reuniões, as propostas extrapolavam seus objetivos e adquiriam uma radicalidade

---

<sup>13</sup> Ver “Odorico Mendes” em Sousa (1957g, p. 191-194).

<sup>14</sup> Guardadas as respectivas diferenças, esta espécie de revolucionário assemelha-se aos “revolucionários profissionais” europeus dos séculos XIX e XX. Sobre este assunto ver Arendt (2001, p. 319-321).

mesmo aos olhos do *exaltado* Borges. Um bom exemplo disso é o episódio dos regicidas de d. Pedro I e também quando Borges é acusado de ter-se vendido à causa dos portugueses. Pode-se afirmar, ainda, que este momento é caracterizado pela predominância de uma opinião pública, momento de discussão, de debate e da participação de grupos e indivíduos nos assuntos públicos na cidade do Rio de Janeiro.

Borges apresenta como missão do *Republico* desmascarar os inimigos das liberdades nacionais, sendo, em seu vocabulário, recorrente o emprego de palavras como *nação brasileira, brasileiros e pátria*. Como mostrado no capítulo anterior, o *Republico* simplificou e polarizou as diversas disputas por projetos de organização de Estado em dois grupos opostos – os “portugueses”, favoráveis ao despotismo do gabinete secreto de d. Pedro I; e os liberais, defensores da liberdade e representantes dos interesses nacionais. Após a Noite das Garrafadas, o *Republico* incorporou fortemente o antilusitanismo e, a partir daí, a crítica não é somente aos maus ministros e ao Gabinete Secreto, pois toda uma nação passava a ser ultrajada pelos desmandos dos portugueses.

Como abordado no capítulo anterior, Borges da Fonseca, principal porta-voz dos liberais exaltados, leva a repensar a visão romantizada a respeito desses “exaltados”, tidos como preconizadores de mudanças radicais nas instituições pela via revolucionária, e moços inocentes inspirados nas idéias francesas de 1789<sup>15</sup>. Sabe-se que os exaltados não ocuparam posições importantes na administração da política e os homens com cargos notáveis no período regencial filiavam-se ao partido moderado (SOUSA, 1957e, p. 130-133). Consta que o próprio Borges da Fonseca candidatou-se várias vezes a deputado, porém nunca foi eleito. Dessa forma, os liberais exaltados, por não conseguirem uma posição de destaque na

---

<sup>15</sup> Marcelo Basile denomina os exaltados de “vanguarda jacobina”, considerados pelo autor como portadores de um “projeto político radicalmente transformador, mais voltado para as camadas populares, para a redução das desigualdades sociais e para a ampliação do estatuto da cidadania” (BASILE, 2000).

administração política do Estado, podem expressar essa frustração em seus discursos “radicais”, o que justifica o princípio de que a análise das idéias desses escritores não deve ser desprendida de seus contextos de produção<sup>16</sup>.

Após todas essas considerações sobre Borges da Fonseca, além de detectar sua ligação com o exército, cabe ainda perguntar de que forma ele conseguiu a adesão dos militares. Sabe-se que Borges esteve empenhado diretamente na aliciação dos militares nos quartéis e que foi intensa a ligação dele com o exército. Ele participava das reuniões acontecidas no Largo do Moura, nas quais se encontrava aquartelada a brigada de artilharia, formada em sua maioria por soldados pernambucanos. A ligação de Borges com o exército se dava tanto com a oficialidade quanto com os praças, tendo chegado mesmo a participar dos eventos comemorativos de vários corpos do exército<sup>17</sup>. Apesar de todas essas considerações, ainda pouco se sabe a respeito da ligação entre militares e sociedade civil em 1831. A investigação dos interesses comuns entre setores do exército e um representante dos liberais exaltados, como Borges da Fonseca, contribui para entender a participação dos militares na Abdicação. É no próprio periódico do qual Borges era redator que se pode tentar compreender melhor como se deu a ligação do exército com a sociedade civil em 1831.

Em 1831, o jornal *Republico* colocou-se como porta-voz dos conflitos internos ocorridos no exército; mais especificamente, divulgou e denunciou casos de abuso de autoridade nessa corporação. Sobre tais conflitos, cabe uma breve explanação de alguns casos que permitem entender como a denúncia de incidentes internos do exército uniu-se à causa dos liberais. Consta que o sargento Pedro Paes Soares foi preso por ser surpreendido lendo um

---

<sup>16</sup> Segundo Chartier (1990, p. 25), a multiplicação de cargos e ofícios com a formação do Estado Moderno produziu em muitos indivíduos a esperança de uma carreira na justiça ou na administração, porém, criou muitos diplomados frustrados com a saturação do mercado de posições do Estado. Esses, por sua vez, dirigem seus ressentimentos contra a sociedade ou contra o Estado.

<sup>17</sup> *Republico*, 30 de março de 1831, p. 236.

periódico liberal, mas usou-se como pretexto para sua prisão o fato de ele se encontrar fora da guarda. Pela mesma causa também foi preso o sargento José Maria da Silva, além de ter tido suas divisas cortadas por um mês. O *Republico* denunciou que os oficiais inferiores não podiam estabelecer comunicação uns com os outros e que também eram insultados, ameaçados e aconselhados a não lerem os periódicos liberais, sob o motivo de que estes pregam contra o Imperador<sup>18</sup>. Numa sessão com o título *Continuam as Arbitrariedades do Sr. Pardal*, denunciou-se o fato de o militar Sr. Pardal, além de conservar o sargento Pedro Paes preso sem crime, enviou-o destacado para a Fortaleza de Santa Cruz, ferindo o direito de baixa desse sargento, uma vez que ele havia cumprido o seu período de praça voluntário<sup>19</sup>. Em outro caso envolvendo os militares, o jornal divulgou as acusações feitas contra o major Prates, do Batalhão de Granadeiros. Segundo o jornal, não se sabe a veracidade dessas acusações, e a finalidade da divulgação era para que o major tivesse a chance de se defender. O major era acusado de usar camaradas para serviços pessoais, como pintores e carpinteiros, que eram dispensados do trabalho para prestarem serviços na sua casa. Além disso, era acusado de não consentir a folga desses camaradas<sup>20</sup>. Em uma sessão intitulada *Arbitrariedades*, constam vários casos de militares maltratados e castigados pelos seus superiores, como o brigadeiro graduado João Batista Alves Porto, que maltratava a tropa da guarnição aplicando chibatadas, além de tratar com grosseria os oficiais. Outro caso refere-se ao Brigadeiro comandante da Fortaleza de Santa Cruz, que aplicou castigo injusto a dois soldados do corpo de artilharia. Os soldados Manoel da Costa e Filipe S. Tiago foram castigados por uma pequena desavença que tiveram com um camarada, tendo o primeiro levado 30 chibatadas e o segundo, 25. O *Republico* conclama os soldados a não mais sofrerem

---

<sup>18</sup> *O Republico*, 5 de março de 1831, p. 201.

<sup>19</sup> *O Republico*, 12 de março de 1831.

<sup>20</sup> *O Republico*, 5 de março de 1831, p.202.

castigos arbitrários, sem haver precedido a um conselho de investigação<sup>21</sup>. Para a defesa desses militares, o jornal recorria ao ideário do liberalismo, condenando as arbitrariedades que resultavam do não-cumprimento das leis.

Pela leitura do *Republico* é possível afirmar que se estabeleceu uma identidade política do exército com os setores liberais da sociedade civil. Tal identidade dava-se à medida que os liberais se manifestavam dispostos a acabar com a opressão na qual a sociedade estava mergulhada, resultado, segundo os mesmos, das práticas arbitrárias dos homens que cercavam d. Pedro I, considerados *absolutistas* e acusados de tramarem a *recolonização* do Brasil. Nesse sentido, os conflitos no exército entre subalternos e superiores e a disputa dos oficiais brasileiros para ocuparem postos de comando também se encaixavam como decorrentes das práticas arbitrárias que estariam disseminadas pela sociedade e que somente desapareceriam com a propagação das luzes e com o afastamento dos *absolutistas*. Aqui estaria uma explicação para a perplexidade que o jornal *Aurora Fluminense* em 1831 demonstra referindo-se ao fato de brasileiros com opiniões opostas, como os federalistas, unitários, reformadores ou conservadores, juntarem-se “como por milagre” em defesa da ofensa feita à nacionalidade no “7 de abril”<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> *Republico*, 9 de março de 1831, p. 208.

<sup>22</sup> *Aurora Fluminense*, 15 de abril de 1831.

### 3.3. Da Noite das Garrafadas à Abdicação

Após a Noite das Garrafadas e antes da Abdicação, alguns eventos revelam a ansiedade e o medo de as disputas políticas causarem um abalo da ordem pública. Apesar disso, o “7 de abril” ocorreu sem derramamento de sangue. Os parágrafos que se seguem mostrarão como isso ocorreu.

Aproximando-se do dia 25 de março, data do aniversário do juramento da Constituição, temia-se o ajuntamento do povo e desordens numa comemoração no Campo de Aclamação. Nesse momento, o Ministro da Justiça Manoel de Souza França<sup>23</sup>, considera que os *naturais* estavam tomados por um sentimento de vingança por serem ultrajados por *hóspedes* que intentavam acabar com as liberdades do Brasil e, por isso, preparavam-se para agir contra as agressões que temiam. Como se pode constatar, o antilusitanismo como uma questão política nacional parecia cada vez mais apropriado pelos setores das elites após a Noite das Garrafadas, o que revela a importância do espaço público na disseminação dessa interpretação.

Com medo de desordens no dia 25 de março, este ministro incumbiu os juízes de paz das freguesias de realizar rondas em seus respectivos bairros com a ajuda da Cavalaria e da Infantaria, concentrando nos pontos que convergiam para o Campo nos quais as pessoas poderiam se reunir. Proibiu todos os indivíduos de portarem armas e fogos festivos dentro das ruas e praças da cidade (com exceção do Campo); vetou a perambulação de marinheiros em terra depois do pôr-do-sol e colocou patrulhas vigilantes no litoral. Com essas medidas, tudo correu em paz, e nessa noite até o Imperador recebeu demonstrações de respeito no templo de São Francisco de Paula, na Ação de Graças. Para o Ministro da Justiça, o Imperador

---

<sup>23</sup> Relatório do Ministro da Justiça Manoel de Souza França do ano de 1830 apresentado à Assembléia Nacional Legislativa em 1831.

continuava em seus caprichos antinacionais, o povo já não depositava confiança no governo e, por noites sucessivas, tumultuava a Praça conhecida como Largo do Moura, na qual populares e militares faziam discursos. Consta que no dia 31 de março mais de 600 cidadãos armados foram para o Largo do Moura em defesa de um suposto ataque do batalhão 1.º caçadores e dos marujos portugueses. No mesmo local, os mais exaltados incitavam as tropas contra o governo, enquanto outros eram aplaudidos por seus discursos incendiários.

Nesse momento, mais de 20 deputados do partido liberal e o senador Vergueiro que se encontravam na Corte fizeram uma reunião na casa do padre José Custódio Dias que era deputado pela província de Minas Gerais. Foi proposta nesta conferência que o Partido Liberal, junto com os oficiais da artilharia, pegasse em armas para decretarem a “revolução”. Sendo esta proposta rejeitada, decidiram enviar ao governo uma representação pedindo providências a respeito da Noite das Garrafadas. Redigida por Evaristo da Veiga e publicada na imprensa com a assinatura de vinte e três deputados, o documento pedia a punição dos “estrangeiros” que insultaram seus compatriotas nesse conflito. Consta que este documento produziu um *efeito elétrico* nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, nas quais os liberais compraram armas e fizeram preparativos para uma possível agressão ou defesa (ARMITAGE, 1943, p. 303).

Como resposta a essa petição, no dia 20, d. Pedro I demitiu o Ministro da Justiça e o Ministro da Guerra, ambos portugueses de nascimento, sendo mais dois membros do Gabinete substituídos por brasileiros natos. O Imperador manteve os ministros Carneiro de Campos e Holanda Cavalcanti. Apesar de brasileiros natos, segundo Armitage (1943, p. 303), os quatro indivíduos nomeados para o Gabinete não possuíam popularidade nem simpatia. O novo Gabinete mandou soltar os oficiais brasileiros que estavam presos e recolocou o general Lima e Silva no comando da região militar do Rio de Janeiro, pois este havia sido nomeado em

dezembro de 1830 para trabalhar em São Paulo (CARVALHO, 1945, p. 593-611). Mesmo com a mudança do Ministério, líderes liberais como o próprio Borges da Fonseca e Evaristo da Veiga, redator do jornal *Aurora Fluminense*, intensificaram a oposição ao governo. Borges e os *nativistas radicais* começaram a se organizar em companhias paramilitares, cada uma composta de 100 homens. Evaristo procurava reunir-se com seus companheiros liberais para discutirem a posição que assumiriam numa crise iminente (MACAULAY, 1993, p. 276-277).

Com o intuito de retomar sua confiança, o Imperador optou pela demissão do Ministério no dia 5 de abril, após uma breve reunião na noite anterior com algumas pessoas no Paço de São Cristóvão<sup>24</sup>. O Ministério constituído recentemente foi demitido pelo Imperador que nomeou para o Gabinete seis fidalgos da aristocracia que já haviam sido ministros e gozavam de impopularidade. Eram eles: o Marquês de Paranaguá, o Visconde de Alcântara, o Marquês de Baependi, o Conde de Lages, o Marquês de Inhambuque e o Marquês de Aracati. Junto com a notícia da nomeação do novo Ministério espalhou-se que haviam sido decretadas as prisões de Vergueiro, Evaristo e outros chefes do Partido Liberal (ARMITAGE, 1943, p. 306-307). Acreditava-se que a suspensão do Ministério traria a suspensão das garantias e a prisão de muitos deputados, sobretudo dos que haviam assinado a representação, pois “cabeça que estava destinada a ser enfiada em uma vara, e a ser passeada pelas ruas entre os insultos da furiosa orgia dos brutais portugueses”. E, com este fato, todos se convenceram de que não podiam esperar por *bons modos* de um príncipe obcecado<sup>25</sup>.

O desfecho das disputas políticas acontece no Campo da Aclamação nos dias 6 e 7 de abril de 1831, com a formação de uma multidão que pedia a restituição do Ministério demitido. No Campo da Aclamação, localizado ao lado do Paço da Câmara Municipal, o

---

<sup>24</sup> Relatório do Ministro da Justiça Manoel de Souza França do ano de 1830. Apresentado à Assembléia geral legislativa em 1831.

<sup>25</sup> *Cartas ao Povo. Extraordinário*, p. 2.

ajuntamento de pessoas era guiado por alguns homens, entre eles os deputados José Joaquim Vieira Souto, Manoel Odorico Mendes e José Custódio Dias. Consta que no Campo havia de três a quatro mil pessoas. Os juízes de paz foram até o Imperador pedir a reintegração do Ministério anterior. O Imperador não cedeu a esse pedido e enviou uma Proclamação na qual declarou que iria manter o Ministério por ele nomeado. Afirmou ser *Constitucional* e pediu aos brasileiros para confiar nele e no Ministério. Depois de ser lida no Campo, a Proclamação foi rasgada e o povo prorrompu em alaridos de “Morra o Traidor! Está descoberta a traição! As armas, Cidadãos!” (FARIA, 1831).

Após várias tentativas para convencer d. Pedro I a reintegrar o Ministério, o general Francisco de Lima e Silva<sup>26</sup> foi até o Imperador expor a ele que a maior parte da tropa estava contra suas medidas, o que foi em vão, pois o Imperador preferia acreditar que o ajuntamento era insignificante e que poderia ser desfeito com limitadas forças (FARIA, 1831, p. 30-58). Ao chegar à cidade, Lima e Silva ficou sabendo que o Primeiro e o Segundo Corpo de Artilharia de Posição se encontravam em armas e contavam com o reforço de paisanos e oficiais, tendo à frente o brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos. Também marchavam para o Campo da Aclamação o Primeiro Batalhão de Granadeiros. Nesse momento começa a adesão e locomoção de vários corpos do exército em direção ao Campo. Parte do batalhão do Imperador, composto de soldados, oficiais inferiores e oficiais da guarda que se encontravam estacionados no Paço de São Cristóvão, reuniu-se no quartel e marchou junto com outros companheiros para a cidade. Às 11 horas da noite, este batalhão chegou ao Campo juntamente com o brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva. Também se encontravam no Campo os Batalhões de Caçadores n.º 3 e n.º 26 e o Corpo de Artilharia da Marinha, o qual se dividiu em

---

<sup>26</sup> O exército no Rio de Janeiro em 1831 estava sob o comando do General Francisco de Lima e Silva. Segundo Neill Macaulay, Lima e Silva tinha muitas de suas tropas ao lado da *causa nativista radical* e, por isso, d. Pedro I não deveria ter confiado nele (MACAULAY, 1993, p. 279).

patrulhas pela cidade. Alguns paisanos armaram-se e uniram-se aos Batalhões de Caçadores e aos Corpos de Artilharia, enquanto outros paisanos formaram Corpos separados comandados por oficiais avulsos, e diziam “morrer antes, que ceder a vitória ao Gabinete Secreto, e aos vândalos, com quem parecia identificado o ex-Imperador” (FARIA, 1831, p. 64).

Lima e Silva, ciente de que não haveria meio-termo, mandou Miguel de Frias Vasconcellos a São Cristóvão expor ao Imperador o estado em que se encontravam o povo e a tropa. O major Frias chegou à meia-noite a São Cristóvão e encontrou d. Pedro I e sua esposa, o ministro inglês e o francês e os membros do Ministério cuja demissão era exigida. Frias falou ao Imperador que havia mais de três mil *cidadãos de consideração* no Campo e que a tropa e o povo exigiam a reintegração do Ministério. Os ministros que ali estavam pediam ao Imperador que nomeasse o Ministério que o povo pedia. A exposição de Cândido de Faria mostra a relutância do Imperador em acreditar que o ajuntamento no Campo de Aclamação representasse algum perigo. Ele somente se convenceu de que a situação era delicada quando recebeu a notícia por meio do Major Zeferino Pimentel Moreira do Primeiro Corpo de Artilharia, que mandou um criado dizer que toda a tropa estava no Campo, inclusive o Batalhão do Imperador. Diante da presença do major Frias, da Imperatriz e de dois ministros estrangeiros, d. Pedro I lavrou de seu próprio punho o Decreto da Abdicação (FARIA, 1831, p. 65-71).

Com algumas pequenas diferenças, em geral a reconstituição do ajuntamento no Campo de Santana na véspera da Abdicação possui uma lógica, cuja narração é seguida nas fontes que relataram este acontecimento. Na edição extraordinária de *Cartas ao Povo* lançada logo após a Abdicação, esta lógica já aparecia. Consta neste pasquim que, após a destituição do Ministério, o povo e a tropa começaram a se reunir. Dentre o povo destaca-se a participação de alguns líderes liberais, de deputados e dos juizes de paz. Já a tropa é composta

por diversos batalhões, inclusive o Batalhão do Imperador que estava postado em frente ao Palácio da Boa Vista adere ao movimento. A partir daí, relata-se que d. Pedro I perde o apoio do exército: “abandonado, sem um Soldado, que obedecesse as suas vontades caprichosas, o Imperador lavrou de seu próprio punho o Decreto de abdicação, que ele assinou, e mandou ao Povo, que o recebeu com entusiasmo”<sup>27</sup>.

A abordagem do Ministro da Justiça, Manoel de Souza França, em 1831 também segue a mesma lógica das outras fontes. Durante à tarde do dia 6, o povo começou a reunir-se no Campo da Honra e, à noite, o ajuntamento aumentou extraordinariamente. Compareceram os juízes de paz que foram enviados ao Imperador para suplicar pela reintegração do Ministério demitido. No Campo, os corpos militares, que ali estavam aquartelados e que eram da confiança do Imperador, reuniram-se aos concidadãos e se juntaram com outros corpos e, em poucos momentos, toda a tropa estava a favor da causa da “liberdade”. Com exceção de pequenas desordens que o governo, por mais ativo e vigilante, não pôde evitar, o povo e a tropa conservaram a disciplina com a vitória, ou seja, com a Abdicação de d. Pedro I. Segundo o Ministro da Justiça<sup>28</sup>, este é o quadro de nossa *Revolução*, dirigida para a justiça e que evitou os escândalos, as *horribilidades* e os crimes que têm manchado a história das nações do Velho e do Novo Mundo.

É verdade que parcela considerável do exército deixou de apoiar d. Pedro I, fato importante para consumir sua Abdicação. Mas a oposição do exército ao governo não pode ser entendida unicamente a partir dos problemas internos desta corporação, sem referência a aliança dos militares com os liberais que se manifesta no espaço público. Além disso, a trajetória de algumas lideranças militares e o estudo de alguns corpos do exército também têm

---

<sup>27</sup> *Cartas ao Povo* (edição extraordinária), p. 2. Não há data nesta edição, mas consta ter surgido logo após a Abdicação e publicada antes do segundo número deste pasquim, datado de 23 de abril de 1831.

<sup>28</sup> *Idem*.

muito a contribuir. Neste caso destacou-se a atuação do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, comandante das armas no Rio de Janeiro em 1831. Filho do marechal de campo José Joaquim de Lima e Silva, nasceu no Rio de Janeiro em 8 de junho de 1785. Foi cadete do regimento de Bragança do qual seu pai era comandante. Tendo sido promovido a todos os postos da carreira militar, tornou-se brigadeiro graduado em 1824. Ele era o mais velho dos três irmãos militares e em 1824 havia comandado o exército contra a Revolução Pernambucana. Em 1831 comandou as tropas que marcharam armadas para o Campo de Santana. No dia 7 de abril foi ele quem entregou o Ato de Abdicação de d. Pedro na Assembléia e neste mesmo dia foi eleito membro da regência provisória (ARMITAGE, 1943, p. 308-309).

O segundo da família Lima era José Joaquim de Lima e Silva. Em 1822 e 1823, ele atuou para a libertação da Bahia e em 1831 era ajudante-general do Imperador. Após a Abdicação, foi nomeado General das Armas. O mais novo era Manuel da Fonseca Lima e Silva. Este comandava o Batalhão do Imperador que ficava aquartelado na vizinhança da quinta imperial, batalhão esse que abandonou o seu posto para juntar-se ao povo no Campo. Todos os três militares da família Lima e Silva travaram alianças com os liberais, correndo boatos de que eles tinham ambições pessoais e que até pretendiam a coroa para a sua família (HANDELMANN, 1982, p. 310).

E o povo que não sabia dos acontecimentos? Consta que ao espalhar-se a notícia de que d. Pedro I deixara de ser o Chefe de Estado, o povo acorreu para o Campo a fim de abraçar os “bravos defensores da pátria”. Junto ao povo havia senhoras que tornavam “menos feio o medonho aspecto das armas” e jovens brasileiros dirigiam seus louvores a “nação regenerada” (BARRETO, 1831, p. 51-52). Não se tem, entretanto, como saber ao certo se esta imagem é verdadeira; isto é, se o povo que presenciou a Abdicação estava se regozijando ou

simplesmente pasmado diante do ajuntamento militar e da Abdicação do Imperador. A alusão ao povo seria apenas uma figura de retórica usada pelos liberais para consolidar a vitória da Abdicação como resultado de um pacto? No entanto, independentemente de ter havido ou não uma participação popular como querem fazer crer os liberais, não se pode deixar de considerar que na tropa havia segmentos populares alistados, como mulatos e negros.

Carl Seidler narra certa desordem e radicalização no Campo de Santana no 7 de abril, decorrente da participação de segmentos populares. Segundo Seidler, no dia 5 de abril, nas esquinas das ruas do Rio de Janeiro, discutia-se e gritava-se: “Fora estes filhos do reino! Fora a cachorrada!” Os amotinados portavam armas, como cacetes, facas e pistolas. Quando chegava a noite diminuía os ajuntamentos, para recomeçar novamente na manhã seguinte com novos grupos que gritavam em voz alta: “Abaixo o Ministério!” e vozes abafadas: “Abaixo o Imperador!” (SEIDLER, 1980, p. 293). Mais gritarias no decorrer do dia, alguns gritavam: “Pro inferno estes diabos!”; um corpulento mulato falou: “Que prazer seria dar uma facada nesta canalha portuguesa”. Avistava-se nos descontentes bengalas erguidas e facas debaixo das mangas dos casacos de chita. Após a Abdicação, segundo Seidler, o clima era de felicidade, os brasileiros sonhavam com um futuro feliz, ao mulato esfarrapado nobilitava dizer: “Eu sou brasileiro verdadeiro” (SEIDLER, 1980, p. 299).

No mesmo dia em que ocorreu a Abdicação, segundo Bösche (1918), bandos armados de indivíduos das “classes baixas” percorriam as ruas da cidade e davam vivas a si mesmos: “Vivam os valentes e heróicos Brasileiros, vivam os habitantes desta leal e heróica cidade do Rio de Janeiro!” Eles também arrombaram e saquearam lojas e vendas dos portugueses<sup>29</sup>.

Considerando-se que o ódio ao português tenha contribuído para unir grupos e interesses opostos, ainda assim apenas este suposto ódio atávico não explica por que os

---

<sup>29</sup> *Acontecimentos políticos. Abdicação de d. Pedro I* (BÖSCHE, 1918, p. 214).

segmentos populares saíam às ruas para protestar a despeito da repressão que o Estado constantemente empregava para castigar os desordeiros. Pode-se inferir que eles agiam pela percepção do enfraquecimento do Estado, como também porque possuíam apoio de parcela considerável da “boa sociedade”. Este parece ser o momento de protestar ou mesmo de se vingar da tirania de um Estado que se corporificava na figura do português.

### **3.4. O povo e a tropa após a Abdicação**

Após a Abdicação, d. Pedro embarcou a bordo da nau inglesa *Warspite* com a Imperatriz, sua filha a rainha de Portugal e o Marquês e Marquesa de Loulé e permaneceram no Brasil por seis dias. A bordo da corveta inglesa *La Volage*, no dia 13 de abril, às sete horas da manhã, d. Pedro I e a Imperatriz deixaram o Rio de Janeiro. Sua filha, o Marquês e a Marquesa embarcaram para a Europa no mesmo dia a bordo da corveta francesa *La Seine*.

Nos seis dias em que esteve estacionado no porto, d. Pedro ocupou-se em fazer uma lista de seus objetos e recebia procuradores para converter em dinheiro seus bens e propriedades; nomeou os tutores de seus filhos; escreveu cartas e organizou o embarque de sua filha para Portugal. Como diversão, o Imperador procurava entretecer-se com a oficialidade inglesa na arte dos torneios. Ao contrário deste, a Imperatriz estava abatida e melancólica (BARRETO, 1831, p. 52-53). Da nau *Warspite* d. Pedro escreveu uma carta dirigindo-se a todos seus *verdadeiros* amigos. Pede perdão se alguma ofensa tenha ficado e declara que parte para a Europa saudosos de todos os *verdadeiros* amigos e dos seus filhos e que precisou deixar “objetos tão caros” para sustentar sua honra<sup>30</sup>. Passados três anos da

---

<sup>30</sup> Carta de D. Pedro, duque de Bragança, despedindo-se de seus amigos do Brasil, em 12 de abril de 1831.

Abdicação, em carta dirigida a seus filhos relembrando o dia 7 de abril, d. Pedro afirma ter sido obrigado a se separar do Brasil para salvá-lo e para evitar a guerra civil<sup>31</sup>.

A imprensa da época não escreveu sobre a partida de d. Pedro I. Um ex-soldado da Guarda de Honra<sup>32</sup>, que em seu relato não esconde ter grande admiração pelo Imperador, afirmou que quando ele partiu para a Europa uma multidão comovida assistia a sua partida.

Assim escreve:

O cais do Largo do Paço estava apinhado de uma multidão de povo; não havia um só rosto onde não se visse a dor da saudade estampada visivelmente, nem um só olho que não estivesse umedecido de lágrimas arrancadas do coração. O Brasil tinha perdido o soberano, e os brasileiros um Pai, um amigo, e, finalmente, o cultor de sua liberdade<sup>33</sup>.

Novamente vem a dificuldade em saber se realmente havia uma multidão de pessoas tristes com a perda de seu Imperador ou se elas estavam estarecidas diante do acontecido. O que se pode afirmar é que os novos tempos prometiam uma época sem “despotismo”, sem os “ultrajes do estrangeiro” e de verdadeira “existência nacional”.

Feita a Abdicação, ordenou-se às tropas que se recolhessem aos quartéis. A Abdicação passa a ser louvada como uma *revolução sem sangue*, sendo o povo e nação brasileira elogiados por possuir caráter *dócil e pacífico*. O Ministro da Guerra oficiou a Lima e Silva para que agradecesse ao *povo e tropa* o patriotismo, a intrepidez e a coragem que prestaram na regeneração da pátria. José Joaquim de Lima e Silva declarou que os escravos do despotismo desapareceram e que era hora de baixar as armas. Conclamou os povos a conservarem a Constituição e a respeitarem as leis e as autoridades constituídas.

(...) é tempo de descansar as armas, que nos cobriram de glória, sem que fossem manchadas com o sangue dos nossos inimigos, transportados de alegria, corramos aos nossos lares, e nos braços das ternas esposas, dos caros filhos, por onde o riso da inocência, e da candura sejam as nossas

<sup>31</sup> Carta de D. Pedro, duque de Bragança, a seus filhos, relembrando o dia 7 de abril de 1831, em 7 de abril de 1834.

<sup>32</sup> A guarda de honra era um corpo que não recebia soldo e cujos membros eram recrutados nas melhores famílias para serviço pessoal na casa imperial.

<sup>33</sup> “Recordação histórica – 13 de abril de 1831 – Retirada de Sua Majestade o Senhor D. Pedro I”. Dedicado a D. Pedro II, datado de 13 de abril de 1865, é de autoria de José Gonçalves da Silva.

únicas expressões. (...) voltemos para nossos campos, e cada um se restitua aos seus antigos trabalhos, cuidemos agora em promover a lavoura, o comércio, a indústria e as artes<sup>34</sup>.

Borges da Fonseca lança um Manifesto<sup>35</sup> elogiando a *gloriosa revolução* do 7 de abril e pede aos concidadãos que confiem no governo, pois a ele cabia livrar o perigo caso o houvesse e acrescenta ser loucura que Vilela, Rio Pardo mais infame companhia possam tramar uma revolução. Justifica que sua repentina moderação é determinada pela prudência, mas que continuava vigilante. Pede por moderação e diz: “Se a Pátria necessitar que pelejeis por ela, eu serei o primeiro a avisar-vos, como o fui para vos armar contra o *ingrato Pedro*”. Borges pede aos soldados que respeitem seus superiores e que não apóiem os que contra eles se insubordinam nem aqueles que cometem atos contra a segurança individual. Pede aos soldados para não levarem as armas quando saírem para a cidade, que as deixem no quartel. Avisa os concidadãos para não acreditarem em tudo o que se diz, pois é antigo o rifeio *em tempo de guerra mentira como terra*.

Foram inúmeros os elogios ao “7 de abril”. O pasquim *Cartas ao Povo* se diz surpreendido com uma revolução operada sem derrubar sequer uma gota de sangue, enquanto povos mais antigos, com população mais homogênea e que se julgam muito mais ilustrados, têm derrubado *rios de sangue* para conseguirem um *dedo de liberdade*<sup>36</sup>. Conclamava-se pela pacificação e pela desradicalização do discurso que antes incitava a resistência contra os inimigos:

Não manchemos pois as nossas mãos no sangue impuro de inimigos fracos e caídos e sobretudo deixemos que o nosso triunfo continue a brilhar com aquele esplendor puro, e imaculado, com que nos temos coroado, não nos deixemos iludir por agitadores arteiramente inspirados por aqueles que não tem podido ver sem muita mágoa o pacífico resultado dos nossos trabalhos<sup>37</sup>.

<sup>34</sup> Proclamação do General José Joaquim de Lima e Silva (FARIA, 1831, p. 87-88).

<sup>35</sup> Manifesto político de Antônio Borges da Fonseca, 12 de abril de 1831. Borges procura desmentir boatos que circulavam nas ruas do Rio de Janeiro nos dias posteriores à Abdicação e conclama por moderação e pela confiança no Governo.

<sup>36</sup> *Cartas ao Povo (Extraordinário)*, p. 3. Edição publicada após a Abdicação.

<sup>37</sup> *Cartas ao Povo*, 30 de abril de 1831, p. 12.

Segundo o pasquim *Cartas ao Povo*, muitos se colocavam como autores da “revolução”, esquecendo que os autores são os princípios liberais difundidos pelo mundo, sobretudo no mundo americano e, por isso, todos os brasileiros e fluminenses, com algumas *desprezíveis* exceções, foram os autores da Revolução de 7 de Abril. Assim, justifica que, apesar desses pequenos ciúmes, o triunfo da revolução esteve na união<sup>38</sup>.

Ao contrário da Noite das Garrafadas, há poucas referências de atos de violência e confrontos físicos no ajuntamento de pessoas que se reuniram nos dias 6 e 7 de abril de 1831 no Campo de Santana. As desordens e desavenças parecem ter sido neutralizadas pela capacidade de condução de autoridades como juízes de paz, militares e lideranças liberais influentes.

Numa Proclamação lançada em nome da Regência Provisória logo após a Abdicação, o novo governo elogia a “revolução” sem sangue, a luta sem “tingir as armas no sangue dos homens”<sup>39</sup>. Exalta a atitude dos brasileiros como homens corajosos em repelir a tirania e aconselha que os cidadãos mantenham a moderação, assegurando que o “repouso, pessoas, propriedades, tudo será respeitado, uma vez que obedeçam às leis da *Nação Magnânima* da qual pertencem”<sup>40</sup>. E a mesma Proclamação funda o 7 de abril como um marco da existência nacional: “Do dia 7 de Abril de 1831 começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos Brasileiros, e livre”<sup>41</sup>. Esta interpretação foi incorporada e aceita pela historiografia sem maiores análises.

---

<sup>38</sup> *Cartas ao Povo*, 30 de abril de 1831, p. 13.

<sup>39</sup> Proclamação em nome da Assembléia Geral aos povos do Brasil, dando conta dos acontecimentos do dia 7 de abril de 1831, e da nomeação da Regência Provisória, e recomendando o sossego e tranqüilidade pública.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 383.

<sup>41</sup> *Idem*, p. 383.

Elogiava-se, também, a união de facções diversas e muitas vezes divergentes em torno do 7 de abril. Assim se pronunciou o pasquim *Cartas ao Povo*: “Possam a razão, e amor da propriedade da Pátria, fazer-nos esquecer pequenas dissensões, pequenos ódios, e tudo sacrificar nos altares da liberdade, e do bem geral”<sup>42</sup>. No entanto, esta união mostrou-se passageira. Nos meses que sucederam a Abdicação, o cenário é de sedições na cidade do Rio de Janeiro, levadas adiante pelos exaltados e por setores do exército descontentes com os rumos da Abdicação. No número de 15 de julho, o pasquim *Cartas ao Povo* refere-se às desordens que mancham a gloriosa revolução. Alerta os brasileiros de que eles estão em perigo, lembrando-lhes que no dia 7 de abril eles venceram o partido português, mas que agora há um partido de *falsos brasileiros*,

partido cego, e sem vontade, a quem os arteiros inimigos da nossa liberdade, e da nossa glória manejam habilmente, ou para transtornar nosso sistema, ou para suscitar uma nova revolução, em que eles possam adquirir importância, já que sua incapacidade mental, sua falta de providência lhes não permitiu sobressair no dia 7 de abril.<sup>43</sup>

O apoio do exército ao novo governo seria passageiro, sendo o ano de 1831 de muita indisciplina nos quartéis, insatisfação que se juntava à dos liberais exaltados, que se sentiram ludibriados com o “7 de abril”. A 12 de julho de 1831, os liberais descontentes sublevaram-se junto com o corpo de artilharia da marinha na Ilha das Cobras (SOUZA, 1999a, p. 99-100). É nesse contexto que agiu a recém-criada Guarda Nacional, que trabalhou para a pacificação interna e manutenção da unidade nacional. Como corporação paramilitar, ela atuou no reforço do poder civil, uma espécie de sustentáculo do governo instaurado com o “7 de abril” (CASTRO, 1979). Após a Abdicação, os liberais licenciaram e transferiram parte considerável da tropa do exército. A justificativa para sua desmobilização foi de que os exércitos permanentes na Europa se ligavam à sustentação de regimes absolutistas e que, na América,

---

<sup>42</sup> *Cartas ao Povo (Extraordinário)*, p. 4.

<sup>43</sup> *Cartas ao Povo*, 15 de junho de 1831, p. 47.

exércitos fortes possibilitariam a formação de pequenos Bonapartes, como na Argentina com Rosas e no México com Santa Anna. Argumentavam que um exército numeroso retiraria muita mão-de-obra da produção e que a tropa se inclinava a ser um fator de anarquia na medida em que tendia a unir-se à população. O ressentimento de setores do exército com essas medidas foi intenso. Em 1832, o jornal *Sentinela da Liberdade*, cujo redator era um mulato, assinala que os mulatos eram maioria entre os militares que participaram do “7 de abril” e que logo depois foram perseguidos pelos seus aliados liberais. Ainda em 1849, o jornal *Soldado Brasileiro* atacava os luzias por ter enganado o exército em 1831 e por persegui-lo nos anos que permaneceram no poder (CARVALHO, 1996, p. 173).

Não eram somente os liberais exaltados que promoviam as desordens. Os saudosistas do reinado de d. Pedro I logo se manifestaram, falando abertamente em restauração já em julho de 1831. O espectro da volta de d. Pedro I como Imperador do Brasil pairou até a sua morte em 1834, mesmo que o Imperador deposto negasse essa intenção. Em carta de 1833, d. Pedro I reiterou sua Abdicação em nome da honra, afirmando que jamais teve intenção de anulá-la. Parece responder a desejos de uma possível volta ao Brasil: “não posso dispor de mim, sem que fique inteiramente desligado das obrigações que contrai para com a nação portuguesa. Depois poderei ir prestar ao Brasil os serviços que de mim exigir a nação”. Afirma que somente voltaria na qualidade de regente para governar durante a menoridade de seu filho, no entanto seria conforme a lei, ou seja, no caso de as municipalidades expressarem a vontade nacional e com o respaldo da Assembléia Geral<sup>44</sup>. Em 1833, um projeto de lei de autoria do deputado Henrique de Resende propunha banir d. Pedro I do território brasileiro. A petição enviada à Câmara contra este projeto alegou que era “impolítico, imoral e contrário á

---

<sup>44</sup> Carta de D. Pedro I a Antônio Carlos de Andrada Machado e Silva, reiterando o valor se sua abdicação e comunicando que jamais faltaria ao juramento que fizera à Constituição, em 14 de setembro de 1833.

dignidade do povo brasileiro” o banimento do Imperador<sup>45</sup>. Defendeu que o direito de sucessão da monarquia brasileira vem de d. Pedro I e, nesse sentido, o projeto feria a essência da monarquia hereditária. Argumentou que, como Imperador do Brasil, d. Pedro é inviolável e sagrado e, por isso, não estava sujeito a nenhuma responsabilidade e, mesmo depois da Abdicação, ele não cometeu nenhum delito merecedor de pena, pois cortou todas as relações com a nação brasileira, não aparecendo um só fato que deponha contra esta asserção<sup>46</sup>. As novas forças que surgiam e ressurgiam após a Abdicação no espaço público constitui outro capítulo dessa história.

### **3.5. A implantação da Regência**

As elites liberais ansiavam pela ampliação de sua participação no poder político do Estado com a Abdicação. Colocou-se a suposição de que se a Regência fosse formada por 19 membros, ou seja, um de cada província. No entanto, como a Regência deveria ser formada por apenas três pessoas, o pasquim *Cartas ao Povo* defendia ser justo e conveniente sair um do norte, um da capital e outro do sul ou do centro<sup>47</sup>.

No dia 7 de abril de 1831, os deputados que se encontravam no Rio de Janeiro reuniram-se na casa da Câmara Municipal e depois se dirigiram para o Paço do Senado a fim de organizarem o novo governo. Devido à ausência de um ministério, elegeram uma regência provisória em nome do Imperador menor de idade. Composta de três membros, esta regência governaria até uma próxima reunião em que houvesse o número legal de deputados e senadores para nomear uma regência permanente. Na sessão de 7 de abril de 1831, por volta

---

<sup>45</sup> Petição à Câmara dos Deputados, solicitando que se não tomasse em consideração o projeto de lei, banindo do território brasileiro o fundador do Império, D. Pedro I, p. 3, em 16 de agosto de 1833.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> *Cartas ao Povo*, 30 de abril de 1831, p. 16.

das dez e meia, reuniram-se no Paço do Senado 26 senadores e 36 deputados, que elegeram, por aclamação, para presidente da sessão Marquês de Caravellas e para secretário Luiz Cavalcanti. Posteriormente chegou o brigadeiro comandante das armas Francisco de Lima e Silva, que entregou ao presidente o Ato de Abdicação de d. Pedro I, no qual constava: “Usando do direito que a constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o Sr. Pedro de Alcântara”.

Depois da retirada de Lima e Silva e da fala de alguns deputados, decidiu-se pela nomeação de uma regência provisória para confiar o governo do Império. Através de eleição foram escolhidos Marquês de Caravellas, Francisco de Lima e Silva e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro<sup>48</sup>. Os três eleitos prestaram o seguinte juramento:

Juro manter a religião católica apostólica romana, a integridade e indivisibilidade do império, observar e fazer observar a constituição política na nação brasileira, e mais leis do império, e provar ao bem geral do Brasil, quando em mim couber. Juro fidelidade ao imperador o Sr. Pedro II, e entregar o governo á regência permanente, logo que for nomeada pela assembléa geral.

Após várias sessões preparatórias, ocorre a abertura oficial da Assembléa Geral Legislativa, em 3 de maio de 1831, com a presença de deputados e senadores<sup>49</sup>. Na fala de abertura, o dia da Abdicação é considerado de heroísmo para o Brasil, marco do triunfo da liberdade constitucional e da derrota para os inimigos da Independência, dia de glória e *nacionalidade brasileira*. A Regência Provisória foi justificada como decorrência das providências extraordinárias que os acontecimentos exigiram. Em virtude de a Assembléa Geral não se encontrar reunida para dar forma como exige o artigo 123 da Constituição e não podendo cumprir o artigo 124 pela inexistência do Ministério, os representantes que se achavam na Corte organizaram a Regência Provisória, segundo os quais, apresentaram como

---

<sup>48</sup> Essa composição da primeira regência foi chamada por Paulo Pereira de Castro de “desradicalização do 7 de abril”. Esse gabinete foi formado por Vergueiro que representava a revolução; pelo Marquês de Caravelas, representante da tradição e por Lima e Silva cuja espada servia como *fiel da balança* (CASTRO, 1978).

<sup>49</sup> Anais da Câmara dos Deputados do ano de 1831.

justificativa a necessidade de não deixar o governo em abandono para prevenir os desastrosos efeitos da anarquia.

Depois da nomeação e juramento da Regência, procedeu-se à composição do Ministério. Iniciava-se a nova divisão do poder. Os comandos dos corpos foram confiados aos *oficiais patriotas*. Demitiram-se alguns presidentes, substituindo-os por “pessoas afetas a nova ordem das coisas” (BARRETO, 1831, p. 50). Providências foram tomadas para acalmar as *paixões, sossegar os espíritos* e manter a ordem pública. O certo é que, após a Abdicação, o novo regime já trabalhava para construir por meios das festas e dos símbolos a sua legitimidade. Perante o povo, o novo regime precisava legitimar-se. Procedeu-se à exaltação de d. Pedro II ao trono do Império em ato religioso no dia 9 de abril, dia solene, marcado pela demonstração de intenso amor e respeito que o povo devotava ao novo monarca. Neste dia, o pequeno monarca deixou São Cristóvão para morar no Paço da Cidade sob augusto cortejo, as ruas estavam guarnecidas pelo exército e enfeitadas com ramos de fumo e café e de folhas auriverdes da árvore da Independência. Depois da passagem do coche imperial, filas de cidadãos desarmados comandados pelos juizes de paz davam retaguarda (BARRETO, 1831, p. 52).

No dia 15 de abril comemorava-se o novo regime em pomposa parada militar com a presença do jovem Imperador. Nesta, o Imperador foi apresentado com uma palma de flores pelo general Lima e Silva. Este, o brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos e alguns oficiais foram apresentados com uma espada em nome da *nação agradecida*. Os juizes de paz assistiram à parada postados a cavalo em frente ao palacete e usavam uma coroa cívica no ombro esquerdo que também foi oferecida em nome da *nação agradecida*. A retirada do Primeiro do Segundo Corpo de Artilharia de Posição e do Primeiro Batalhão de Granadeiros para seus quartéis foi a mais entusiasmada. As carretas armadas de flores e folhas verdes e

amarelas, bem como a tropa e o povo, foram puxadas pelos paisanos. Das janelas partiam vivas, declamavam-se poesias e novos hinos nacionais eram cantados.

O novo regime precisava legitimar-se perante a população através de comemorações, festas e paradas militares e por meio da construção de símbolos para esta *revolução regeneradora*. Mudou-se o nome do antigo Campo de Aclamação onde ocorreu o ajuntamento que culminou na Abdicação. Vários nomes foram sugeridos – *Campo da Regeneração*, *Campo da Abdicação*, *Campo da Liberdade*. Em meio a várias sugestões, um anônimo conciliou as opiniões divergentes e escreveu em grandes caracteres em uma das paredes do palacete “Campo da Honra”, nome que então foi adotado (BARRETO, 1831, p. 49).

Quanto ao apoio das demais províncias, consta que São Paulo e Minas Gerais aderiram com entusiasmo ao “7 de abril”. No caso da Bahia, a repercussão da Noite das Garrafadas teria inflamado em demasia o ânimo dos patriotas que fizeram *requisições exageradas* e praticaram atos indiscretos. Sobre o envolvimento da Bahia, o deputado Lino Coutinho foi contra a crítica de que nessa província os conflitos em março teriam sido exagerados. Assim dizia:

Pois a Bahia, aquela província que empunhou as armas para a defesa da honra e brio nacional, e que sabendo que os portugueses tinham atacado e insultado seus irmãos fluminenses, logo se apresentou em campo para tão santo fim, pode nunca ser tachada de haver feito *requisições exageradas*, quando tais *requisições* se acham escritas e impressas nas atas do conselho do governo da província, aprovadas pelo povo e tropa armada no campo do Barbalho? Em que consistirão elas? Na expulsão das autoridades portuguesas que se achavam nos batalhões da Bahia; e deviam estas conservar-se nos seus postos depois dos sucessos do Rio de Janeiro? E diz-se que na fala da regência, que talvez atendeu só a contos particulares e não aos papeis oficiais, que foram *requisições exageradas etc.!!*<sup>50</sup>

Continua dizendo que, se os atos praticados no Rio de Janeiro foram efeitos da *soberania nacional*, o que ocorreu na Bahia não pode ser ilegal, imprudente ou exagerado. As discussões a respeito das repercussões da Noite das Garrafadas na Bahia indicam o limiar

---

<sup>50</sup> Deputado Lino Coutinho, sessão em 13 de maio de 1831. Annaes da Câmara dos Deputados, p. 3.

tênue entre a ordem e a desordem neste discurso de defesa do nacional de 1831. O deputado Lino Coutinho parece ter incorporado literalmente este discurso, pois, se a soberania nacional era ultrajada pelos portugueses, a expulsão das autoridades portuguesas que se achavam nos batalhões na Bahia não pode ser entendida como “requisições exageradas” na visão deste deputado.

A Abdicação como defesa do elemento nacional entrou no linguajar das elites. Projetos contra os “imigrantes vadios” foram defendidos com base na defesa do elemento nacional. Por exemplo, o deputado Carneiro da Cunha apresentou projeto para que o governo mandasse para fora todo estrangeiro vadio, visto que, segundo ele, eram estrangeiros, em sua maioria, os presos por roubo no Rio de Janeiro. Acrescenta o deputado que os estrangeiros vinham das cadeias da Europa para corromper a ordem pública. Defendeu que o governo atual, com o novo tempo iniciado com o “7 de abril”, deveria ter autoridade para remover do solo da pátria os estrangeiros perturbadores. A Abdicação de d. Pedro I realmente parece ter-se consolidado como uma data de defesa do elemento nacional, definição que adentra o tempo conquistando adeptos por muitas gerações e ainda vigorando em análises que a explicam.

### **3.6. Conclusão**

Mostrou-se, neste capítulo, que a explicação da adesão do exército à Abdicação como resultado dos conflitos internos desta instituição não é inteiramente convincente. A mobilização tanto de oficiais como de praças no Campo da Aclamação, por meio da ligação dos militares com os setores liberais da sociedade civil, parece ter tido uma importância pelo menos comparável. Essa junção de interesses e de ações foi, entretanto, passageira. Após a Abdicação e ainda em 1831, os militares romperam este pacto não escrito, sublevando-se ao

sentirem-se enganados pelos liberais, seus aliados de véspera. Tal fato indica o caráter circunstancial do discurso antilusitano, apropriado pelos liberais em 1831 como bandeira de luta em prol da legitimidade de suas ações, essas mais impulsionadas por interesses políticos e materiais do que por um projeto político definido de defesa dos interesses nacionais.

Procurou-se mostrar como a Abdicação foi construída no espaço público, analisando os instrumentos empregados na luta política no período, como os boatos, as intrigas e as conspirações, usados primordialmente como recursos pelos jornalistas liberais para convencer seus leitores. Por meio desta análise, pôde-se perceber que os boatos, as intrigas e as conspirações divulgados pela imprensa também rondavam as ruas do Rio de Janeiro e alcançaram um público mais amplo, contribuindo, dessa forma, para romper o espaço tradicional ao qual a política anteriormente estava circunscrita. Nesta disputa, os liberais conseguiram se fortalecer através do discurso de que toda a sociedade vinha sendo sistematicamente ultrajada por um governo antinacional. Discurso este de forte apelo emocional e favorecido pela Noite das Garrafadas, episódio que evidentemente comportou conflitos antilusitanos.

## CONCLUSÕES

O objetivo dessa tese foi demonstrar que a Abdicação de d. Pedro I, mais do que um simples desdobramento da Independência, foi resultado de um processo de consolidação institucional que incluiu como característica mais marcante uma ampliação do espaço público da política na sociedade brasileira.

Foram identificados, partindo do conceito de espaço público, os anseios de uma camada mais ampla da sociedade, incluindo não apenas as elites políticas, mas as classes médias e mesmo segmentos populares. Com base nas fontes estudadas, pode-se visualizar a formação de uma opinião pública que, atuando em um espaço público ampliado, teve papel fundamental na eclosão da Abdicação. Os eventos da viagem do Imperador à província de Minas Gerais e da Noite das Garrafadas, especificamente, foram manifestações sugestivas de como a política rompeu neste período o espaço tradicional ao qual estava historicamente circunscrita até então, alcançando as ruas e atingindo diferentemente os diversos setores da sociedade.

Procurou-se, também, identificar os significados do liberalismo no século XIX, atentando para sua capacidade de mobilização da opinião pública e sua contribuição para um acontecimento tão singular na história – a saída de um rei de seu governo. Diante dos resultados dessa pesquisa, concluiu-se que a interpretação da Abdicação como resultado de um conflito entre brasileiros e portugueses é insuficiente. A Abdicação, na verdade, deve ser entendida como um evento muito mais complexo de tentativa de solucionar problemas relacionados à construção do Estado no Brasil, especialmente os que dizem respeito ao lugar que as frações das elites ocupariam nessa nova configuração. O dado mais significativo, entretanto, é que frações das elites e camadas médias julgaram importante mobilizar a opinião

pública através da imprensa para viabilizar seus projetos de poder, o que em si é uma evidência de que o espaço público se encontrava ampliado naquele momento.

Em 1831 foi intensa a discussão na imprensa entre os homens que se colocavam como responsáveis pela formação da opinião pública. Atrelado aos seus interesses pessoais e de grupo, eles disputavam a adoção de um projeto de Estado e nação para o Brasil. Para além de homens ingenuamente apaixonados por suas propostas e coerentes em seus ideários, eles almejavam, sobretudo, inserir-se politicamente na estrutura política do Brasil recém-independente. A Abdicação, assim, é um momento importante para compreender a formação do Estado no Brasil no século XIX, mais especificamente os desafios enfrentados para a formação e legitimação do governo representativo através do estabelecimento da Constituição e da conseqüente divisão do poder político.

O ano de 1831, além disso, parece ser um momento-chave para entender a refundação de conceitos como “brasileiros”, “portugueses”, “nacional”, “patriotismo”. Todavia, mais do que tentar identificar a existência ou não da nação em sentido moderno, o que se pretendeu foi elucidar a existência de identidades políticas diferentes, circunscritas a um Estado ainda em constituição. É interessante notar que, se por um lado, a Abdicação foi analisada como disputa de poder entre as elites, por outro esta interpretação não explica como em 1831 setores heterogêneos da sociedade em termos políticos e sociais se unem e levam d. Pedro I abdicar. É válido lembrar a perplexidade do jornal *Aurora Fluminense* ao referir-se ao fato de brasileiros com opiniões opostas, como os federalistas, unitários, reformadores ou conservadores unirem-se “como por milagre” em defesa da ofensa feita à nacionalidade no “7 de abril”. Como resposta a tais indagações, verificou-se que a partir da Noite das Garrafadas, os discursos dos liberais tornaram-se cada vez mais antilusitanos e a luta política passou a ser polarizada em dois grupos – os brasileiros defensores dos interesses nacionais contra os despóticos

portugueses. Os conceitos de brasileiros e portugueses foram entendidos como construções históricas e não como conceitos dados previamente. Essas representações acabaram dirigindo a conduta social, na medida em que, por meio delas, os indivíduos ou grupos tomaram consciência de sua relação com os demais e com o mundo. Em 1831, as identidades políticas foram refundidas e, mesmo não podendo afirmar existir uma identidade nacional houve um maior entendimento do brasileiro como pertencente a um todo, pois adjetivos derivados de pátria e nação, antes de sentidos mais regionais, começam a designar uma unidade e adquirem um conteúdo político unificador.

A relativa democratização da política que o alargamento do espaço público ensejou no período não foi, entretanto, duradoura. Por motivos que fogem ao objetivo desta tese, essa tendência refluíu após o “7 de abril”. No entanto, isso não significa que a Abdicação não tenha sido um evento significativo; ao contrário, parece ter sido a manifestação precoce de um processo, que irá se repetir em outros momentos decisivos de nossa história, em que as instituições políticas são flexionadas até o seu limite, mas são capazes de se adaptar de modo a preservar as estruturas tradicionais de poder. A expectativa desse trabalho é que o presente estudo tenha contribuído não apenas para a pesquisa historiográfica sobre a Abdicação, mas que também, eventualmente, possa trazer algumas sugestões interessantes para o estudo de outros momentos.

## **REFERÊNCIAS E FONTES**

## Referências bibliográficas

ARENDDT, Hanna. **Sobre a revolução**. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

ARMITAGE, John. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de d. Pedro I em 1831. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 265-327, 1885.

BARMAN, R.J. **Brazil**: the forging of a nation (1798-1852). Standford: University of Standford, 1988.

BARREIRO, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil (1780-1880). **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 16, fev. 1998.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: UNESP, 2002.

BASILE, Marcelo Otávio Néri de Campos. **Anarquistas, rusquentos e demagogos**: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na corte imperial (1829-1834). 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

BASILE, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A Independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os intérpretes das luzes: liberalismo e imprensa paulista (1920-1945)**. 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, Marcus J.M. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, 2003.

CARVALHO, Miguel J.R. de. O Sete de Abril – o feito. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 2, 1945, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 593-611.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Nacional, 1979.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “Experiência Republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. v. 2, tomo 2, cap. 1, p. 9-67.

CHARTIER, Roger. Construção do Estado moderno e formas culturais: perspectivas e questões. In: \_\_\_\_\_. **A história cultural, entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social**. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. In: \_\_\_\_\_. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C.; NEVES, Lúcia Maria Bastos. O medo dos “abomináveis princípios franceses”: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 113-119, jan./jun. 1989.

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-40, set. 2002.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Maria S. de Carvalho. As idéias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, São Paulo, v. 1, p. 61-64, 1976.

GARRIOCH, David. Insultos verbais na Paris do século XVIII. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (Orgs.). **História social da linguagem**. São Paulo: UNESP, 1997.

GERSON, Brasil. **A revolução brasileira de Pedro I**. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1971.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCÓS, István (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2003.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: \_\_\_\_ (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HANDELMANN, H. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

HERMSDORFF, Carlos Eduardo. **As tropas do Império**: um estudo sobre a organização e as políticas de arregimentação de soldados no Primeiro Reinado (1822-1831). 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

HESPANHA, António Manuel. Pequenas Repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre o Antigo Regime e Liberalismo. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil**: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2003.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**: formação – histórias. São Paulo: Senac, 2000. v. 1.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KATO, Ruth Maria. **Revoltas de rua**: o Rio de Janeiro em 3 momentos (1821, 1828 e 1831). 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

KRAAY, Hendrik. **Race, state, and armed forces independence**: era Brazil – Bahia, 1790-1840. Califórnia: Stanford University, 2001.

KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p.109-126, 2002.

KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Símbolo, 1979.

LOBO, E.M.L. **História do Rio de Janeiro**: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: o nascimento da imprensa no Brasil. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A Independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACAULAY, Neill. **Dom Pedro I**: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal (1798-1834). Rio de Janeiro: Record, 1993.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARSON, Izabel. “Conciliação” e esquecimento: Nabuco e a revolução. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e ressentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

McBETH, Michael. The Brazilian army and its role in the abdication of Pedro I. **Luso-Brazilian Review**, v. 15, n. 1, p. 117-129, 1978.

MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. **Cultura Política**, v. 2, n. 24, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Las aventuras de la dialéctica**. Buenos Aires: Ediciones Leviatã, 1957.

- MONTEIRO, Tobias. **História do Império**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1946. Tomo 2.
- MOREL, Marco. Animais, monstros e disformidades: a “zoologia política” no processo de construção do Império do Brasil. **Cultura Política**, v. 2, n. 24, 1999.
- MOREL, Marco. Sociabilidade entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.
- NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, dez. 2002.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos; MACHADO, Humberto Fernandes. Portugueses e brasileiros? In: \_\_\_\_\_. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NORTON, Luís. A renúncia de d. Pedro. In: \_\_\_\_\_. **A corte de Portugal no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1979.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Teoria política e prática de governar: o delineamento do Estado imperial nas primeiras décadas do século XIX. In: OLIVEIRA, Cecília; PRADO, Maria Lígia; JANOTTI, Maria de Lourdes (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.
- PALHA, José Egídio Garcês. Um episódio da revolução de 7 de abril de 1831. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 63, n. 2, p. 275-280, 1902.
- POMBO, José Francisco da Rocha. A sucessão de d. Pedro I na coroa de Portugal, e a abdicação condicionada do ponto de vista brasileiro. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 2, 1945, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Causa nacional e cidadania: a participação popular e a autonomia na imprensa carioca no início dos anos 1830. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/FARPERJ, 2006.

RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RUDÉ, George. **A multidão na história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

RUSSELLWOOD, A.J.R. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998.

SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena L. **A astúcia liberal**: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1824-1829). Bragança Paulista: EDUSF/ÍCONE, 1999.

SANTOS, Noronha. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SCHAMA, Simon. **Cidadãos**: uma crônica da Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHUIZ, John. O exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – declínio e queda do Império. São Paulo: Difel, 1971. Tomo II, v. 4.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. **Estudos Cebrap**, v. 3, p. 151-161, jan. 1973.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**: introdução e notas coronel F. de Paula. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

SILVA, Luiz Geraldo. O avesso da Independência: Pernambuco (1817-1824). In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A Independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

SLEMIAN, Andréa. **O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro (1808-1824)**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo. **O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SCHAMA, Simon. **Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957a. v. 1.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de d. Pedro I**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957b. v. 4.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957c. v. 5.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: Evaristo da Veiga**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957d. v. 6.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: Diogo Antônio Feijó**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957e. v. 7.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: três golpes de Estado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957f. v. 8.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil: fatos e personagens em torno de um regime**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957g. v. 9.

SOUZA, Adriana Barreto de. **O exército na construção do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999a.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: UNESP, 1999b.

THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E.P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

VEIGA, Luiz Francisco da. **A revolução de 7 de abril de 1831 e Evaristo da Veiga**. Rio de Janeiro: TYP. e Const. de J. Villeneuve, 1862.

VIANNA, Hélio. **D. Pedro I e D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Nacional, 1966.

VIANNA, Helio. Inteiraza de D. Pedro. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de História Imperial**. São Paulo: Nacional, 1950.

WERNET, Augustin. **Sociedades políticas (1831-1832)**. São Paulo: Cultrix, 1978.

**Referências de apoio**

MORAES, Rubens Borba de. **Manual bibliográfico de estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Souza, 1949.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Nacional, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIANNA, Helio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

## Fontes

### **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

#### Periódicos do ano de 1831

*Aurora Fluminense*  
*Novo Brasileiro Imparcial*  
*Novo Censor*  
*Republico*  
*Tribuna do Povo*

#### Pasquins do ano de 1831

*Cartas ao Povo*  
*Os Dois Compadres Liberais.*

#### Divisão de Manuscritos.

TRANSLADO DO PROCESSO a que deu motivo os tumultos das Garrafadas do dia 13, 14 e 15 de março de 1831. Cópia. Manuscrito. 35 p. Consta na capa: “As Garrafadas”.

### **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**

FONSECA, Antonio Borges da. **Manifesto político**: apontamentos de minha vida política do Sr. Urbano Sabino Pessoa de Melo. Recife: Typ. Commercial de G. H. de Mira, 1867.

SILVA, João Bonifácio Alves da. **Exposição e reflexão sobre o ano que tem sofrido no Rio de Janeiro o súbdito português João Bonifácio Alves da Silva, capturado sem culpa formada, na Fortaleza da Ilha das Cobras desde 27 de abril**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1831.

SILVA, João Bonifácio Alves da. **Requerimento**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1831.

VEIGA, Luiz Francisco da. A Revolução de 7 de abril de 1831 e Evaristo da Veiga. Rio de Janeiro; Typ. e Const. De J. Villeneuve & C., 1862.

VERDADES puras sobre as conseqüências do dia sete de abril pelo cidadão J.I.A.M. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1833.

## Museu Imperial de Petrópolis

### Cartas e decretos

07/04/1831 – Carta de d. Pedro I abdicando em favor de seu filho, d. Pedro de Alcântara.

07/04/1831 – Decreto de d. Pedro I – Nomeando José Bonifácio de Andrada e Silva tutor dos príncipes.

08/04/1831 – Participação de d. Pedro, duque de Bragança, às Câmaras – Comunicando haver nomeado José Bonifácio, tutor do príncipe e pedindo confirmação de sua decisão.

Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva a d. Pedro, duque de Bragança – Aceitando e agradecendo a nomeação para tutor de d. Pedro II.

12/04/1831 – Carta de d. Pedro, duque de Bragança. Despedindo-se de seus amigos do Brasil.

14/09/1833 – Carta de d. Pedro I a Antônio Carlos de Andrada Machado e Silva – Reiterando o valor de sua abdicação e comunicando que jamais faltaria ao juramento que fizera à Constituição.

07/04/1834 – Carta de d. Pedro, duque de Bragança, a seus filhos – relembando o dia 7 de abril de 1831.

14/12/1834 – Carta de José Bonifácio de Andrade e Silva a d. Pedro II – Dando pêsames pela morte de d. Pedro.

### Petição

16/08/1833 – Petição à Câmara dos Deputados – Solicitando que se não tomasse em consideração o projeto de lei, banindo do território brasileiro o fundador do Império, d. Pedro I.

## Biblioteca Mario de Andrade

FARIA, Silvério Cândido de. **Breve história dos felizes acontecimentos políticos no Rio de Janeiro em os sempre memoráveis dias 6 e 7 de abril de 1831 remontada a epocha da viagem de Ex-Imperador à Província de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Typ. de Thomaz B. Hunt e C., 1831.

VEIGA, Luiz Francisco da. **O 7 de abril não contemplado entre os dias de festividade nacional; pelo decreto de 14 de janeiro de 1890, promulgada pelo Governo Provisório do Brasil:** carta dirigida ao eminente brasileiro Ministro da Guerra Dr. Benjamim Constant Botelho de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco Moniz. **História da revolução do Brasil com peças oficiais e fac-simile da própria mão de d. Pedro**. Rio de Janeiro. Typ. Imperial de E. Seignot- Plancher, 1831.

**Biblioteca da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília**

ANNAES do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados, sessão de 1831, tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto.

**Demais fontes**

ARMITAGE, John. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de d. Pedro I em 1831. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

BÖSCHE, Eduardo Theodoro. Acontecimentos políticos: abdicação de d. Pedro I. Imperador do Brasil. In: \_\_\_\_\_. Quadros alternados: viagens terrestres e marítima, aventuras, acontecimentos políticos, descrição de usos e costumes de povos durante uma viagem ao Brasil. **Revista do IHGB**, v. 83, p. 203-220, 1918.

DAISER, Barão de. Septe de Abril (Carta do Barão de Daiser, Ministro d’Austria no Rio de Janeiro, em 1831). **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

PROCLAMAÇÃO AOS MINEIROS. **O Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil**: 22 de Fevereiro de 1831 na imperial cidade de Ouro Preto. Transcrita no Republico.

PROCLAMAÇÃO em nome da Assembléia Geral aos povos do Brasil, dando conta dos acontecimentos do dia 7 de Abril de 1831, e da nomeação da Regência provisória, e recomendando o sossego e tranqüilidade pública. In: ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

PROCLAMAÇÃO de Borges da Fonseca, redator do Republico, concitando o povo à calma depois da abdicação de d. Pedro I. Rio de Janeiro. Typograohia da Astréa, 1831.

RECORDAÇÃO histórica – 13 de abril de 1831 – Retirada de Sua Majestade o Senhor D. Pedro I<sup>o</sup>. Dedicado a D. Pedro II, datado de 13 de abril de 1865, é de autoria de José Gonçalves da Silva.

RELATÓRIO DO MINISTRO DA JUSTIÇA Diogo Antônio Feijó do ano de 1831 apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1832 (10 de maio de 1832). Publicado em 1832.

RELATÓRIO DO MINISTRO DA JUSTIÇA Manoel José de Souza França do ano de 1830 apresentando a Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1831.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**: introdução e notas coronel F. de Paula. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia-EDUSP, 1980.

VIAGEM do Imperador d. Pedro I a Minas Gerais em 1830 e 1831. **Revista do IHGB**, v. 40, p. 305-383. (Transcrita no *Diário Fluminense* de 30 de dezembro a 12 de março de 1831)